

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO**

**A CONTRIBUIÇÃO DA INTERNET NA SIGNIFICAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DO
BIOMA PANTANAL: O CASO HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ**

Eduardo Pereira Romero

Campo Grande, MS
2014

EDUARDO PEREIRA ROMERO

**A CONTRIBUIÇÃO DA INTERNET NA SIGNIFICAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DO
BIOMA PANTANAL: O CASO HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de mestre no Programa
de Mestrado em Comunicação, da UFMS, sob
a orientação da Prof.^a Dr.^a Greicy Mara França.

Campo Grande
Fevereiro, 2014

EDUARDO PEREIRA ROMERO

**A CONTRIBUIÇÃO DA INTERNET NA SIGNIFICAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DO
BIOMA PANTANAL: O CASO HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de mestre no Programa
de Mestrado em Comunicação, da UFMS, sob
a orientação da Prof.^a Dr.^a Greicy Mara França.

Campo Grande, 17 de fevereiro de 2014

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Greicy Mara França (orientadora)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof.^a Dr.^a Daniela Cristiane Ota
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof.^a Dr.^a Eliany Salvatierra Machado
Universidade Federal Fluminense

Dedico à minha querida e saudosa mãe, Izaure Pereira Romero (in memoriam), que em toda sua vida me incentivou, estimulou e me fez acreditar que é possível tornar sonhos em realidade, sem nunca perder a simplicidade.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir a vida e todas as possibilidades que nela circundam.

A minha família, que soube compreender minhas constantes ausências e não me deixaram desanimar.

A minha orientadora, professora Dra. Greicy Mara França que me mostrou os melhores caminhos a serem trilhados e foi sempre parceira e incentivadora.

Aos professores do mestrado, por permitir os contatos teóricos e a possibilidade da reflexão.

A professora Daniela Ota, pelo incentivo, apoio e amizade desde a graduação.

Aos colegas de turma, que juntos dividimos angústias, alegrias e sonhos.

A Ecoa, que possibilitou vivências, formação e foi o palco de descobertas.

A querida amiga Eliany Salvatierra, que foi professora no ensino fundamental, incentivadora para meu ingresso no mestrado e grande parceira nessa árdua tarefa.

"No Pantanal ninguém pode passar régua. Sobremuito quando chove. A régua é existidura de limites. E o Pantanal não tem limites" (Manoel de Barros).

RESUMO

A presente dissertação é um estudo sobre o uso da comunicação na significação e ou ressignificação de valores em relação ao meio ambiente. Tem como recorte o uso da internet e do Boletim Ecologia em Notícias, utilizado no período de 1997 a 2002, no Estado do Mato Grosso do Sul, pela ONG Ecoa, para pautar o embate político, econômico e social sobre a criação da Hidrovia Paraguai-Paraná, no bioma Pantanal. Objetiva-se através do referencial teórico dos estudos culturais, demonstrar o papel da comunicação na construção de valores. As propostas do projeto Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP) visavam o desenvolvimento econômico para América do Sul e para realização de tais propostas seriam necessárias obras de infraestrutura e mudanças no leito e calha do Rio Paraguai que acarretariam em graves problemas socioambientais à região, despertando movimentos de mobilização e articulação para a formação de grupos de defesa do meio ambiente, tendo a comunicação como espaço para esse debate público. Conclui-se, a partir deste estudo, que os meios de comunicação podem ser os espaços da mediação e negociação na preservação do meio ambiente.

Palavras-chave: Comunicação; Meio Ambiente; Pantanal; Mobilização Social.

ABSTRACT

This dissertation is a study on the use of communication and signification or redefinition of values in relation to the environment. The object of study is internet and Ecology in News bulletin, for the period 1997-2002, in the state of Mato Grosso do Sul by NGO ECOA, in order to guide the press about the political, economic and social discussion about creating Waterway Paraguay-Paraná, in the Pantanal biome. Using theoretical framework of cultural studies aims to demonstrate the role of communication in building values. The proposed project Paraguay-Paraná (HPP) was aimed at the economic development for South America and for the realization of such proposals would be needed infrastructure works that changes the riverbed Paraguay River resulting in serious social and environmental problems in the region. This situation NGOs gathered to create groups of environmental protection using communication as a space for debate about the topic. It is concluded from this study that the media may be the spaces of mediation and negotiation in environmental preservation.

Keywords: Communication; Environment; Pantanal; Social Mobilization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do bioma Pantanal.....	42
Figura 2 – Mapa de Mato Grosso do Sul.....	42
Figura 3 – Foto aérea do rio Paraguai.....	44
Figura 4 – Países que compartilham o rio Paraguai.....	46
Figura 5 – Quadro: Seca Pantanal.....	48

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 Justificativa.....	13
1.2 Objetivos e Metodologia	18
1.2.1 Objetivo Geral	18
1.2.2 Objetivos Específicos	18
1.2.3 Procedimentos Metodológicos	18
1.3 Estrutura da Dissertação	19
 2. AS PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO NO BRASIL	20
2.1 O funcionalismo: a formação para o mercado	20
2.2 A perspectiva crítica	21
2.3 Os estudos culturais: olhar da comunicação sobre a cultura	22
2.3.1 Cultura: a formação de valores	25
2.3.2 Um novo olhar: o espaço das discussões públicas	26
2.3.3 As novas tecnologias como espaço de significação e ressignificação	29
 3. MÉTODOS E TÉCNICAS.....	37
 4. CONTEXTO HISTÓRICO: DO MEIO AMBIENTE À PROPOSTA DESENVOLVIMENTISTA	41
4.1 O Pantanal	41
4.2 O Projeto Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP)	45
4.2.1 Coalizão Rios Vivos	49
4.2.2 Em defesa da Vida – Ecoa.....	50
4.2.3 O Boletim Ecologia em Notícias	52
 5. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....	54
5.1 Contexto: quem são os entrevistados	54
5.1.1 Como você se envolveu com a questão da Hidrovia?.....	55
5.1.2 Qual é a importância, o papel, da comunicação?.....	58
5.1.3 Qual foi o papel do boletim e da internet?	61

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
APÊNDICE A – ENTREVISTA ALCIDES FARIA	77
APÊNDICE B – ENTREVISTA ALYSSON ISHY	86
APÊNDICE C – ENTREVISTA ÉBER BENJAMIM.....	103
APÊNDICE D – ENTREVISTA YARA MEDEIROS	116
APÊNDICE E – ENTREVISTA DÉBORA CALHEIROS	135
APÊNDICE F – ENTREVISTA ALESSANDRO MENEZES.....	140
ANEXO A – BOLETIM ECOLOGIA EM NOTÍCIAS: ANO 1997.....	141
ANEXO B – BOLETIM ECOLOGIA EM NOTÍCIAS: ANO 2001.....	144

1. INTRODUÇÃO

O cenário atual tem demonstrado que os processos de comunicação estão cada vez mais em rede e globalizados, contando com um aparato tecnológico de última geração. Os meios de comunicação, principalmente aqueles considerados de massa, possuem uma importância estratégica para a construção de uma nova relação homem e meio ambiente, uma vez que não evoluíram apenas em termos tecnológicos, como também, passaram a ter profundas repercussões em todas as ordens da vida social.

A comunicação, entretanto, pode se dar com um caráter educativo e conscientizador ou, por outro lado, manipulador, em que as informações podem ser controladas de forma inconsequente para atender a objetivos específicos. Isso porque os veículos de comunicação também são empresas e, por isso, sofrem influência do poder econômico.

Porém, nota-se que os veículos de massa não cumprem, por vezes, o papel de traduzir a associação do homem com o meio em que vive, uma vez que, em muitas situações, a função do jornalista nas sociedades democráticas se assemelharia, em determinados pontos, a do educador, responsável por impor certa clareza ao caos dos acontecimentos.

Exemplo disso é que a maioria da população relaciona o conceito de meio ambiente apenas com a fauna e a flora, já que os jornais, revistas, programas de televisão e rádio induzem a uma visão conservacionista do meio ambiente. Muitas vezes, inclusive, a maneira pela qual o meio ambiente é exposto pela mídia se dá de forma equivocada.

Para Mendonça (2009), no que diz respeito à capacidade de colocar os temas ambientais na agenda da grande mídia, há numerosas dificuldades em “pautar” jornais e revistas. Como alternativa, despontam as redes digitais, a internet. Por ser de fácil e amplo acesso, permitindo a circulação sem barreiras de todos os tipos de informação, ela se converte em uma expectativa de se tornar um espaço alternativo de circulação de opiniões como contraponto ao que é observado na grande mídia.

Segundo o autor, as diferentes formas de comunicação devem ocupar um papel privilegiado tanto em nível local, na reconstrução de subjetividades, quanto no

global, àquele que vai permitir a identificação com outras lutas e ampliar a capacidade de mobilização social.

No caso do Estado do Mato Grosso do Sul (MS), tem-se o Pantanal que é, reconhecidamente, uma importante área de convergência de aves migratórias. Neste aspecto, as alterações na extensão, periodicidade e heterogeneidade espacial das inundações poderiam causar impactos que vão muito além dos limites regionais e, até mesmo, do continente em que se situa.

As atividades econômicas principais no Pantanal são a pecuária de corte, a pesca profissional e o turismo. Todas dependentes do bom funcionamento e da qualidade ambiental do sistema de áreas inundáveis/alagáveis da planície pantaneira e do rio Paraguai, seu principal canal de drenagem.

Em vista disso, as críticas mais comuns entre os pesquisadores que trabalham no Pantanal sobre a abordagem da mídia estão ligadas à superficialidade e à abordagem sensacionalista das notícias (MENDONÇA, 2009). Pouco se fala das populações e suas relações com projetos poluidores, do turismo predatório, das indústrias que se instalam na região e exigem campanhas permanentes de educação.

Na atualidade, vivencia-se uma pluralidade de movimentos sociais que se organizam no afã de defender direitos, valores e causas coletivas, criando novas formas de mobilização e cidadania. À medida que ampliam seus espaços de influência, ganham legitimidade e aumentam sua capacidade de convencimento e mobilização, prestando um importante serviço às causas que defendem.

Diante disso, ganha força a necessidade de se conhecer melhor os processos históricos, como forma de ampliação da percepção ambiental, e compreender as conquistas e o poder dos atores sociais quando adequadamente articulados.

No ano de 1991, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai formaram o Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), que representa a maior base econômica dos países da América Latina, com um mercado formado por cerca de 200 milhões de pessoas e um produto regional bruto de US\$ 427 bilhões anuais (PACIEVITCH, 2011).

Nesse contexto, com o objetivo de formar um eixo de integração do Cone Sul, foi criada a proposta da Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP), um plano dos cinco países da Bacia da Prata (Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai) para transformar os rios Paraguai e Paraná em um canal industrial de navegação comercial.

O projeto Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP) visava o desenvolvimento econômico da América do Sul e para realização de tal proposta seriam necessárias obras de infraestrutura e mudanças no Rio Paraguai, tanto no leito¹, quanto em sua calha², seja a calha maior ou a menor. De maneira geral, pode-se dizer que essas transformações acarretariam em graves problemas socioambientais à região, o que despertou movimentos de mobilização e articulação na formação de grupos de defesa do meio ambiente. Esses grupos tinham o desafio de dar visibilidade aos possíveis problemas e riscos ambientais e sociais do Pantanal face à proposta da hidrovia.

Acredita-se que o uso da internet como mediadora desse processo, permitiu que o que era uma problemática de interesse local, passasse a ser de interesse global, envolvendo outros atores na questão e mudando, assim, os rumos da proposta original de instalação da Hidrovia.

A partir dos estudos culturais, da mediação do debate público mediático e do uso da internet como espaço de significação e ressignificação procurou-se levantar relatos sobre o debate que ocorreu durante a proposta da criação da Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP).

1.1 Justificativa

Todo esse estudo começa com minha participação no processo de atuação e formação. Antes mesmo de confrontar as metodologias e ou conceitos de pesquisas em comunicação, o que despertou o interesse para o tema foi exatamente o fato de ter vivido a história, que no presente texto torna-se tema da pesquisa, e o que todo esse processo significou na formação pessoal e profissional do pesquisador que aqui relata e descreve.

Ainda adolescente, estudante do ensino fundamental de escola pública na periferia, tive contato com o tema meio ambiente. Tudo começou em maio de 1995 na escola Estadual José Barbosa Rodrigues, no bairro Universitário em Campo

¹ Depressão de terreno coberta pelas águas de um rio que nela corre normalmente.

² Calha maior, ou calha alargada, ou leito maior de um rio, é a maior largura que ele atinge na época das cheias, por inundação das terras ribeirinhas. Calha menor ou leito menor é a calha que ele ocupa na época das estiagens. Calha ou leito normal é a que ele ocupa normalmente fora dos períodos de cheias (inundações) ou estiagem.

Grande – MS. Um grupo de alunos, incentivados por alguns professores, resolveram diagnosticar as causas da degradação do córrego Bálsamo.

O córrego Bálsamo é um manancial na própria comunidade, que pertence à Bacia Hidrográfica Urbana do Lageadinho, que por sua vez pertence à Bacia do rio Paraná e que se junta à Bacia Rio da Prata, atravessando a cidade no sentido nordeste-sudeste, com cerca de 18 km de extensão.

Nesse primeiro momento os registros eram fotos e um vídeo, com duração de dez minutos, feito por esse grupo de estudantes, contendo depoimentos de moradores e impressões dos próprios alunos. Todo material coletado era apresentado em feiras de Ciências, tanto a da própria escola, como a Feira Estadual.

Com o título inicial “Bálsamo: córrego ou esgoto?” surge a partir desse projeto a necessidade de realizar uma pesquisa sócio-econômica-ambiental para entender melhor a situação local dos ribeirinhos e, conforme publicado na revista ARCA (2009), constatou-se que:

- ⇒ 60 famílias moram as margens do Bálsamo;
- ⇒ 83% renda mensal entre $\frac{1}{2}$ e 2 salários;
- ⇒ 52% são crianças abaixo da idade escolar;
- ⇒ 45% são invasões;
- ⇒ Não passa caminhão de lixo;
- ⇒ 20% declaram que jogam o lixo direto no córrego;
- ⇒ Indústrias jogam esgoto e poluem o ar.

Com os resultados e contagiados pelo sentimento de pertencimento, os alunos, organizados no Bálsamo Clube de Ciências, queriam mais e caminharam para a proposição de ações, realizações de mutirões de limpezas no córrego, levantamentos das espécies nativas da região, plantios de mudas e denúncias das agressões ambientais junto aos órgãos competentes.

Buscaram parcerias com outras Instituições, momento em que a ONG Ecoa se colocou à disposição como colaboradora nas ações, e através do Boletim Ecologia em Notícias contribui para divulgar as agendas, bem como socializar novas parcerias.

A Ecoa passou, então, a ser a referência e ponto de apoio para os encontros, colocou parte de seu recurso humano para ajudar e subsidiar estudos e documentos e integrar agendas com outras ONGs, nos colocando em grupos de discussão e trocas de experiências.

Depois desse passo de articulação entre ONGs foi elaborada, através de um concurso escolar, uma cartilha com a escolha da personagem “Nadadinho” e com o enredo: Salve Meu Lar. Um conto infantil de um peixinho que vive no Bálsamo e sai pela comunidade em busca de ajuda. De texto infantil, impresso em papel sulfite, pintado à mão por crianças, surge a peça teatral: Nadadinho, um Sonhador. Essas se tornam ferramentas de mobilização e educação junto à comunidade do entorno do Bálsamo, que reuniam, naquele momento, dez escolas e vários bairros.

Com uma perspectiva holística³ o grupo formado desenvolve ações de doação de sangue, coleta seletiva de lixo, horta escolar, campanhas de agasalhos e alimentos, pois compreendíamos que meio ambiente deve ser respeitado por sua totalidade, e seus atores sociais devem ser os protagonistas de suas próprias histórias. Sabemos que “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2006, p.67).

A mobilização feita pelos integrantes do Bálsamo Clube de Ciências, que já participavam de eventos nacionais, por exemplo, o VIII Encontro Nacional de Clubes de Ciências na cidade de Nova Friburgo - RJ e os encontros da Coalizão Rios Vivos fez com que surgisse o convite do Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente, para participar de audiência com o Presidente da República em 1999, junto à outras experiências de Educação Ambiental do Brasil, formando a rede Protetores da Vida que contribuiu na formatação da Política de Educação Ambiental Brasileira.

A mudança de comportamento da comunidade, de alunos e até de indústrias; ações integradas com instituições públicas e privadas, maior envolvimento/participação da sociedade e cobranças junto a órgãos públicos e privados e referência de ações sociais tornaram possível a emenda ao orçamento do município (lei 10/2001) “incluindo a urbanização, canalização e drenagem do córrego Bálsamo, no trecho Rua dos Democráticos à Rua Brigadeiro Thiago Tobias, numa

³ A perspectiva holística defende que o homem é um ser indivisível, que não pode ser entendido através de uma análise separada de suas diferentes partes, é preciso considerar o todo.

extensão de 1.000 metros”, trecho mais antropizado (MATO GROSSO DO SUL, 2001).

Em 20 junho de 2001 ocorre o maior acidente ambiental de Campo Grande. Nove vagões de trem da empresa Novoeste tombam no km 824 da Estrada de Ferro da Capital, um vagão é perfurado e derrama cerca de 40 mil litros de óleo diesel exatamente na região da nascente do Córrego Bálsamo.

O papel de mobilização do Bálsamo Clube de Ciências entra novamente em ação. Em uma semana os estudantes reúnem um documento com 5.536 assinaturas pedindo a recuperação da área degradada e entregam nas mãos do Governador da época, José Orcírio Miranda dos Santos (Zeca do PT).

Para o fortalecimento institucional foi preciso ocupar espaços de decisão de políticas públicas. O Bálsamo passa a integrar o Fórum Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, a Rede Agupapé de Educação Ambiental, a Rede Cerrado de ONGs, a SOS Mata Atlântica, a Coalizão Rios Vivos e o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campo Grande. Participando e pautando as questões ambientais da Cidade. A Constituição de 1988, em seu artigo 225 evidencia “impondo-se (...) à coletividade o dever de defendê-lo (meio ambiente) e preservá-lo” (BRASIL, 1988).

O córrego Bálsamo ainda agoniza por resquícios desse acidente, que mesmo após toda articulação da comunidade local e estudantes não teve seu Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) efetivado, dada questões político-econômicas. O fato é que a sociedade não deve fechar os olhos diante de tais descasos. Como afirma a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9795/99:

Art. 5º. – São objetivos fundamentais da educação ambiental: (...) IV. O incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania (BRASIL, 1999).

Atualmente um dos maiores empreendimentos da cidade de Campo Grande - MS, a nova Rodoviária, está instalada nas cercanias do Bálsamo, o grupo se movimentou e solicitou medidas de compensação para o Córrego, e conseguiram garantir do poder público o investimento de R\$56 milhões para a construção do Parque Linear do Córrego Bálsamo (JORNAL O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, 2008).

Percebemos que ao defender o Córrego Bálsamo, não teríamos êxito se ficássemos restritos apenas as questões locais. Era preciso entender o que significava o Bálsamo dentro da questão maior, que era o meio ambiente como um todo, inclusive dentro da Bacia do Prata, da correlação com o Pantanal. O envolvimento em agendas de outras ONGs, o agir em conjunto, a troca de experiências, a mobilização para atingir as mídias, tudo era fundamental para se atingir mudanças de comportamentos e resultados.

Foi a prática do fazer e entender a comunicação como chave para possíveis mudanças, através da vivência no movimento ambiental, estimulado pela Ecoa e a participação nos encontros da “Rios Vivos”, que me levou a cursar a graduação em Jornalismo na Universidade para o Desenvolvimento da região do Pantanal – UNIDERP, onde concluí o curso em 2005. Posteriormente ingressei no mestrado em comunicação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, inclusive me provocando ao tema apresentado.

A questão ambiental envolve relações múltiplas e complexas, “envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos” (BRASIL, 1999) como está citado na Lei 9795/99, a Lei da Política Nacional de Educação Ambiental. O meio ambiente deve ser concebido “em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico, e o cultural” (BRASIL, 1999). O homem não pode se sentir apenas o dominante, é preciso compreender a relação de cooperação e integração existente para a garantia da vida.

Feito esse relato sobre minha relação pessoal com o tema dessa dissertação que é base de toda minha motivação e justificativa pessoal para construção desta pesquisa, vale salientar que o estudo justifica-se, também, por acrescentar conhecimento científico na área de comunicação e meio ambiente e ainda por ser uma importante ferramenta histórica de registro de memória do caso Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP).

1.2 Objetivos e Metodologia

1.2.1 Objetivo Geral

Como objetivo geral, buscou-se demonstrar se a veiculação do Boletim Ecologia em Notícias, através da Internet, representou um espaço de significação e ou ressignificação de valores, contribuindo para a preservação do Pantanal.

1.2.2 Objetivos Específicos

- ⇒ Explicitar a complexidade da temática meio ambiente e contribuir para o entendimento correto do conceito;
- ⇒ Colocar em pauta na ciência a preservação ambiental;
- ⇒ Oferecer material teórico sobre o caso Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP) e demonstrar a importância do tema;
- ⇒ Servir como registro histórico;
- ⇒ Compreender e demonstrar como era a produção e distribuição do Boletim e qual o papel que a internet desempenhou nesse processo;
- ⇒ Mostrar que a comunicação pode ser um espaço de significação e ressignificação de valores.

1.2.3 Procedimentos Metodológicos

Como procedimento metodológico, primeiramente se buscou contextualizar o debate sobre a construção da HPP no Pantanal para que fosse possível entender o que foi o processo de debates e discussões para construção ou não da Hidrovia, apresentando o Pantanal e sua importância para o meio ambiente sul-americano.

Posteriormente apresentamos o projeto HPP e suas propostas, a Coalizão Rios Vivos – uma rede de organizações ambientais que tem como foco o associativismo e fortalecimento de ações ambientais e sociais na região pantaneira.

Apresentamos a Ecoa – ONG ambientalista e secretaria executiva da Coalizão da Rios Vivos, que atua como “ator social” nessa discussão e mais especificamente o Boletim Ecologia em Notícias, produzido pela Ecoa no período de 1997 a 2002.

Foram adotados como autores referenciais: Manuel Castells, John B. Thompson, Alain Touraine, Mauro Wilton de Sousa, Joviles V. Trevisol, Bernard Miège, Rovilson Robbi Britto, Jesus Martín-Barbero e Wilson Gomes.

Os principais atores que participaram da mobilização e que estiveram na oposição do HPP, foram entrevistados. São eles: Alcides Faria – Fundador da ECOA e ex-secretário executivo da coalizão Rios Vivos; Eber Benjamim – Jornalista e produtor do Boletim Ecologia em Notícias; Alysson Ishy – Jornalista e produtor do Boletim Ecologia em Notícias, Yara Medeiros – Jornalista e produtora do Boletim Ecologia em Notícias; Débora Calheiros – Pesquisadora da Embrapa e consultora da Rios Vivos e Alessandro Menezes, coordenador de mobilizações da Ecoa.

1.3 Estrutura da Dissertação

A dissertação está estruturada da seguinte forma: Introdução – percorrendo uma visão geral da dissertação; Capítulo 1 – As pesquisas em comunicação no Brasil, apresentando os autores referências, percorrendo sobre o funcionalismo: a formação para o mercado; apresentando a perspectiva crítica; os estudos culturais: o olhar da comunicação sobre a cultura; o novo olhar: o espaço das discussões públicas; e as novas tecnologias como espaço de significação e ressignificação. No capítulo 2 apresentamos uma nova forma de olhar o processo comunicacional, através da metodologia proposta; no capítulo 3 mostra-se o contexto social que o debate público está inserido, apresentando o Pantanal, o projeto Hidrovia Paraguai-Paraná, a Coalizão Rios Vivos, a Ecoa e o Boletim Ecologia em Notícias. No capítulo 4, é feita a análise das entrevistas, logo em seguida conclusão, e finalizamos com referência bibliográfica; apêndice e anexos.

2. AS PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO NO BRASIL

2.1 O funcionalismo: a formação para o mercado

Neste capítulo objetiva-se apresentar as principais tendências teóricas que nortearam as pesquisas no campo da Comunicação no Brasil. O estudo das teorias nos auxilia a perceber como a Comunicação entende o processo comunicacional e principalmente a relação que o receptor tem com os meios.

As pesquisas em comunicação no Brasil seguiram basicamente a seguinte periodização: na década de 1950 as pesquisas funcionalistas baseadas em métodos quantitativos de conteúdo dos meios, principalmente imprensa de audiências, IBOPE⁴ e de efeitos; na década de 1960 pesquisas funcionalistas descritivas baseadas em métodos comparativos e de estudos de comunidades; na década de 1970 pesquisas funcionalistas descritas sobre política de comunicação nacional, comunicação e política; na década de 1980 pesquisas funcionalistas sobre aspectos sistêmicos da produção e da circulação da comunicação, espaço para elaboração de uma metodologia da comunicação, novas tecnologias, cultura e comunicação popular.

Para Mauro Wilton de Sousa (1995), o paradigma Funcionalista está focado na análise centrada no receptor. O receptor é apenas o alvo a ser atingido, que pode ser manipulado e controlado pela comunicação. Não se leva em conta sua história e nem o contexto que o mesmo está inserido, se preocupa apenas em descrever os meios e suas funções, trata-se da codificação e decodificação da comunicação. O receptor é descrito por mecanismos de controle, persuasão e poder que atuam sobre ele, é tratado como dependente na relação emissor-receptor.

Para se conseguir um controle social sobre a massa, fenômeno das novas sociedades urbano-industriais, não se trabalhava diretamente com a massa, mas com os indivíduos, indagando sobre suas carências, desejos e necessidades. Esse uso instrumental do indivíduo, e também de grupos sociais, garantiria o uso instrumental dos meios de comunicação numa sequência em que a lógica do sistema socioeconômico de produção ficaria preservada (SOUSA, 1995, p.17).

⁴ Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística.

O funcionalismo busca um conjunto organizado de estruturas, com ideia básica de totalidade e interdependência. Ao defender essa estrutura invariante em um grupo social, esquece as transformações dos fenômenos. A sociedade é vista como sistema dinâmico de atividades repetitivas, parte do pressuposto de um sistema inter-relacionado, em equilíbrio dinâmico, as ações são padronizadas e repetitivas, visa à manutenção e continuidade da estabilidade, do sistema. E os meios de comunicação exercem ações para manter a padronização, a harmonia, o equilíbrio, e podem ser funcional ou disfuncional.

Os meios de comunicação eram vistos como agentes desse processo não só pelo capital que os criava e mantinha, ou pela tecnologia de que se serviam, ou mesmo pelos produtos que veiculavam, mas pela lógica de concepção de vida que alimentavam e pelo lugar cultural que passavam a ocupar na vida cotidiana de pessoas e grupos sociais (SOUSA, 1995, p.19).

Em Mato Grosso do Sul, nas Universidades, sobretudo particulares, nota-se por observação direta e própria vivência, que estão até hoje voltadas para a formação de mercado, tendo como eixo norteador o funcionalismo.

2.2 A perspectiva crítica

No Brasil até final da década de 1980 toda pesquisa em comunicação era de denúncia, até mesmo devido às questões políticas do País à época, tinham como referencial teórico os estudos Frankfurtianos, o objetivo era denunciar que os meios de comunicação estavam sempre a serviço da manutenção do sistema capitalista (ADORNO, 2002).

Para a teoria crítica, ou teoria da dependência, é através da razão que o indivíduo tomará consciência e se despertará. É através da tomada de consciência que há a libertação do sujeito. Ela denuncia o sistema e os meios de comunicação como mantenedores do sistema. Vê o indivíduo não apenas como reificado, como coisa ou alvo a ser atingido, mas como algo que precisa tomar consciência e se libertar.

Alan Touraine (1994) classifica o “indivíduo”, como o Ser a ser tratado em seu aspecto físico e psíquico, o “sujeito” é o que leva em conta seu aspecto físico, psíquico e histórico social, e o “ator social” é o sujeito que atua, intervém, na

sociedade através de suas ações. A perspectiva crítica toma o indivíduo como o Ser da consciência, porém essa só é consciência quando consciente de si.

A teoria da dependência revela o sistema onde os meios estão inseridos e colaborando. Sousa aponta que para essa perspectiva era necessário desnudar os meios de comunicação e resgatar o receptor:

Cabia resgatar o receptor dessa reificação impingida pelo sistema, mediante a sua conscientização do processo de dominação em vigor; pela denúncia, resistência e ação concreta, seria possível a mudança desse quadro de poder. Os meios de comunicação, em especial, tinham que ser desnudados na cooperação estabelecida com os interesses do Estado, no envolvimento com capitais estrangeiros e no processo alienante e devastador que exerciam sobre a cultura (SOUSA, 1995, p.19).

Mesmo fazendo crítica ao sistema, a perspectiva crítica também olha para o indivíduo como passivo, manipulável e busca despertar essa consciência da dominação, explicitando que os meios de comunicação estão sempre a serviço da manutenção do sistema opressor e dominante. Ela se propõe a leitura crítica dos meios, partindo da consciência para a tomada de decisão.

Entende o indivíduo como parte da massa, agente passível e manipulável, ideia também defendida pelo funcionalismo, mas aqui a manipulação se dá através da política, da alienação e da desapropriação dos bens simbólicos e culturais. Enquanto o funcionalismo identificava o desejo e usava esse desejo para manter o capitalismo, gerando os produtos de consumo, a chamada Indústria Cultural, a teoria da dependência questiona, critica, denuncia essa relação na comunicação.

Uma visão de esquerda que formou vários comunicadores que passaram a trabalhar com comunidades populares ensinando a leitura e produção dos meios. Perspectiva justificável pelas pressões políticas e ideológicas da época.

2.3 Os estudos culturais: olhar da comunicação sobre a cultura

Os estudos culturais defendem que os estudos da Comunicação não devem ficar restritos à discussão ideológica ou econômica. A partir de Marx, é retomado o estudo de como se negocia e se exerce o poder político nas modernas sociedades. E desde Gramsci são apontados os caminhos de como cultura e ideologia, sempre

segundo referenciais de classe social, encontram na sociedade civil o espaço de negociação do poder, e, na sociedade política, o espaço de seu exercício.

A teoria da hegemonia não elimina a prioridade de análise dos conflitos sociais e psicossociais, mas destaca os interlocutores do processo de negociação política no interior das classes sociais, identifica os espaços dessa negociação e, dessa forma, atualiza a análise das modernas interações entre infraestrutura econômica e superestrutura política, redirecionando a relação entre ideologia e cultura (SOUSA, 1995, p.26).

Na perspectiva crítica o sujeito pode ser entendido como indivíduo com consciência, mas que precisa ter a tomada dessa consciência para se tornar sujeito. Na perspectiva dos estudos culturais, o sujeito é visto com outro olhar, ele não deixa simplesmente de ser passivo e se torna ativo, ele é repensado.

Embora esse “quem” da comunicação, esse sujeito, teoricamente ainda não esteja configurado, sabe-se que ocupa um espaço contraditório, o da negociação, o da busca de significações e de produções incessantes de sentido na vida cotidiana.

O receptor deixa de ser visto, mesmo que empiricamente, como consumidor necessário de supérfluos culturais, ou produto massificado apenas porque consome, mas resgata-se nele também um espaço de produção cultural; é um receptor em situações e condições, e por isso mesmo cada vez mais a comunicação busca na cultura as formas de compreendê-lo empírica e teoricamente. Esse receptor é percebido de forma melhor no mundo da cultura em produção, mais popular, em que a própria comunicação se encontra, surgindo novas chances para o encontro do sujeito (SOUSA, 1995, p.27).

A ideia não é mais denunciar os meios, revelando o que a mídia estava se propondo a fazer com a comunicação e principalmente com a produção de significados na cultura. E sim repensar o papel da comunicação. A pergunta central passa a ser como a sociedade se organiza, se movimenta, e qual é o papel da comunicação nesse espaço? Muda-se o foco da função para o papel social dos meios de comunicação.

Os meios de comunicação são vistos, no caso, não apenas como veículo, mas como expressão de uma instância pública que indaga, e também reconhece os espaços de construção de valores, ainda que grupais. Tais espaços são ao mesmo tempo de negociação e de debates, já que os valores, longe de ser expressão de

sentido dado apenas pelo produtor ou pelo receptor, são o que exprimem o processo no qual ocorrem (SOUSA, 1995, p. 35).

Para os estudos culturais o papel da cultura não é reduzido apenas à produção de bens artísticos, mas cultura como espaço de produção de significados. A comunicação é vista como atravessamento cultural, e os meios não como produtores de informação, mas os meios como mediadores, negociadores de produção de significados. Não é troca, ou intermediação de conflitos, é produção de significação ou ressignificação. O ser humano valora, e ao valorar produz significado, e ao produzir significado produz cultura. O campo da comunicação é, então, o espaço da significação e ressignificação.

Antes de criticar o consumo dos produtos culturais Martin-Barbero (2009) tentou entender as relações que se estabelecem por meio do consumo dos produtos culturais dos meios de comunicação de massa. A operacionalização de um conceito expandido de cultura, isto é, que inclui as formas nas quais os rituais da vida cotidiana, instituições e práticas, ao lado das artes, são constitutivos de uma formação cultural, rompendo com um passado em que se identificava cultura apenas com artefatos.

A extensão do significado de cultura - de textos e representações para práticas vividas e suas implicações na rígida divisão entre níveis culturais distintos - propiciou considerar em foco toda produção de sentido.

Na perspectiva dos estudos culturais o sujeito da comunicação é ativo, admite-se a sua capacidade de julgar, distinguir e decidir práticas que lhe são propostas pelos media e pela sociedade, bem como, percebê-las e transformá-las no seu mundo vivido, significá-las e ressignificá-las. O sujeito é histórico e produz cultura.

Os estudos culturais trouxeram para o campo da comunicação outra forma de olhar o processo comunicacional. Por exemplo, o desenvolvimento dos meios de comunicação produziu novas formas de visibilidade mediada. O sociólogo John Thompson (2011) defende que devemos abandonar a ideia de que os destinatários dos produtos de mídia são expectadores passivos e que a recepção seja acrítica, que os produtos são absorvidos pelos indivíduos como uma esponja absorve água.

O olhar sistêmico para a sociedade faz com o que os meios de comunicação sejam um novo espaço público, não apenas como o espaço em si, mas como o “lugar” das discussões públicas, da visibilidade e até mesmo da invisibilidade.

2.3.1 Cultura: a formação de valores

Não se pretende, nessa dissertação, discorrer pelo processo histórico que remete o termo cultura, passando de sua origem voltada ao designar plantas e animais e depois como elemento de distinção entre as camadas sociais. Remete-se, aqui, à adoção do conceito de cultura defendido por John Thompson (1995) no livro “Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa”. Onde o autor define a cultura como:

uma questão de ações e expressões significativas, de manifestações verbais, símbolos, textos e artefatos de vários tipos, e de sujeitos que se expressam através desses artefatos e que procuram entender a si mesmos e aos outros pela interpretação das expressões que produzem e recebem. Em sentido mais amplo, o estudo dos fenômenos pode ser pensado como o estudo do mundo sócio histórico constituído como um campo de significados (THOMPSON, 1995, p.165).

Não resumindo cultura à manifestação artística ou bem cultural, mas ao contexto e a construção de significados ou ressignificação que o homem produz no contexto histórico-social em que se encontra. Essa pesquisa se norteia e compartilha da ideia de Thompson ao afirmar que:

O processo de recepção não é um processo passivo de assimilação; ao contrário, é um processo criativo de interpretação e avaliação no qual o significado das formas simbólicas é ativamente constituído e reconstituído. Os indivíduos não absorvem passivamente formas simbólicas, mas, ativa e criativamente, *dão-lhes um sentido* e, por isso, produzem um significado no próprio processo de recepção (THOMPSON, 1995, p.201).

O homem é um sujeito histórico-social, vive em um contexto que não pode ser desprezado. Ao produzir suas manifestações, valora, e ao valorar produz significados. Produzindo significados ele aceita e ou rejeita, incorporando, ou não, na sua cultura tais valores. Este conceito de cultura é o que permeia nossa pesquisa.

2.3.2 Um novo olhar: o espaço das discussões públicas

Os estudos culturais nos fazem perceber que os meios de comunicação podem ser um novo espaço para significação e ressignificação das discussões públicas, tese defendida por Mauro Wilton de Sousa no livro “Recepção Mediática e Espaço Público: Novos Olhares” (2006).

O uso dos meios de comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, bem como novas maneiras de exercer o poder, que está mais ligado ao compartilhamento do local comum. Assim, são estabelecidas novas possibilidades de interpretação do “público” e do “privado”, transformando as formas de visibilidade.

Tecnologias cada vez mais sofisticadas fornecem uma série de dispositivos poderosos que podem ser utilizados para aumentar o vazamento de um comportamento que é próprio de áreas recônditas para áreas frontais onde, com as atividades da mídia e de outras organizações, ele pode ser transformado em eventos extremamente visíveis (THOMPSON, 2011, p.17).

Não se pode perder de vista que a imprensa de opinião teve um papel importante na reorganização do espaço público, desde as primeiras sociedades democráticas. Bernard Miége (1999), por exemplo, faz com que lembremos que, em períodos diversos em torno da imprensa de opinião se organizavam os espaços públicos, conforme experiências antecedidas apenas pela Inglaterra, no continente Europeu, e Estados Unidos.

Para o autor, o advento das novas mídias, entre elas a televisão, a relação do se tornar “visível” ou “invisível” estava diretamente relacionada ao aparecer na televisão, de forma que aqueles – quer fossem pessoas, movimentos ou ações – que não tivessem o seu momento de aparição, não angariavam credibilidade à sua causa ou ação.

As mudanças estabelecidas pelas novas mídias alteram essa relação, de forma que, “se a televisão havia imposta a ordem de visibilidade social (quem não aparece na televisão não existe) agora é o sujeito quem organiza seu dispositivo de identidade” (VILCHES, 1999, p.13).

As relações de público e privado passam a sofrer interferências diretas das novas tecnologias e chega-se a dimensionar o que seria o novo espaço público,

ligado à sociedade contemporânea dos meios de comunicação, quase que na acepção de um ambiente marcado pela comunicação mediática. Sousa (1999) alerta para o risco de se tornar reducionista a análise do espaço público vinculado apenas a público-político, às atividades contemporâneas do poder, quando as demandas sociais se fazem intensas. Pois:

O espaço público não se define mais só pela argumentação, pela força social do debate, mas também pela presença dos condicionantes do mundo simbólico, a mediação da cultura, como também pela pluralidade de instituições que compõem os diferentes campos da vida social, inclusive os da comunicação (SOUSA, 1999, p. 21).

Mesmo que a função de facilitador do debate e das trocas de opiniões, além das práticas argumentativas possam ter diminuído, o espaço público se perpetua, amplia-se, pois são participantes todas as classes e categorias sociais, evidentemente que de diversos modos. Miége acredita que “as funções do espaço público se estendem regularmente e que ele tem tendência a se fragmentar” (MIÉGE, 1999, p.10).

Entender essa relação do espaço público mediado exige olhares de todos os campos, a sociedade muda junto com essas relações e compreende-las é fundamental.

Sabemos que como em toda etapa histórica, nos encontramos na era da transição, ou migração digital, cuja duração não se pode prever. Os cientistas e os profissionais da comunicação são chamados a serem vigilantes diante da evolução e das repercussões culturais e sociais das telecomunicações, das redes de conhecimento estruturadas em torno da Internet e da adaptação ou transformação dos meios de comunicação tradicionais. As teorias da comunicação devem servir para compreender as práticas comunicativas da indústria e da sociedade que são inseparáveis da migração digital. Para compreender que há uma revolução digital e que as culturas têm suas próprias formas de compreender sua relação com os outros, com a tradição, religião, as línguas etc. A era digital comporta trocas estruturais. O conteúdo e a forma dos meios de comunicação, os sistemas de circulação do conhecimento e os vínculos que têm a rede social começaram a serem transformados (VILCHES, 1999, p.5).

A discussão entre público e privado sofre mudanças desde a Grécia Clássica, passando da discussão sobre a vida da *pólis*⁵, quando os cidadãos discutiam em reuniões públicas questões de interesse comum, ao desenvolvimento do direito romano, separando a lei pública de privada, e da concepção de *res publica*⁶. À medida que as antigas instituições cediam lugar às novas, os termos “público” e “privado” começaram a ser usados com sentidos novos.

Segundo Habermas (*apud* SOUSA, 1999), o espaço público é a esfera de pessoas privadas reunidas em público, o “lugar”, na acepção geográfica da palavra, onde se desenvolve o exercício de tornar público, publicizar ideias, conceitos e vontades, até então privadas, de grupos, diante de problemas e situações comuns a todos, principalmente no que se refere aos assuntos de poder e da gerência da coisa pública.

De acordo com a perspectiva habermasiana, essa concepção teve início na “Ágora” grega, chegando aos salões, palácios, cafés e outros espaços comuns na idade moderna, passando por instituições governamentais.

Atualmente, fala-se de esfera pública midiática (SOUSA, 1999). A discussão de espaço público passa, então, pelos meios de comunicação de massa; da imprensa escrita à internet. É concebido como o âmbito social no qual são debatidos temas relativos à coletividade.

Ao tomar a linha de pensamento de Bobbio (1987, *apud* Sousa, 1999) pode-se dizer que “público” significa “aberto” ou “acessível ao público”. No sentido de ser visível, observável, realizado na frente de espectadores para que muitos vejam ou ouçam, e “privado” aquilo que se esconde da vista dos outros, o que é feito em segredo ou entre um círculo restrito de pessoas.

A partir das reflexões sobre esfera pública midiática e principalmente da perspectiva dos estudos culturais é que tomamos como fato que a internet, pode ser uma rede de discussões e circulação de informações. Repertório de ideias, que pode atingir um grande número de pessoas, mesmo que estas não estejam no mesmo local.

Atualmente, as estruturas de transição da sociedade contemporânea, a grande diversidade econômica e sociocultural, os mais diferentes grupamentos

⁵ Conceito de cidade-estado na Grécia antiga.

⁶ Significa “algo público”, da população. É a origem da palavra república.

humanos e, principalmente, o papel de novas tecnologias de comunicação, produção e divulgação da informação têm proporcionado modificações nas relações de poder e produzido novas formas de organização social e de participação política dos indivíduos.

É clara a diferença do espaço comunicacional produzido pelos *media* em comparação ao que gerou o espaço público burguês pensado por Habermas, mas não o é suficientemente para determinar o fim do espaço público na sociedade atual, já que os *media* exercem, em alguns momentos, o espaço de publicização e “formação da opinião e a crítica do público” (LINHARES, 2006, p.159).

Assim, amplia-se o número de atores partícipes dos processos decisórios, surgem novos cidadãos e novas formas de contribuição, diferentes daquelas fundadas em instâncias políticas institucionalizadas, profundamente marcadas por antigas relações de poder unilaterais e verticalizadas.

Os atores sociais constroem, dentro de suas possibilidades, novas formas de pertencer ao grupo mais próximo da satisfação de seus desejos e necessidades econômicas, sociais, políticas e, principalmente, culturais. Ao mesmo tempo em que há novas formas de pertencimento, novas estruturas de ação e reação aos processos dominantes do capital, cada indivíduo é levado a se pensar cada vez mais como indivíduo social e, de forma ativa, a fazer suas as normas de pertencimento social, defende Miége (1999).

É essa objetivação que dá sentido às práticas sociais, tanto quanto é através dos meios de comunicação que são legitimados muitos dos seus elementos. Como defendeu Touraine (1994), os homens fazem sua história, “mas eles a fazem através de conflitos sociais, ao mesmo tempo que a partir de orientações culturais” (TOURAINÉ, 1994, p.378).

Assim, podemos refletir que o espaço público se constrói no “mundo da vida” e se concretiza no ato comunicativo, dinâmico e mutável, que depende das interações e mediações possíveis de serem produzidas pelos indivíduos. Entre as mediações estão àquelas estabelecidas pelas novas tecnologias de comunicação.

2.3.3 As novas tecnologias como espaço de significação e ressignificação

As pesquisas em comunicação até meados de 1990 estudavam as mídias, como o impresso, o rádio, a TV, mas a chegada da internet, como nova tecnologia, faz

com que os pesquisadores repensem as pesquisas e inclusive o olhar sobre essa nova tecnologia. Na trilha dos estudos culturais a internet passa a ser vista como fenômeno e também como instrumento comunicacional.

Numa sociedade plural e profundamente diversificada, a internet é um espaço em que o outro pode se constituir. Há sempre um nicho, um “domínio” a ser conquistado. Mesmo que esse espaço ainda não seja plenamente utilizado por todos, não deixa de representar um espaço político e um espaço público, fruto de uma nova racionalidade comunicativa, formado a partir das relações cotidianas, mesmo que virtuais.

Para Linhares (2006), as novas formas de comunicação e os novos aparatos tecnológicos vêm contribuindo para complexificar esta realidade, proporcionando diferentes leituras e/ou interpretações de seu papel/importância para as relações contemporâneas.

No caso das tecnologias da comunicação, a internet representa muito bem essa realidade e cria novas necessidades e situações que nos possibilitam compreender a sociedade a partir de seus elementos, das formas de manifestação pública, de sua relação e convivência com a técnica, da compreensão dos processos de mediação (LINHARES, 2006, p.176).

Na mesma vertente de pensamento, Sousa (1999) adverte que:

A comunicação mediatizada exerce seu papel de mediação entre o indivíduo e a sociedade, em espaços plurais, onde formas distintas de acesso, individual ou coletiva, de alguma forma interferem na criação e na circulação de sentidos, na configuração de práticas, donde seu lugar, enquanto comunicação mediatizada, na construção dessas práticas, e por isso mesmo, práticas públicas com apropriações e canais de acesso diferenciados. São mediações presentes e em mudanças (SOUSA, 1999, p.27).

Por sua própria constituição, a mídia tradicional não é espaço de discussão, mas de convencimento, de exposição pública das opiniões das classes dominantes, de tentativa de naturalização dessas opiniões como sendo de toda a sociedade. Ela é o espaço público de embate apropriado e utilizado (BRITTO, 2006). Pois, “ao utilizar da mídia de maneira funcional, os setores hegemônicos buscam claramente a persuasão, a conquista dos demais setores para seus intentos e para um modo de vida baseado em seus preceitos” (BRITTO, 2006, p.203).

Para esse autor, amplas e distintas parcelas da população se relacionam com a mídia tradicional, mas não é uma relação de submissão e de passividade, e, sim de conflito – em alguns momentos banais e, em outros, completamente antagônicos.

Convivem, portanto, nem sempre amistosamente, duas esferas sociais distintas: os espaços públicos parciais de debate e vivência, com seus laços lastreados no cotidiano e no real vivido, e o espaço público mediático, com seus laços simbólicos baseados no real mediático, no “comum social” mediado pelas técnicas de comunicação (BRITTO, 2006, p. 204).

E essa ação em busca da visibilidade, dos espaços públicos, pode se concentrar em indivíduos e/ou, principalmente, grupos articulados, organizados e com o mesmo interesse, o que pode ser chamado, de acordo com Scherer-Warren (2006), de coletivos em rede, assim definido:

Coletivo em rede refere-se a conexões numa primeira instância comunicacional, instrumentalizada através de redes técnicas, de vários atores ou organizações, que visam difundir informações, buscar apoios solidários, ou, mesmo, estabelecer estratégias de ações conjuntas, como são, por exemplo, os links e conexões que ONGs promovem entre si ou com outros atores políticos relevantes, através da Internet ou de outras formas de mídia alternativa. (...) os coletivos em redes poderão ser formas solidarísticas ou estratégicas de instrumentalização das redes de movimentos, seja em sua forma virtual, redes de ONGs diversas no ciberespaço, sendo propulsoras de movimentos específicos, como o feminista, o ecologista, etc.; ou em forma presencial, as grandes marchas pela paz, por exemplo, constitutivas do movimento mundial pela paz. Portanto, não definem por si mesmos um movimento social, mas são partes constitutivas dos movimentos sociais na sociedade da informação (SCHERER-WARREN, 2006, p. 216).

Por suas possibilidades técnicas, o ciberespaço pode ambientar o embate, praticamente inexistente nas mídias tradicionais, entre as classes e setores da sociedade, que têm interesses distintos e, muitas vezes, antagônicos (BRITTO, 2006).

Esse caminho permite às pessoas atuarem como sujeitos sociais através do ciberespaço, a partir de sua cultura local e vivida, nas dimensões do regional, nacional e global. Sendo assim configurado um espaço mediático como arena de negociação neutra da sociedade. Scherer-Warren (2006) não entende o ciberespaço como uma esfera dissociada dos embates sociais concretos e, sim, uma relação de

confluência, de acréscimo e de sinergia entre o concreto e o virtual. Isso seria resultante, de um lado, da progressiva hibridação tecnológica e, de outro, do somatório de possibilidades que nenhuma das partes, isoladamente, alcançaria. Scherer-Warren esclarece:

As redes sociais primárias, interindividuais ou coletivas, caracterizam-se por serem presenciais, em espaços contíguos, criando territórios no sentido tradicional do termo, isto é, geograficamente delimitados; enquanto as redes virtuais, resultantes do ciberativismo, são intencionais e transcendem as fronteiras espaciais das redes presenciais, criando portanto, territórios virtuais cujas configurações se definem pelas adesões a uma causa ou por afinidades políticas ou ideológicas. Todavia, elas poderão vir a ter impacto sobre as redes presenciais e vice-versa, numa constante dialética entre o local e o mais global, entre o presencial e o virtual, entre o ativismo do cotidiano e ciberativismo digital, podendo vir a auxiliar na formação de movimentos cidadãos planetarizados (SCHERER-WARREN, 2006, p.219).

A internet para Manoel Castells (1999) é o espaço onde grupos de pessoas se comunicam, compartilham experiências, temas afins e se esforçam para atingir objetivos comuns. Castells ainda desenha um cenário em que os modelos, atores e locais da revolução tecnológica, operando em níveis diversos, conseguem equilibrar a coerência, a consistência, a originalidade e a objetivação dos fatos que contam as raízes sociais desta revolução.

Desta forma, nasce um novo paradigma da tecnologia da informação, tendo como característica o aprimoramento do indivíduo. Esse será um pré-requisito básico para a tecnologia continuar avançando sem prejudicar a qualidade de vida do homem e a segurança da própria humanidade, visto que as ferramentas e as máquinas são inseparáveis da evolução da natureza humana.

No processo acelerado da informatização da sociedade, o homem está perdendo gradualmente o consenso sobre os princípios, valores e tradições. Por isso, o maior desafio da sociedade é, justamente, lapidar este novo paradigma. Temos à nossa frente dois grandes agentes de transformação dos homens e das estruturas sociais: por um lado, a *tecnologia*, e por outro a *informação*.

A sociedade em rede se caracteriza pela globalização das atividades econômicas decisivas e sua organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do trabalho, bem como por sua individualização; pela chamada cultura da “virtualidade real”.

Há também a transformação das bases materiais da vida: o espaço e o tempo, mediante a constituição de um espaço de fluxos e de um tempo atemporal, e a internet figurando apenas como um instrumento que estimula e não muda certos comportamentos – no sentido contrário, tem-se que o comportamento é o agente de mudança da internet.

A sociabilidade está se transformando em uma nova maneira de relação pessoal, por meio da qual se formam laços eletivos diferentes daqueles formados no trabalho ou no ambiente familiar (CASTELLS, 1999).

Podemos, seguindo esse pensamento, então compreender que as redes, enquanto estratégia de comunicação e de “atribuir poder” (empoderamento) da sociedade civil, são as formas mais expressivas das articulações políticas contemporâneas dos movimentos sociais. Na sociedade da informação, teriam a capacidade de difusão das informações de forma mais ampla e rápida, conectado às iniciativas locais com as globais e vice-versa.

Touraine (1994) observa que o sujeito se coloca por oposição à lógica do sistema. “O Sujeito e o sistema não são universos separados, mas movimentos antagônicos” (TOURAINÉ, 1994, p.377), atores sociais e políticos que se enfrentam, mesmo quando as demandas do Sujeito não são tomadas em consideração por agentes políticos e quando os grandes sistemas de produção fazem crer a muitos que eles não são, senão, os agentes da racionalidade econômica, até mesmo servidores do público. Ou seja:

A sociedade não pode mais ser definida como um conjunto, de instituições ou como o efeito de uma vontade soberana; ela não é a criação da história, nem de um Príncipe; ela é um campo de conflitos, de negociações e de mediações entre a racionalização e a subjetivação, que são as duas faces complementares e opostas da modernidade (TOURAINÉ, 1994, p. 377).

E é enfático ao dizer:

Não confiamos mais no progresso; não acreditamos mais que o enriquecimento traz consigo a democratização e felicidade. À imagem liberadora da razão sucedeu o tema inquietante de uma racionalização que concentra no cume o poder da decisão. Cada vez mais tememos que o crescimento destrua equilíbrios naturais fundamentais, aumente as desigualdades em nível mundial, imponha a todos a corrida esgotante às mudanças (TOURAINÉ, 1994, p.391).

Pois, “o Sujeito não se define nem se constrói a não ser como ator de conflitos sociais, ao mesmo tempo que como criador de historicidade” (TOURAINÉ 1994, p. 380). Com o advento das novas mídias, cada vez mais as pessoas têm acesso àquilo que Thompson (2012) chamou de “conhecimento não local”, que elas incorporam reflexivamente em seu processo de autoformação.

Com as novas tecnologias mudam-se as formas de visibilidade, como aponta Lorenzo Vilches “o desenvolvimento das redes digitais de Internet e a telefonia prosseguem a tendência da visibilidade e da transparência dominante na modernidade” (VILCHES, 2002, p.13). Vivemos a chamada revolução tecnológica, que muda a nossa forma de produzir e de comunicar. Surgem, assim, as comunidades virtuais, as quais Castells (1999) denomina “sociedade em rede”.

Na era de alta visibilidade midiática, o domínio público se tornou um espaço complexo de fluxo de informação no qual palavras, imagens e conteúdo simbólico competem pela atenção à medida que indivíduos e organizações procuram ser vistos e ouvidos ou, ainda, impedir que outros o sejam.

Obter visibilidade na mídia é ganhar uma espécie de presença ou reconhecimento no espaço público, que pode ajudar a chamar a atenção para nossa situação ou fazer avançar nossa causa. Proporcionam a diferentes indivíduos diferentes inclinações e oportunidades.

Os meios de comunicação não são apenas transmissores neutros que transmitem informação ou conteúdo simbólico de um indivíduo (ou grupo de indivíduos) para outro – uma espécie de esteira transportadora de significados, por assim dizer; ao contrário, quando novos meios de comunicação são desenvolvidos e introduzidos, eles mudam as maneiras pelas quais os indivíduos se relacionam uns com os outros e com eles próprios (THOMPSON, 2011, p. 8).

Paralelamente aos esforços que grupos empreendem para modificar as relações com os indivíduos e outros grupos na sociedade e, também, com as instituições existentes, a luta por visibilidade é fundamental. Obviamente, os atores cívicos (população em geral), particularmente os chamados “contra-públicos subalternos” – minorias e grupos dominados, como Maia (2006) propõe –, enfrentam graves obstáculos para formular seus interesses em importantes arenas de discussão, incluindo a arena midiática. Como atores políticos (tomadores de decisão), eles também precisam estabelecer estratégias e negociar com os

profissionais da mídia, a fim de “atravessar” este campo e conferir “existência pública” às suas causas.

Na sociedade contemporânea, esta é a forma mais poderosa para disseminar informações para uma audiência ampliada, para além da própria comunidade ou do ambiente compartilhado, e, conseqüentemente, buscar interferir no entendimento coletivo sobre os problemas percebidos (MAIA, 2006). Como bem pontuou Wilson Gomes “em suma, a esfera civil pode discutir o que quiser e quanto o queira, mas quem decide é a esfera política” (Gomes, 2006. p.58).

Sobre a conquista do espaço de visibilidade podemos, conforme o pensamento de Leal (2006, p.3), dizer que “muito de sua presença ou participação nos espaços de deliberação ou na mídia vem do reconhecimento da importância da sua comunidade, em nome do qual eles se manifestam”.

Mesmo que ainda sendo movimentos e ou ações frágeis, não afirmados dentro do conceito de identidade, passam a existir e conquistar espaços através da linguagem, pois no momento de sua manifestação pública, os agentes fazem com que elas existam na linguagem.

Na produção de formas simbólicas e na sua transmissão para os outros, os indivíduos geralmente empregam um *meio técnico*. “O meio técnico é o substrato material das formas simbólicas, isto é, o elemento material com que, ou por meio do qual, a informação ou conteúdo simbólico é fixado e transmitido do produtor ao receptor” (THOMPSON, 2011, p.44). E os indivíduos que empregam um meio devem conhecer, até certo ponto, as regras e os procedimentos. O domínio destas regras e procedimentos não exige, necessariamente, a capacidade de formulá-los de modo claro e explícito, apenas a habilidade de usá-los na prática.

O que Thompson traz à luz é que quando indivíduos codificam ou decodificam mensagens, eles empregam não somente as habilidades e competências requeridas pelo meio técnico, mas, também, várias formas de conhecimento e suposições de fundo, que fazem parte dos recursos culturais que trazem para apoiar o processo de intercâmbio simbólico.

Estes conhecimentos e pressuposições dão forma às mensagens, à maneira como eles as entendem, relacionam-se com elas e as integram em suas vidas. O processo de compreensão é sempre uma ação recíproca entre as mensagens codificadas e os intérpretes situados, e estes sempre trazem uma grande quantidade de recursos culturais de apoio a este processo.

Em termos de visibilidade ou invisibilidade, Thompson (2011) defende que a tradição oral e a interação face a face continuam a desempenhar um papel importante na elaboração de nossa compreensão do passado, mas elas operam cada vez em conjunto com um processo de compreensão que se serve mais de conteúdo simbólico presente nos produtos das indústrias da mídia e das novas tecnologias, nas relações mediadas. “A simultaneidade ganhou mais espaço e se tornou finalmente global em alcance” (THOMPSON, 2011, p.59).

As novas tecnologias, sobretudo a internet não pode deixar de ser esse espaço de visibilidade e dos conflitos sociais, pois, como disse Touraine (1994), “a modernidade é refratária a todas as formas de totalidade, e é o diálogo entre a razão e o Sujeito, que não pode ser rompido nem terminado, que mantém aberto o caminho da liberdade” (THOMPSON, 2011, p.394).

3. MÉTODOS E TÉCNICAS

A opção metodológica aqui proposta baseou-se em duas partes de um processo. Inicialmente a pesquisa exploratória, constituída pelo levantamento bibliográfico e em seguida pela pesquisa de campo, na intenção de buscar e anexar o máximo de informações possíveis ao projeto.

Na segunda parte do processo, já com os dados adquiridos e com aplicação de entrevistas abertas para coleta de informações além da bibliografia existente, inicia-se a etapa posterior de interpretação e percepção dos resultados científicos obtidos através das informações adquiridas constituindo, portanto, uma pesquisa qualitativa.

Mas o ponto de partida de uma investigação científica deve basear-se em um levantamento de dados. Para esse levantamento é necessário, num primeiro momento, que se faça uma pesquisa bibliográfica. Num segundo momento, o pesquisador deve realizar uma observação dos fatos ou fenômenos para que ele obtenha maiores informações e num terceiro momento, o pesquisador deve fazer contatos com pessoas que possam fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis (BONI; QUARESMA, 2005, p. 70).

Para adquirir o conhecimento de fontes necessárias na pesquisa bibliográfica foi traçada a estratégia de busca em todos os meios possíveis: textos em livros, artigos científicos, *sites*, e documentos impressos e digitais variados.

Em linhas gerais a pesquisa bibliográfica é um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes. Ela abrange: publicações avulsas, livros, jornais, revistas, vídeos, internet, etc. (BONI; QUARESMA, 2005, p.71).

Como parte da pesquisa exploratória de levantamento de dados, a bibliografia encontrada somou-se à observação direta e pesquisa de campo que puderam dar embasamento maior aos detalhes necessários para sistematização das informações que constituem a pesquisa e apresentação dos personagens e fatores envolvidos.

Considerando a vertente dos estudos culturais, da mediação do debate público mediático e do uso da internet como espaço de significação e ressignificação

procurou-se levantar relatos sobre o debate que ocorreu durante a proposta da criação da Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP), estudo de caso incluso na pesquisa.

Com uma busca intensa por documentos e informações foi possível contextualizar a história sobre a construção da HPP no Pantanal para tornar viável o entendimento do que foi o processo de debate e discussões na construção ou não da Hidrovia, apresentando o Pantanal e sua importância para o meio ambiente sul-americano.

Posteriormente se constituiu a parte teórica de apresentação do projeto HPP e suas propostas, a Coalizão Rios Vivos – uma rede de organizações ambientais que tem como foco o associativismo e fortalecimento de ações ambientais e sociais na região pantaneira.

Apresentou-se, também, a Ecoa – ONG ambientalista e secretaria executiva da Coalizão da Rios Vivos, que atua como “ator social” nessa discussão e mais especificamente o Boletim Ecologia em Notícias, produzido pela Ecoa no período de 1997 a 2002.

Após concluída a etapa exploratória inicial na busca de conhecimentos científicos pré-existentes na área, o prosseguimento do estudo foi a pesquisa de campo, efetiva, onde utilizou-se da observação direta, facilitada pelo conhecimento prévio do objeto e público.

Outra forma de coletar dados através da observação ocorre quando o pesquisador utiliza a observação participante. A observação participante se distingue da observação informal, ou melhor, da observação comum. Essa distinção ocorre na medida em que pressupõe a integração do investigador ao grupo investigado, ou seja, o pesquisador deixa de ser um observador externo dos acontecimentos e passa a fazer parte ativa deles. Esse tipo de coleta de dados muitas vezes leva o pesquisador a adotar temporariamente um estilo de vida que é próprio do grupo que está sendo pesquisado (BONI; QUARESMA, 2005, p.71).

Já na aplicação das entrevistas, onde se optou pela entrevista aberta justifica-se pelo fato de que era necessário dar abertura aos entrevistados para não influir nas respostas e ainda para não adquirir respostas padronizadas, uma vez que os fins metodológicos são qualitativos e não quantitativos.

Quanto à formulação das questões o pesquisador deve ter cuidado para não elaborar perguntas absurdas, arbitrarias, ambíguas,

deslocadas ou tendenciosas. As perguntas devem ser feitas levando em conta a seqüência do pensamento do pesquisado, ou seja, procurando dar continuidade na conversação, conduzindo a entrevista com um certo sentido lógico para o entrevistado. Para se obter uma narrativa natural muitas vezes não é interessante fazer uma pergunta direta, mas sim fazer com que o pesquisado relembre parte de sua vida. Para tanto o pesquisador pode muito bem ir suscitando a memória do pesquisado (BONI; QUARESMA, p.72, 2005).

Durante as entrevistas tomou-se o cuidado metodológico de não segmentar demasiadamente um assunto e manter o tom o mais informal possível. Para MINAYO (1993) a entrevista aberta é comumente utilizada para pesquisadores que tenham a intenção de obter o maior número possível de informações sobre determinado tema.

Essa escolha se torna adequada, nesta pesquisa, pois reduz a interferência do cientista sob a visão do entrevistado, uma vez que o mesmo apenas suscita os temas e dá abertura total às fontes, que devem ser escolhidas com cautela para que sejam confiáveis e completas para aquilo que se busca explanar, conquistando assim um maior detalhamento do assunto em questão.

A técnica de entrevistas abertas atende principalmente finalidades exploratórias, é bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisas dos conceitos relacionados. Em relação a sua estruturação o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. As perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal. A interferência do entrevistador deve ser a mínima possível, este deve assumir uma postura de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, pode interromper a fala do informante (BONI; QUARESMA, 2005, p.74).

O objetivo das entrevistas foi perceber o contexto das discussões da época e principalmente o papel do meio Boletim e internet no processo de mobilização e conscientização. Para isso foram adotadas as perguntas abertas que davam oportunidade ao entrevistado de contar, sem filtros, como era o contexto de seu envolvimento com o tema, sua participação e de quais formas eram utilizados os meios de comunicação.

Sobre a definição da amostragem, optou-se por realizar entrevistas abertas com o total de seis pessoas, especificamente com dois gestores da Ecoa, três jornalistas e uma pesquisadora, escolhidos por serem estes os responsáveis pela produção, circulação e linha editorial do Boletim Ecologia em Notícias. Foram estes os atores diretamente envolvidos com o tema da pesquisa e mais capacitados para tratar do assunto com credibilidade.

O objeto de estudo escolhido e explanado nas entrevistas é o processo de comunicação que envolve o Boletim Ecologia em Notícias em sua transição para internet. Produzido entre 1997 e 2002, pela ONG Ecoa o Boletim era um informativo semanal, veiculado todas as quintas-feiras, que tinha como tema central a questão da Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP). Inicialmente distribuído para as redações de rádios da região pantaneira, utilizando o meio fax para essa distribuição. Posteriormente, a partir do ano 2000 o meio utilizado para distribuição passa a ser a internet, foco deste estudo.

Nossa análise, portanto, se concentrará no meio internet, por compreender que essa foi a fase mais significativa do uso do Boletim. A utilização do meio fax era de alcance local, atendendo apenas as rádios pantaneiras e com o advento da internet a causa defendida pelos ambientalistas sai do âmbito local conquistando espaços nacional e internacionalmente, permitindo assim atingirem o objetivo dos ambientalistas de interferirem na efetivação do projeto HPP.

Como pesquisador e sujeito participante das discussões e mobilizações, notou-se cabível em toda a análise, deixar atravessada minha própria vivência e formação, já que reconhecidamente tal visão sobre as questões ambientais se formou a partir do debate da construção da Hidrovia e de minha participação como militante voluntário na Ecoa.

4. CONTEXTO HISTÓRICO: DO MEIO AMBIENTE À PROPOSTA DESENVOLVIMENTISTA

4.1 O Pantanal

Compreender o que é como funciona o Pantanal, sua importância ambiental, suas paisagens e o ciclo das águas, e a inter-relação que se dá através do sistema de áreas úmidas, características únicas desse bioma, bem como uma breve reflexão sobre a ocupação humana nessa região, é fundamental para que possamos traçar um paralelo entre o grande debate público gerado a cerca da proposta da construção da Hidrovia Paraguai-Paraná.

O Pantanal é a maior planície alagável do mundo, é o elo entre as duas maiores bacias hidrográficas da América do Sul: a do Prata e a Amazônica, o que lhe confere a função de corredor biogeográfico, ou seja, ele permite a dispersão e a troca de espécies de fauna e flora entre essas bacias. Devido às suas características únicas, foi reconhecido pela Constituição Federal Brasileira de 1988, como Patrimônio Nacional e posteriormente como Reserva da Biosfera pela UNESCO, no ano 2000 (PACIEVITCH, 2008).

É compartilhado pelo Brasil, Bolívia e Paraguai, sendo o reservatório de uma enorme riqueza biológica, atuando como regulador do sistema hidrológico da bacia do Prata ao retardar o acesso das águas do rio Paraguai ao rio Paraná e, desta maneira, evitando a conjunção dos períodos de máximas torrentes de ambos os rios.

O bioma está situado na parte alta da Bacia do rio Paraguai, que possui uma superfície de aproximadamente 500.000 quilômetros quadrados. A planície cobre uma área de quase 210 mil quilômetros quadrados, dos quais 70% estão no Brasil (nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), 20% na Bolívia e 10% no Paraguai⁷. É uma região única, na qual encontram-se o Cerrado (Leste, Norte e Sul); o Chaco (Sudoeste); a Amazônia (Norte); a Mata Atlântica (Sul) e o Bosque Seco Chiquitano (Noroeste). Esta situação, somada aos pulsos de inundação, ou dinâmica hídrica (regime de cheias e secas), permite particular diversidade e variabilidade de espécies⁸.

⁷ Disponível em: <www.portalpantanal.com.br>. Acesso em: 11 jan. 2013.

⁸ Disponível em: <www.riosvivos.org.br>. Acesso em: 11 jan. 2013.

No Pantanal, o pulso de inundação tem um papel determinante na estrutura e funcionamento dos ecossistemas pantaneiros. Os níveis mais elevados das enchentes na região variam no tempo e no espaço face ao complexo sistema da rede hídrica que alimenta a região. Na parte superior do Pantanal, no Estado de Mato Grosso (municípios de Cáceres, Poconé, Santo Antônio de Leverger e Barão de Melgaço), as enchentes ocorrem de janeiro à março, simultâneas ao período de chuvas (outubro-abril), enquanto que no Mato Grosso do Sul (Corumbá e Ladário) no rio Paraguai principalmente, há uma defasagem de dois a três meses, entre o período de chuva e os picos de cheia (maio-junho), porque a maior quantidade das águas, que descem da parte Norte do Pantanal, leva este período de tempo para percorrê-lo. Isto ocorre devido ao fraco desnível do Rio Paraguai e de seus afluentes, no trecho que percorre o Pantanal e aos controles geomorfológicos, que se sucedem ao longo da calha do Alto Rio Paraguai (SILVA, 2007, p.84).

A riqueza de biodiversidade faz desse local um verdadeiro santuário, são, aproximadamente, 280 espécies de peixes, 90 de mamíferos, 600 de aves e 50 de répteis. No caso das plantas, há cerca de 1.500 espécies de acordo com estimativas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA (2013).

A taxa de endemismo (espécies que ocorrem apenas na região) é relativamente baixa, porém, as características múltiplas da região possibilitam uma interação diferenciada entre material genético originado de animais e plantas, que em outras regiões não estariam em contato da forma como se vê no Pantanal.

A ciclagem de nutrientes nas áreas alagáveis funciona mediante a absorção e estocagem de nutrientes pelas plantas que crescem durante a fase terrestre, e que são transferidos, juntamente com material orgânico para a fase aquática. Nesta, os nutrientes reciclados são absorvidos pelo fitoplâncton, perifíton e macrófitas aquáticas e o material orgânico entra na rede alimentar dos animais aquáticos. No período da vazante, as macrófitas aquáticas são depositadas na Zona de Transição Terrestre Aquática (ZTTA), onde servem de alimento aos animais terrestres e/ou são decompostas, liberando os nutrientes para o solo, os quais são usados para o crescimento das plantas, na fase terrestre (SILVA, 2007, p.88).

Muitas vezes, encontramos a denominação "pantanais", pois a planície pode ser dividida em onze sub-regiões distintas, cada qual com especificidades quanto ao regime de inundação, drenagem, vegetação e relevo. Uma das características marcantes do Pantanal é seu regime de cheias e secas e a relação entre a parte alta da bacia (planalto) e a parte baixa (planície) (WWF, 1999).

Na planície, a declividade é, aproximadamente, de 1 a 2 centímetros por quilômetro no sentido norte-sul e de 6 a 12 centímetros por quilômetro no sentido leste-oeste. Esta situação faz com que a região funcione como uma grande "esponja" que, durante o período das chuvas, recebe as águas da parte alta, que são retidas e escoadas lentamente alcançando o rio Paraguai (WWF, 1999).

O Pantanal faz parte do maior conjunto de áreas úmidas do mundo, a Bacia do Prata. Este "sistema", com cerca de 400 mil quilômetros quadrados, está localizado no vale central que corre de norte a sul dentro da "Grande Depressão da América do Sul" ou "Depressão Sub-andina" (WWF, 1999).

A bacia do Rio da Prata tem como principais rios o Paraná (4.352 km de extensão), o Paraguai (2.459 km) e o Uruguai (1.600 km). O estuário, lugar onde as águas de rios e oceanos se encontram, formado por eles é o maior do mundo, com seu limite exterior medindo 256 km, localizado em frente a Montevideu – Uruguai. Este conjunto hidrográfico é navegável por embarcações de diferentes portes. O sistema fluvial Paraguai-Paraná corre na direção sul, passando por Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai, drenando a Bacia do Prata (WWF, 1999).

Figura 3 – Foto aérea do rio Paraguai



Fonte: Site Ecoa (2013)

No início da colonização do Brasil, a região pantaneira era ocupada por índios, existiam ali os canoeiros Paiaguás e Guatós, os cavaleiros Guaicuru, também conhecidos por Kadiwéus, os índios Terenas e os Guaranis. Acredita-se que espanhóis vindos pela Bolívia iniciaram a colonização da área, por volta de 1.550, antes dos portugueses. A partir da segunda metade do século XVI, os bandeirantes paulistas alcançaram a região, em busca de pedras preciosas e índios como mão-de-obra escrava (VIANA, 2007).

O olhar histórico nos permite observar e compreender, conforme define Viana (2007) que a ocupação humana no Pantanal se dá através de três grandes fases: uma primeira com predomínio de sociedades indígenas, a segunda com a colonização europeia, e terceira, tendo seu marco na segunda metade do século XX, quando foi planejado e adotado um novo modelo de desenvolvimento do país.

A primeira fase foi caracterizada pelo uso dos recursos naturais, sem destruí-los. Já na segunda fase houve a introdução da pecuária, mas ainda assim mantendo a diversidade dos habitats e apenas aproveitando-se dos pastos naturais, embora a busca por diamantes e ouro tenha provocados alguns impactos pontuais. E na terceira fase do processo de ocupação, a região pantaneira é incorporada às políticas públicas desenvolvimentistas, entre as quais surge o projeto da Hidrovia Paraguai-Paraná.

4.2 O Projeto Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP)

A proposta da hidrovia é um conjunto de obras que visava efetivar a navegação entre a cidade de Cáceres, no Alto Rio Paraguai, Brasil, no seu extremo norte e Nueva Palmira, no Rio da Prata, no Uruguai, no seu extremo sul, durante o ano todo. Com o objetivo de formar um eixo de integração do Cone Sul, é um plano dos cinco países da Bacia da Prata para transformar os rios Paraguai e Paraná em um canal industrial de navegação comercial.

Figura 4 – Países que compartilham o rio Paraguai



Fonte: Site Ecoa (2013)

O contexto econômico da Hidrovia é o Mercado Comum do Cone Sul do Continente Americano, o chamado Mercosul⁹, estabelecido por um tratado em 1991 tendo como países-membros o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, que representa a maior base econômica dos países da América Latina, com um mercado formado por cerca de 200 milhões de pessoas. E na proposta da Hidrovia, além dos países-membros do Mercosul faz parte também a Bolívia.

Os objetivos do Mercosul são alcançar o livre comércio de bens, serviços e fatores de produção entre os signatários; estabelecer uma política de comércio comum entre seus membros e os mercados externos; coordenar políticas macroeconômicas e setoriais em comércio exterior, agricultura, indústria, política monetária, serviços, questões aduaneiras, transportes e comunicação; e harmonizar legislação relevante.

Segundo o plano original da HPP, em planejamento desde 1987 pelo Comitê Intergovernamental da Hidrovia (CIH), seriam feitas intervenções de engenharia, inclusive derrocamento, dragagem, e canalização estrutural em centenas de sítios ao longo do sistema. A importância da criação da HPP estaria baseada em sua

⁹ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/mercotel/blocos/mercotel.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

capacidade de impulsionar a circulação de bens e pessoas pelos países do Mercosul e na Bolívia, além de possibilitar o acesso competitivo de produtos regionais no mercado internacional (ZUGAIB, 2006). Isso acarretaria no uso da navegação no rio Paraguai para fins comerciais, adaptando-o para esse fim, e não simplesmente usando suas condições naturais.

De acordo com a publicação: “Considerando a Hidrovia”, da International Rivers Network, de junho de 1994, a primeira reunião visando o desenvolvimento da HPP foi organizada em abril de 1988, no Brasil, quando o acordo foi ratificado e os signatários concordaram em realizar um estudo para coleta de informações e identificação de cenários alternativos, e este estudo foi realizado pela empresa brasileira de consultoria Internave.

Os estudos da Internave apresentam apenas os benefícios baseados em economias projetadas nos custos de transporte, mas não levam em consideração os custos sociais ou ambientais, tornando-o alvo de inúmeras críticas. Os críticos tem desacreditado o estudo Internave devido às suas projeções otimista de custos e benefícios, e por seus significativos erros em cálculos básicos.

O uso do rio Paraguai para uma navegação comercial adaptada é um fato quase centenário, mas o que há de novo é a tentativa de, a partir da metade da década de 80 e na de 90, fazer intervenções estruturais no rio para permitir a circulação de comboios durante todo o ano, por 24 horas do dia.

Documentos etnográficos sobre a região pantaneira mostram que a navegação no rio Paraguai teve início por meio de canoas de pequeno porte utilizada pelos índios, feitas de troncos de árvores e movidas a remo (SOUZA, 2005). A partir do século XVI, teve início o desenvolvimento da navegação e a ocupação das margens do rio Paraguai, sendo que algumas expedições espanholas navegaram por ele com embarcações de maior porte.

Souza (2005) destaca que no século XVIII foi intensificada a ocupação com a abertura de fazendas, o surgimento de núcleos urbanos e, também, por conta da abertura da navegação no rio Paraguai para o escoamento do ouro e carne bovina das fazendas ribeirinhas.

O uso do rio como via fluvial se dava respeitando as suas dinâmicas naturais. Já a proposta da HPP era de transformá-lo em uma via com escala comercial e fazer as adaptações e/ou mudanças que forem necessárias para atingir tal objetivo. Para

Trevisol (2007), a Hidrovia Paraguai-Paraná foi um assunto brasileiro que chamou mais atenção no exterior do que dentro do Brasil.

O assunto foi tema de reportagens de jornais, revistas e emissoras de televisão da Europa e dos Estados Unidos e de centenas de endereços na internet, além do tema ser discutido em universidades e organizações não-governamentais.

Tanta preocupação se justifica pelo fato de que a hidrovia teria, caso concluída, 3.442 quilômetros de extensão, quase a distância entre as cidades de São Paulo – SP e Rio Branco, no Acre, e põe em risco o maior patrimônio da humanidade, o Pantanal.

A preocupação com todo o sistema de áreas úmidas do Pantanal, que envolve a Bacia Hidrográfica do Prata e do Paraguai, se despertado o olhar sistêmico, ganha força ao denunciar os riscos e impactos cumulativos. A Bacia do Prata, por exemplo, já tem a maior usina hidrelétrica do mundo, a de Itaipu. Ambas as bacias sofrem grandes impactos com o avanço da fronteira agrícola, plantio de soja e criação de gado.

Para que a HPP funcionasse 24 horas por dia, ao longo do ano inteiro, de acordo com o projeto proposto e defendido pelo Comitê Intergovernamental da Hidrovia – CIH seria preciso rasgar no coração do Pantanal canais largos e profundos que permitam a passagem de barcas carregadas de grãos, minério e outros produtos. Haveria grandes modificações no leito do Rio Paraguai e, para se ter uma ideia, seria necessário dobrar ou mesmo triplicar a sua profundidade em alguns trechos para que os barcos não encalhem na época da seca.

Figura 5 – Quadro: Seca Pantanal



Fonte: Revista Veja (apud ECOA).

Curvas e trechos mais sinuosos seriam retificados para assegurar uma largura mínima, que vai de 90 a 100 metros, em toda a extensão do rio. Montanhas seriam explodidas, e a calha, canal principal do rio, deveria ser aprofundada. Estima-se, ainda, que seriam retirados cerca de 22 milhões de metros cúbicos de sedimentos, gerando uma carga igual ao que pode ser transportada por cerca de quatro milhões de carretas (TREVISOL, 2007).

O anúncio do projeto HPP instaurou uma dinâmica desenvolvimentista de inspiração neoliberal, que despertou a preocupação de ambientalistas, justamente pela importância do bioma Pantanal, tido pelos especialistas como frágil.

As intervenções propostas pela Hidrovia ameaçavam tanto o meio ambiente quanto as suas populações. O crescimento e ocupação da região sugerido pela HPP, afetaria drasticamente, os usos, costumes e tradições das populações indígenas e comunidades tradicionais pantaneiras.

O movimento ambientalista passou a denunciar os riscos do projeto, desencadeando um processo de diálogo, troca de informações e articulação da sociedade civil, que conseguiu introduzir a temática “Hidrovia” nas discussões preparatórias para ECO-92, Conferência da Organização das Nações Unidas – ONU, sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992 (TREVISOL, 2007).

Essa mobilização criou novos espaços e cenários, envolvendo novos olhares e despertando a opinião pública para discutir a proposta da HPP. O associativismo entre ONGs e a busca de espaços midiáticos permitiu a criação das condições necessárias para o surgimento da Coalizão Rios Vivos.

4.2.1 Coalizão Rios Vivos

A Rios Vivos é uma coalizão – uma associação de organizações não governamentais (ONGs) e comunidades articuladas proposta pela ONG Ecoa. Sua missão se divide em conter os processos de degradação cultural, social e ambiental e implementar políticas sustentáveis que possibilitem estabelecer uma nova relação entre sociedade e natureza. As primeiras articulações da Coalizão ocorreram durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992 (TREVISOL, 2007).

Dois anos depois, em 1994, aproximadamente 100 organizações não governamentais e organizações de base formaram a Coalizão Rios Vivos, motivadas pela preocupação com a crescente destruição dos sistemas da bacia do Prata, na Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Na época, a principal ameaça foi o projeto da Hidrovia Paraná-Paraguai (com 3.442 quilômetros de extensão, desde o Pantanal no Brasil até o Uruguai)¹⁰, que colocava em risco várias áreas úmidas, inclusive o Pantanal. A Rios Vivos chegou a ter mais de 300 organizações associadas no ano de 2000.

A Coalizão tem como missão promover a mobilização da sociedade civil para enfrentar os problemas socioambientais que afetam ecossistemas e populações do continente sul-americano, visando o desenvolvimento sustentável e a manutenção das bacias hidrográficas. Seus membros estão presentes na América Latina, na Europa e nos Estados Unidos. Centenas de organizações, comunidades, instituições de pesquisa e cientistas estão conectados à Coalizão que é uma rede de troca e de mobilizações voltadas às questões socioambientais. A responsável pela secretaria executiva da Coalizão Rios Vivos é a ONG Ecoa.

4.2.2 Em defesa da Vida – Ecoa

Uma das entidades ambientalistas mais antigas do Mato Grosso do Sul, a Ecoa¹¹, é uma organização não-governamental brasileira, fundada em 1989, por um grupo de biólogos, que atua na área socioambiental e tem como objetivo a promoção de ações em defesa da qualidade de vida e da preservação e conservação dos bens naturais.

Atua localmente no Cerrado e Pantanal, desenvolvendo ações no âmbito nacional e internacional. A entidade tem como visão a construção e implementação de novos modelos de sustentabilidade que conciliem qualidade da vida e desenvolvimento econômico. Sua missão é promover ações para a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento local, tendo sempre como aliado a seu trabalho a união da investigação científica e do conhecimento tradicional.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.riosvivos.org.br>>. Acesso em: 11 jan. 2014.

¹¹ Todas as informações sobre a ONG podem ser acessadas pelo site oficial. Disponível em: <<http://www.ecoa.org.br>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

Para o desenvolvimento de seus projetos e ações, a Ecoa associa investigação científica, trabalho de base (junto às comunidades ribeirinhas tradicionais, pescadores) e monitoramento de processos de degradação ambiental e social com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável por intermédio da gradativa capacitação dos grupos locais. Desde sua criação, ela promove e apoia campanhas pela criação de unidades de conservação e, em paralelo, busca questionar e conquistar medidas de compensação para os grupos atingidos por projetos de grande porte e que gerem forte impacto ambiental.

Considerada de porte médio, a organização institucional é formada por uma Diretoria e um Conselho Deliberativo, composto por oito membros eleitos pelos filiados durante assembleias. Apesar de sua sede estar localizada em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, o trabalho é realizado quase que exclusivamente em municípios pantaneiros, buscando atingir comunidades de base com poucos recursos e que vivam de alguma forma de extrativismo vegetal ou animal.

A comunicação socioambiental é, também, uma linha de atuação da Ecoa. O fortalecimento da presença e a multiplicação de resultados da organização são efetuados pelas parcerias com entidades de base, instituições de pesquisa, universidades e a participação em coletivos como conselhos, fóruns e redes que se unem para formar um grupo coeso em prol da promoção da cidadania e da melhoria da qualidade de vida.

A Ecoa é a Secretaria Executiva da Coalizão Rios Vivos e da Rede Pantanal de ONG's e Movimentos Sociais. Para o desenvolvimento de suas ações, mantém um Núcleo na Serra do Amolar, no Pantanal Sul-Mato-Grossense, utilizado como base para realização de pesquisas na região e, também, para dar suporte aos trabalhos desenvolvidos com as comunidades do Amolar.

Outra iniciativa da Ecoa é o Centro de Referência de Áreas Úmidas – Pantanal. Trata-se de um centro de pesquisa bibliográfica sobre o Pantanal, acessado pelo seguinte endereço virtual: <http://Ecoa.phlnet.com.br>. Nele estão disponíveis títulos referentes ao acervo especializado, constituído por diversos tipos de materiais, como livros, periódicos, folhetos, projetos, programas, relatórios, avaliações independentes, monografias, teses, vídeos e mapas.

Uma das frentes de trabalho da Ecoa é a pesquisa e divulgação de projetos de grande porte, que podem descaracterizar para sempre a cultura e o espaço

geográfico de uma localidade. Assim, a entidade também monitora os financiamentos internacionais de bancos, buscando saber o que está proposto para sua região de trabalho e cobrando das autoridades medidas quanto aos riscos socioambientais, por meio de ofícios, cartas, campanhas e reuniões oficiais com autoridades.

A Ecoa foi uma das primeiras Organizações Ambientalistas no Brasil a fazer uso da internet como ferramenta de trabalho. Então, ao perceber a possibilidade de mobilização através dos meios de comunicação, criou um boletim destinado à radiodifusão no Pantanal, denominado Ecologia em Notícias.

4.2.3 O Boletim Ecologia em Notícias

O Boletim Ecologia em Notícias foi criado pela Ecoa em 1997, especificamente para ser um boletim com formato para rádio, já pronto para ser usado por seus profissionais. Era um trabalho de assessoria e produção específica, inicialmente, enviado por meio do fax para trinta rádios da região pantaneira, e a partir do ano 2000 veiculado através da internet. Seu funcionamento se deu até o ano de 2002.

A distribuição era semanal, com publicação todas as quintas-feiras, e sua rotina se dava como em uma agência de notícias de cunho ambiental, já que havia a geração de conteúdo específico sobre meio ambiente e o Pantanal. A intenção norteadora do projeto era a divulgação de questões relacionadas à Hidrovia Paraguai-Paraná, suas ameaças e o risco existente para as áreas social e ambiental, contribuindo na mobilização para a defesa do bioma Pantanal.

Ao criar o Boletim Ecologia em Notícias, a Ecoa teve como foco de público receptor o profissional de comunicação que está nas redações. Nesse sentido, para chegar até ele, inicialmente, a ferramenta utilizada foi o fax, aparelho que se fazia presente nas diferentes redações jornalísticas. E posteriormente, com o surgimento das novas tecnologias, o envio passou a ser por e-mail.

Por conta do Boletim, como instrumento de comunicação, a Ecoa criou relacionamentos com profissionais que trabalhavam nas redações dos veículos, considerados como sendo da grande mídia. Assim, conquistava espaço para a publicação de suas ações e agendas temáticas, com a possibilidade de ampliar a mobilização pela defesa do Pantanal. A comunicação, nesse sentido, serviu como

um novo espaço para o debate público que será melhor detalhado no próximo capítulo, por ser tema central da dissertação.

A publicização dos riscos em relação ao projeto HPP pode ter sido um dos pontos decisivos para a legitimação política das ONGs, que conseguiram globalizar a percepção dos riscos e, como ator político transnacional, denunciá-los e demonstrar cientificamente sua veracidade. Deixando claro, assim, à opinião pública internacional, por meio da produção e socialização de informações, que a construção da hidrovia implicaria na destruição de dois importantes patrimônios comuns da humanidade – o Pantanal e as Comunidades Indígenas que vivem na região (TREVISOL, 2007).

Os meios de comunicação tradicionais, mesmo não sendo compreendidos como um campo aberto ao diálogo e um espaço democrático, renderam-se à divulgação da campanha, em virtude do volume de informação cientificamente produzida para questionar o projeto, desempenhando, dessa forma, um papel determinante nos seus destinos. Será que a comunicação pode contribuir na formação crítica, visando a significação e ressignificação de valores com relação à preservação do Pantanal? Essa é a questão que nos norteia.

Trevisol (2007) explicita que o propósito estabelecido pela Coalizão Rios Vivos e Ecoa era o de promover a aproximação das pequenas organizações civis dos países do Cone Sul (historicamente isoladas) visando a construção de uma agenda comum de trabalho, além de fortalecê-las para o desafio de monitorar o projeto da hidrovia. Nesse sentido, tinha-se como elemento divulgador das ideias, ações e campanhas, e acima de tudo como elemento de valoração o Boletim Ecologia em Notícias, mantido pela Secretaria Executiva da Coalizão, a Ecoa.

5. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

5.1 Contexto: quem são os entrevistados

Com o objetivo de perceber o contexto das discussões da época e principalmente o papel do meio Boletim e internet no processo de mobilização e conscientização, optou-se pela realização de entrevistas abertas com dois dirigentes da Ecoa, três comunicadores, e uma pesquisadora.

Nossos entrevistados são: Alcides Faria, biólogo, fundador e presidente da ONG Ecoa que atua desde 1989 com a temática Pantanal e foi o proponente e secretário da Coalizão Rios Vivos. Éber Benjamin, Alysson Ishy e Yara Medeiros, jornalistas, socioambientalistas e produtores do Boletim Ecologia em Notícias, sendo o Éber Benjamin responsável pela fase do uso do fax e os outros dois responsáveis pela transição do fax à internet. Alessandro Menezes, publicitário, foi o Coordenador de Mobilizações da Ecoa e Débora Calheiros, pesquisadora da EMBRAPA¹² e consultora da Rios Vivos.

Adotou-se o sistema de perguntas abertas, conforme metodologia, ampliando o debate contextual da questão da Hidrovia e do processo de comunicação ambiental como um todo.

Para as entrevistas foram utilizadas gravação em áudio e entrevistas presenciais. Especificamente com a pesquisadora Débora Calheiros, não houve a possibilidade do contato presencial, por indisponibilidade de horário da fonte e, portanto, adotou-se como meio de comunicação a internet através da ferramenta *e-mail*, buscando ainda assim manter os questionamentos os mais abertos possíveis, na intenção de interferir apenas quando necessário.

Mesmo com a entrevista aberta, buscou-se interferir, apenas, na garantia de que todos os entrevistados tratassem em suas falas, dos temas norteadores. Para organizar os pontos de maior importância abordados pelos seis, foram estabelecidos três temas indispensáveis para esta pesquisa:

⇒ Como o entrevistado (a) se envolveu com a questão da Hidrovia;

¹² Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

- ⇒ Qual é (para ele) a importância da comunicação nesse processo;
- ⇒ Qual é sua opinião sobre o papel da publicação do Boletim, em especial, em sua fase digital, a partir do ano 2000 (distribuído através da internet).

5.1.1 Como você se envolveu com a questão da Hidrovia?

Saber como os entrevistados se envolveram com a temática da Hidrovia era a intenção inicial nas entrevistas, pois assim, se tornou possível compreender se a relação da fonte com o tema se deu por questões ideológicas, políticas e/ou econômicas.

Alcides Faria, em trechos da entrevista (Apêndice A) diz que já “na origem da Ecoa, estava pautada a agenda da Hidrovia Paraguai-Paraná”, pois o campo de atuação da Ecoa era a região pantaneira e tudo o que pudesse oferecer riscos a região era automaticamente foco de ação. Ele revela que em seguida a criação da ONG surge a Rios Vivos, uma coalizão internacional, que tem como propósito combater a Hidrovia Paraná-Paraguai.

Os jornalistas foram para a Ecoa já como contratados e com atividades definidas, a exceção é para Yara Medeiros, que começa na Instituição como estagiária, mas logo depois também é contratada. “Fui estagiaria da Ecoa e fui convidada justamente para trabalhar comunicação focada na Hidrovia” - Yara Medeiros (entrevista em Apêndice D).

Em enxertos das entrevistas Alysson Ishy diz: “eu entrei na Ecoa em 2000, para trabalhar no Boletim Ecologia em Notícias (...) e toda semana tinha que ter uma informação sobre a Hidrovia” (Apêndice B). A declaração de Éber Benjamim também confirma: “quando eu fui para a Ecoa já havia o Boletim, e o assunto principal era a Hidrovia” (Apêndice C).

A pesquisadora Débora Calheiros teve envolvimento com o tema hidrovia antes mesmo da criação do Boletim Ecologia em Notícias, pois o Boletim circulou no período de 1997 à 2002, e a pesquisadora já em 1990 e 1991, participou como técnica da Embrapa Pantanal lendo parte do EIA/RIMA¹³, dando parecer oficial ao projeto. “Eu fiz uma consultoria particular sobre a questão do fenômeno da

¹³Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto no Meio Ambiente, documentos/levantamentos exigidos na construção de grandes e mega projetos.

decoada¹⁴ x HPP para o Comitê Intergovernamental da Hidrovia, que rendeu posteriormente uma publicação” (Apêndice E).

Alessandro Menezes começou como voluntário no Ecoandos, um grupo de jovens da Ecoa, que atuava em ações urbanas e dava suporte para as mobilizações e atividades de rua e atividades junto às universidades. “Eu entrei em 1999, como voluntário, depois fui contratado”, ele conta que a primeira ação foi uma campanha contra a hidrovia. “Era um folder que a gente distribuía para as pessoas”, o palco dessa distribuição era o centro da cidade de Campo Grande – MS. “Era um folder em que você destaca uma parte, assinava e enviava, era como se fosse um cartão postal, era enviado para o Ministro dos Transportes, pedindo para ele rever o projeto de hidrovia” (Apêndice F).

Num primeiro olhar percebe-se que a relação da maior parte do grupo de entrevistados com o tema HPP se dá por questões econômicas, pois quase todos estavam ligados, ao menos inicialmente, com o tema devido às funções e/ou prestação de serviços, que faziam junto a ONG Ecoa. Há, mais claramente, o envolvimento político do fundador da ONG (Alcides Faria), com o qual é possível traçar uma relação político-econômica uma vez que o mesmo atuava por formação profissional e tinha na ONG um campo de trabalho.

Ao aprofundar nas conversas e no enredo mais completo das entrevistas, tendo como pano de fundo o entendimento de contexto baseado nos conceitos dos estudos culturais, nossa percepção se amplia e se torna mais claro que mesmo havendo a relação de trabalho das fontes com a temática, partindo do viés econômico, essa relação se dá em um primeiro momento, mas não a causa exata e única que fez com que essas pessoas continuassem e se engajassem de fato na defesa do Pantanal. É possível essa percepção, tendo como exemplo a fala de Yara Medeiros, onde ela revela:

Quando a gente começou, quando eu entrei na Ecoa, eu nem era uma ambientalista, eu não tinha uma educação ambiental, não era uma coisa enraizada, eu não entendia essa coisa global, e mesmo sendo filha de pescador, tendo vindo da cidade de Corumbá-MS, mesmo conhecendo o pantanal, sempre indo pro meio do mato, mas

¹⁴ Fenômeno de alteração da qualidade da água na fase inicial de enchente, onde há a decomposição da vegetação recém submersa promovendo o aumento de CO₂ e do CH₄ (gás carbônico dissolvido e metano) e a diminuição do oxigênio dissolvido (OD), fenômeno natural e importante para a entrada de carbono (energia do CO₂ e do CH₄) no sistema.

não entendia essa coisa global ambiental. Quando fui pra lá (entrei na Ecoa), a gente começa a estudar, a conhecer, a ir atrás das informações, a entender e percebe que é uma coisa muito importante. Porque explodir as rochas pra deixar um rio reto, acho que qualquer leigo ia entender que aquilo não daria certo. Começamos a ler os estudos dos painéis independentes, além dos estudos que os governos e empresas faziam, a visitar o Pantanal, a gente tinha muita informação pra passar também para as pessoas. Nós não fazíamos gratuitamente, porque o ambientalismo, muitas vezes é acusado de ser romântico, mas não, era bem pé no chão, sempre baseados em pesquisas, em estudos. O ambientalista não é como o político que fala, diz que isso vai acontecer de tal forma e tal, mas sem embasamento, o ambientalismo sempre tem um embasamento. Isso me encantou, como sou jornalista, quando vi que as informações tinham fontes confiáveis, que tinha estudos aprofundados, eu me encantei. E comecei a pensar, isso realmente precisa mudar, precisamos mostrar pras pessoas que isso (a hidrovía) vai realmente trazer impacto no Pantanal. E não só para o Pantanal, mas também para as populações. E isso era uma outra grande discussão, a gente sempre trabalhou com a questão das populações que vivem na região. E não só as questões ambientais. E até por isso a comunicação era muito fundamental. Nós tínhamos que chegar até as populações (MEDEIROS, 2013).

Também é possível perceber que o objetivo inicial da Ecoa, e por consequência o do Rios Vivos, ultrapassou o foco de apenas combater a HPP. Suas ações se ampliaram de tal forma que serviu de referencial para outras organizações, como aponta Alcides Faria:

Ela (a Coalizão) deu capacidade para muitas organizações de base. Foi através da Coalizão que a Ecoa se torna uma organização internacional. De uma organização territorial, ela vai para o mundo. E surgiram muitas organizações aí. A Coalizão foi uma escola, de formação e organização. E foi uma grande contribuição para a Democracia (FARIA, 2012).

Uma vez percebido como se deu o envolvimento dos entrevistados com a temática e observado a contextualização dessa relação, passou-se a questionar o que os mesmos compreendiam como comunicação, e qual importância davam para a comunicação nesse processo de mobilização e de envolvimento social, em prol da causa defendida.

5.1.2 Qual é a importância, o papel, da comunicação?

Procurou-se avaliar, aqui, como cada um dos entrevistados percebia a comunicação e o papel que ela exercia na construção de significação e ou ressignificação para o debate proposto acerca da hidrovia.

Não se pretende, com esse questionamento, demonstrar o conhecimento dos entrevistados sobre as teorias e definições aprofundadas de comunicação, mas simplesmente, na conversa aberta, captar a amplitude do entendimento sobre comunicação de nossos interlocutores.

Alcides Faria faz uma análise interessante do ponto de vista comunicacional na década de 1990, e reafirma que as ações eram em partes virtual e também presencial, ao perceber que:

A década de 1990 é a década da revolução na comunicação e da revolução tecnológica. Isso aí chega e a comunicação entre pessoas, a transmissão, a busca por informações científicas, vai se tornando cada dia mais fácil. A tecnologia dando suporte também para o desenvolvimento na comunicação das pessoas. Essa situação em se manter o presencial com o virtual era fundamental para que você pudesse fazer uma agenda comum para as organizações, o desenvolvimento dessa agenda e dessa comunicação ainda era presencial. O que era aquele processo original da Ecoa lá em 1995, um computador com 250 megabytes, aquele dinossauro, e temos hoje um poder de comunicação estabelecido, e é a principal fonte de informação com relação ao Pantanal, eu diria técnico-científica em relação ao Pantanal, hoje é o nosso sítio web (FARIA, 2012).

Alysson Ishy destaca que a comunicação foi mais que um elemento de soma se forças, foi uma sinergia de ações:

Dá certo você fazer uma comunicação que seja social, ambiental, mas que também seja mais próxima de uma comunicação ética. Porque a gente fica pequenininho quase sem apoio, sem dinheiro, chorando toda semana, levando susto cada vez que acontecia algum fato para viabilizar a hidrovia e parecia que a gente não ia vencer essa batalha, mas, naquela época, a moeda virou, o jogo virou. Aí eu tive certeza que foi só por causa dessa sistemática de comunicação com a sociedade civil. Como que um bando de pessoa, que quase não tem dinheiro, não tem muita posse, não tem muitas condições de ir muito longe, mas eles se juntam, conseguem se comunicar entre vários países (...) como um município, de repente, fecha um rio inteiro? Nunca vi fechar um rio em forma de protesto. Comecei a ver que dá certo você trabalhar com a comunicação, mesmo que ela seja pequenininha, passinho de formiga e tal, mas se

for estratégica, se for organizada e tiver um objetivo nobre (...), nós percebemos que quem conhecia o Pantanal, começava a se preocupar pelo fato de existir esse projeto da hidrovía (ISHY, 2012).

Éber Benjamim, que deixou a Ecoa nessa fase de transição entre o uso do fax e a internet (no ano 2000), elucida em sua fala que:

O papel do computador, do advento do computador, nesse acúmulo e rapidez na circulação de informações. Aí entra esse pioneirismo da Ecoa, da Rios Vivos, em usar a internet, não só na parte de computador, mas de comunicação jornalística, mas acho que isso facilitou muito no sentido de articulação política, de organização, tanto internamente aqui no país, quanto internacionalmente, que levou, inclusive a constituição da Rios Vivos. O papel do computador e da internet é muito mais amplo que o Ecologia Notícias. O Ecologia Notícias é só mais uma peça dentro desse processo (BENJAMIM, 2012).

Sair do local para ir ao global, a comunicação para Yara não estava apenas em ser um instrumento, era algo que poderia, entre tantas outras questões, traduzir a magnitude dos riscos e da necessidade de proteção ao Pantanal.

A gente acreditava que sim, que a comunicação era o elo entre as organizações, entre as ações. Que se a gente não conseguisse, por exemplo, mostrar lá pra aquela cidadezinha pequena, que de repente nem sabia que a hidrovía ia trazer algum impacto, aí chegar na rádio da região, ou ter um jornalista lá que sempre fazia matéria sobre isso, mostrando os impactos pra região, pra gente era fundamental. Pois acreditávamos que só assim que íamos conseguir mostrar que era uma coisa grande, que podia trazer muitos impactos negativos pra toda essa região. E acreditávamos que a comunicação era fundamental pra isso. A comunicação tinha que ser relacionada com todas essas regiões, toda a comunicação tinha que ser integrada, pra mostrar que aquilo era um todo, e que qualquer problema estragaria todo o Pantanal (MEDEIROS, 2013).

Alessandro Menezes aponta que a comunicação exigia um olhar atento e ações específicas para ampliar, e ou mudar, o significado do Pantanal para as pessoas:

Nós gerávamos os fatos que questionavam o projeto (hidrovía). Por que a gente gerava os fatos? Pra chamar a atenção da mídia e da sociedade para um problema que estava acontecendo de uma maneira silenciosa. Era o País discutindo uma estratégia sobre o olhar econômico, que poderia trazer um impacto social e ambiental sem consequências. Então a nossa relação com a comunicação era direta, a gente sempre teve uma boa receptividade dos veículos de

comunicação locais e nacionais. Porém a gente enfrenta um problema cultural, no Brasil especificamente, porque as pessoas desconhecem o Pantanal, a grande maioria da população conheceu o Pantanal através de uma telenovela que passou na década de 1990. Mesmo a população urbana do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso, desconhecem o Pantanal, desconhecem essa região. Existe aquela coisa folclórica, bonita de proteger a natureza, mas o conhecimento ainda é muito superficial. Então o Pantanal não está como uma prioridade de conservação para a vida das pessoas. Por isso que a nossa relação com a comunicação em criar esses fatos para chamar a atenção da sociedade, eram determinantes (MENEZES, 2013).

A pesquisadora Débora Calheiros, se dedicou a produção de diversos artigos científicos, publicando estes em congressos nacionais e internacionais e também passou a percorrer diversos municípios da região pantaneira dando cursos e oficinas temáticas sobre os estudos realizados e a discussão do tema. Ela juntamente com outros pesquisadores realizou expedições pelo Pantanal e tinha como foco a produção para comunicações científicas.

Tendo como base os relatos acima apresentados, evidencia-se, sob a luz dos estudos culturais, que para os nossos entrevistados a comunicação não estava restrita ao meio em si, e sim ao contexto, aos envolvimento e participação, a mediação e negociações de valores, a significação e ou ressignificação.

A concepção de que os homens fazem sua história através dos conflitos sociais e orientações culturais, defendida por Touraine (1994), torna-se situação presente nas agendas de eventos, encontros, nas discussões temáticas e na percepção do que Thompson (2011) defendeu como novos espaços de visibilidade e ou invisibilidade.

Fica claro que nossos entrevistados não estão olhando para a comunicação com o olhar funcionalista, de manter o sistema dominante, ou simplesmente com olhar da teoria crítica, de denunciar e criticar, mas estão envolvidos na concepção dos estudos culturais ao perceberem que a comunicação não se resume e nem restringe ao meio em si. Olham para a comunicação como elemento constituinte da possibilidade de construir valores e mudar comportamentos. Aquilo que bem definiu Sousa (1995):

Os meios de comunicação são vistos, no caso, não apenas como veículo, mas como expressão de uma instância pública que indaga, e também reconhece, os espaços de construção de valores, ainda que grupais. Tais espaços são ao mesmo tempo de negociação e de

debates, já que os valores, longe de serem expressão de sentido dado apenas pelo produtor ou pelo receptor, são o que exprimem o processo no qual ocorrem (SOUSA, 1995, p. 35).

Para os nossos entrevistados era evidente que o “ganhar” espaço na mídia era necessário para se obter o reconhecimento no “espaço público”, que essa ação poderia ajudar a chamar a atenção e fazer avançar a causa defendida, mas que a comunicação era muito mais que simplesmente esse “espaço”. Aproximando-se do que Thompson (2011) defendeu:

Os meios de comunicação não são apenas transmissores neutros que transmitem informação ou conteúdo simbólico de um indivíduo (ou grupo de indivíduos) para outro – uma espécie de esteira transportadora de significados, por assim dizer; ao contrário, quando novos meios de comunicação são desenvolvidos e introduzidos, eles mudam as maneiras pelas quais os indivíduos se relacionam uns com os outros e com eles próprios (THOMPSON, 2011, p. 8).

E essa “visibilidade” se dava ao ocupar esse espaço nos meios de comunicação, mas a essência era o que se fazia, o como se envolviam os sujeitos ao buscarem esse espaço. Essa visibilidade permitiria, ou ao menos provocaria uma mudança no olhar sobre o Pantanal, sobre o meio ambiente, ressignificando seus sentidos. Dando nova valoração as questões defendidas, mostrando não ser algo pontual e sim algo mais amplo e mais sistêmico¹⁵.

Compreendida essa percepção sobre a comunicação chegamos a um ponto importante de nossa dissertação: o papel do Boletim Ecologia em Notícias.

5.1.3 Qual foi o papel do boletim e da internet?

O Boletim era uma publicação semanal, veiculada todas as quintas-feiras, durante os anos de 1997 a 2002, inicialmente tendo como público-alvo as rádios da região do Pantanal, sendo distribuída uma versão contendo uma média de dez notas curtas com linguagem específica para o meio rádio, pelo instrumento fax.

Posteriormente, final dos anos 1990 e início dos anos 2000, o boletim deixa de focar apenas nas rádios e é ampliado para assinantes em outros meios. Inicia-se

¹⁵ Consiste na habilidade em compreender os sistemas de acordo com a abordagem da Teoria Geral dos Sistemas, ou seja, ter o conhecimento do todo, de modo a permitir a análise ou a interferência no mesmo.

também, a utilização de listas de discussões e, assim, o envio passa para cerca de 30 mil usuários, tendo como instrumento de distribuição o *e-mail*, através da internet.

Aqui, a intenção é saber, na percepção dos nossos entrevistados, se essa ferramenta/instrumento, o Boletim Ecologia em Notícias, foi capaz de contribuir na produção de significação e ressignificação para as questões ambientais relativas ao Pantanal e as possíveis ameaças do projeto HPP. Voltando nosso olhar para o uso da internet nesse processo e os resultados atingidos.

Alcides Faria resgata esse processo histórico e nos conta sobre a importância do Boletim para a temática discutida:

Em 95 nós compramos o primeiro computador da Ecoa. Era um computador de 250 gigabytes. Eu me lembro que as mensagens, os e-mails chegavam no ambiente “DOS¹⁶”. (...) nos deu uma base muito forte para a comunicação internacional. Porque mesmo no Brasil era muito limitado, eu desconfio que nós estamos entre os primeiros que a usou (a internet) no Brasil. (...) Era uma coisa meio assustadora, você trocando mensagens com Estados Unidos e Europa, que já estavam numa fase mais avançada para a internet. (...) Quando não havia essa tecnologia aqui no MS, como nós fazíamos o processo de comunicação internacional? Nós fazíamos com a outra tecnologia que estava disponível, que era o fax e telefone. Então nós estabelecemos, escolhemos um grupo de rádios, conversamos com as pessoas do noticiário, e propusemos a eles que nós produziríamos boletins informativos sobre meio ambiente semanalmente, com destaque a Hidrovia, e enviaríamos isso por fax. Em algum momento começam a ter e-mail, aí nós continuamos a enviar esse trabalho por e-mail. Chegou um momento que um jornal de Dourados -MS utilizou esse e-mail para publicar em uma coluna semanal. Para a comunicação local, nós tínhamos a Ecoa aberta para receber as pessoas. Muita gente, estudante, pesquisador, até mesmo jornalista. Nós tínhamos um atendimento diário de pessoas que era um outro meio de comunicação, que era em torno de 20 pessoas por dia. Hoje não vem ninguém aqui, só vem se for fazer entrevista com alguma pessoa. Hoje está disponível na internet, mas por outro lado temos uma mailing-list com 13 mil pessoas, com 13 mil endereços, que é o outro extremo da comunicação, nós temos um site que tem em torno de 3 mil visitas por dia, e também esse *mailing-list* (FARIA, 2012).

Para Alysson Ishy o Boletim ia além do informativo:

O Boletim não era só uma ferramenta de disseminação de informações, ele era também uma espécie de veículo que contribuía com a formação socioambiental dos jornalistas. Então, ao mesmo

¹⁶ Sigla para Disk Operating System (em português – Sistema Operacional em Disco).

tempo, que eles recebiam informações eles também aprendiam. Tanto coisas simples, como vocabulário, significado dos termos ambientais, curiosidades, notícias, mas também um pouco desse mundo aí das polêmicas ambientais. (...) E também para dar voz aqueles segmentos, aqueles setores que dificilmente conseguiam espaço nas mídias ou no poder, nos poderes públicos. Então, esses coletivos incluíam ambientalistas, populações indígenas, populações tradicionais, que até hoje é o público da Ecoa, coletivos sociais ou ambientais das cidades e esses temas se chamava na época megaprojetos. Esses megaprojetos, que eram grandes obras estruturais ou grandes obras de infraestrutura, a gente começou com o tema hidrovias, mas na época havia também o gasoduto Bolívia-Brasil, era uma obra de grande impacto (ISHY, 2012).

Éber Benjamim destaca que a nova tecnologia, internet, foi propulsora para ampliar as denúncias e buscar novas referências.

Esse uso da internet permitiu toda essa articulação política, aí a Rios Vivos tornou-se internacional com representações nos Estados Unidos, na Europa, com nomes importantes e de peso na Europa. O projeto Ecologia Notícias saiu de uma questão local. De repente as denúncias não tinham só repercussão local, via Rios Vivos já se constituía uma rede internacional de disseminação dessas informações. É um processo conjunto de Comunicação, pautar a imprensa e fazer a denúncia, tanto em nível local, lá na rádio do interior, a imprensa local, nacional e internacional junto com a situação política, que aí entra o processo de organização da Rios Vivos (BENJAMIM, 2012).

Yara Medeiros aponta para o que estava no entorno da utilização do Boletim e da própria internet:

Mas a ação para atingir o ribeirão não era necessariamente o Boletim. O Ecologia em Notícias chegava até lá, eles ficavam sabendo das informações, mas era mesmo o trabalho *in loco*, por isso associado ao trabalho de comunicação que a gente fazia, de tentar entrar na mídia, mostrar essas informações para a imprensa, dar um subsídio para a imprensa, tinham as ações *in loco*. Sempre teve a estimulação do associativismo, dos cursos, da captação de elos nas comunidades, que é um trabalho que a Ecoa sempre fez muito bem. Então o ecologia em Notícias tinha esse papel. Tudo era comunicação. E não era só a comunicação jornalística, só de imprensa, era essa comunicação dos cursos, de ensinar eles a falarem, mostrarem suas histórias, e o nosso trabalho era mais com os formadores de opinião. A ideia era entrar nas mídias e mostrar as informações. Eu acredito que de certa forma a ideia ficava sempre no imaginário, e ficar no imaginário era fundamental. Eu me lembro que uma coisa que assustava os pantaneiros era quando se falava que ia se tirar curva do rio. A forma que o pantaneiro ver o mundo é muito diferente e o que impactava eles, era quando você dizia que iam

explodir uma montanha, que iam tirar a curva do rio, aí na cabeça do ribeirão, que entende muito mais a natureza que a gente, ele já percebia que aquilo era muito agressivo e que não ia dar certo. Até porque a chata¹⁷ sempre foi um medo pra eles também, pois podia derrubar a casa deles, esse tipo de coisa. E aí nesse sentido eu acho que fazia com que eles ficassem mais alertas, mas o trabalho em loco foi o mais fundamental nesse sentido. E a capacitação desses elos, pessoas mais esclarecidas dentro das próprias comunidades que podiam ser capacitados e ser o nosso elo naquela região. A comunicação no pantanal requer uma estratégia diferenciada. A gente soube usar muito bem as ferramentas digitais, nós fomos os pioneiros. Usamos muito bem. Essa ideia da interdependência da Bacia, não existia, essa concepção não existia, e eu acredito que se não existisse o trabalho com comunicação digital a gente não teria conseguido resultado. Se fosse ainda no analógico, a gente ia ficar só na rádio e não ia conseguir, através da internet a gente chegou aos formadores de opinião, as pessoas que estavam próximas aos ribeirinhos, e usamos muito bem essas ferramentas. Acho que o papel fundamental anterior a gente (antes do Boletim), é a lista de discussão (grupos de discussão na internet), pois a lista dentro do movimento ambiental realmente fez as informações circularem. Através das listas chegavam muitas coisas que de outra forma nunca saberíamos. Esses elos de comunicação foram fundamentais, e nas listas o uso dessas redes sociais era intenso e muito colaborativo. A gente só tinha como saber coisas de regiões longínquas do Paraguai, Argentina por exemplo, através dessas redes digitais, o movimento ambientalista usa muito e usava bem as listas. A utilização de fotografia, melhorar a diagramação do Boletim, esses detalhes fizeram muita diferença. E a internet ajudou muito na produtividade dentro das redações, mas demorou, ficamos uns dois anos mandando por e-mail e ainda recebíamos muitas ligações pedindo o fax, percebemos que a mídia ainda não estava digitalizada nas redações e que estávamos bem a frente nisso. *Mailling-list*, a gente usa muito, e a imprensa nem sabia o que era isso. Então era forte a nossa atuação digital. Fomos os primeiros a mandar no e-mail texto diagramado com foto, essa newsletter com foto não existia (MEDEIROS, 2013).

Débora resume sua relação no antes e pós-advento da internet:

Acho que as nossas lutas antes de 1996, antes da desistência do governo brasileiro quanto ao projeto da HPP no trecho Cáceres-Corumbá, o mais crítico para o Pantanal, não tinha ainda muita influência da internet, não. Mas depois lembro que o Boletim Ecologia em Notícias era, sim, muito importante para a informação sobre a região e sobre o andamento deste megaprojeto (CALHEIROS, 2013).

¹⁷ O termo *chata* é atribuído a diferentes *tipos de embarcação* de pequeno calado e fundo *chato*. As *chatas* podem ter sua própria propulsão ou serem rebocadas.

Alessandro Menezes faz um balanço do uso e da extinção do Boletim:

O mais importante nessa questão da hidrovía Paraguai-Paraná, que eu percebo, e eu participei em diversas articulações e redes nacionais e internacionais, inclusive no Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente) é que a Ecoa se tornou uma referência do tema. A Ecoa e a Rios Vivos. E o que foi determinante para ela se consolidar foi o tema que lastreava o processo. O Boletim foi fundamental, ele é o porta-voz. Se a sociedade tomou conhecimento dos problemas que naquele momento aconteciam com a hidrovía, isso se deu através do Boletim Ecologia em Notícias. Não só por causa da interação que o Boletim fazia com os meios de comunicação, embora isso tenha sido determinante. O Boletim foi determinante pra lidar com a imprensa e também com a sociedade em geral que não só recebia por e-mail, como através do que ele pautava a mídia, ficavam sabendo sobre o projeto hidrovía e suas ameaças. Eu vejo que depois que o Boletim acabou, grande parte do jornalismo de Mato Grosso do Sul, e outras regiões, que tinham o Boletim como fonte, acabaram ficando carente, foi uma perda significativa (MENEZES, 2013).

Na produção de formas simbólicas e na sua transmissão para os outros, os indivíduos geralmente empregam um “meio técnico”. Thompson (2011, p.44) definiu que “o meio técnico é o substrato material das formas simbólicas, isto é, o elemento material com que, ou por meio do qual, a informação ou conteúdo simbólico é fixado e transmitido do produtor ao receptor”. Seguindo o raciocínio do autor, e as impressões apresentadas pelos entrevistados, podemos dizer que o Boletim Ecologia em Notícias foi o “meio técnico” desse processo de significação e ou ressignificação.

O uso dos meios de comunicação, principalmente das novas tecnologias, transforma a organização espacial e temporal da vida social, permite o surgimento de novas formas de ação e interação, bem como novas maneiras de exercer o poder. Transforma as formas de visibilidade:

Tecnologias cada vez mais sofisticadas fornecem uma série de dispositivos poderosos que podem ser utilizados para aumentar o vazamento de um comportamento que é próprio de áreas recônditas para áreas frontais onde, com as atividades da mídia e de outras organizações, ele pode ser transformado em eventos extremamente visíveis (THOMPSON, 2011, p.17).

Por esse prisma, percebemos que aquilo que era local, caso específico do embate sobre a HPP, um tema que, aparentemente, teria repercussão regional,

consegue ampliar suas dimensões e até mesmo mudar o sentido do que é o Pantanal. Dar novos significados e mudar a percepção para uma visão sistêmica. Esse debate público ocorre dentro da perspectiva de Touraine (1994) do conflito social.

Não confiamos mais no progresso; não acreditamos mais que o enriquecimento traz consigo a democratização e felicidade. À imagem liberadora da razão sucedeu o tema inquietante de uma racionalização que concentra no cume o poder da decisão. Cada vez mais tememos que o crescimento destrua equilíbrios naturais fundamentais, aumente as desigualdades em nível mundial, imponha a todos a corrida esgotante às mudanças (TOURAINÉ, 1994, p.391).

A abordagem proposta no projeto da Hidrovia era a de mudar o rio para acomodar os barcos, para atender a necessidade de uma via navegável em escala comercial. Contudo, é preciso pensar na possibilidade, por exemplo, de se mudar os barcos para acomodar o rio, são opções alternativas de navegação que podem ser exploradas, reduzindo os impactos ambientais.

Diante das entrevistas é possível perceber que o Boletim Ecologia em Notícias e o uso da internet, foram elementos que contribuíram na mediação e nas negociações de visibilidade e significações. Pois através dos espaços de visibilidade conquistados e do envolvimento de novos atores sociais, o debate público veio à tona.

Negociaram-se valores ao descortinar a proposta especificamente econômica, e apresentar as possíveis consequências ambientais e sociais. O processo comunicacional, nesse estudo de caso, trouxe novos significados para compreensão do Pantanal por uma visão sistêmica. Os meios não foram simplesmente funcionalistas, foram mediadores e negociadores de significados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa pesquisa, partimos do olhar dos estudos culturais para entender se a comunicação pode contribuir na formação crítica, visando à significação e ressignificação de valores com relação à preservação do Pantanal e ao entendimento do Pantanal em toda sua complexidade e noção de sistema.

Tem-se como instrumento impulsor deste processo de ressignificação o Boletim Ecologia em Notícias e todo seu enlace comunicativo que envolve os momentos de produção, articulação e disseminação do boletim, criado e veiculado pela ONG Ecoa de 1997 a 2002.

O estudo foca o período de análise na época de transição do meio de veiculação do boletim do fax para o meio online (*e-mail*), no ano 2000. A escolha desse momento de alteração de padrões para a análise se deve ao fato de que a transformação do boletim está involucrada em um contexto histórico especial e de particularidades, que fizeram desse veículo um expoente representativo e um exemplo de pioneirismo entre os projetos ambientais de mobilização na busca de transformação da opinião pública.

Foi descrito, na dissertação aqui apresentada, o contexto social do debate público ocorrido referente ao projeto para construção da Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP), sob a ótica histórica e através do resgate de memória efetuado com a aplicação de entrevistas abertas aos atores envolvidos nesse processo, trazendo à tona pontualidades sobre o boletim e em relação ao contexto da luta para não implantação do projeto HPP.

Tomando como ponto focal esse processo comunicacional que envolveu a mudança do Boletim Ecologia em Notícias para o meio virtual no ano 2000, a percepção conclusiva é de que o Boletim e a Internet não cumpriram apenas uma função reducionista e mecanicista enquanto instrumento de comunicação, mas atuaram no papel de tomada de valor e de ressignificação do meio ambiente, neste caso em específico, para a mudança da percepção do entendimento do Pantanal em sua integralidade.

O boletim e todo transcurso que envolveu sua criação e evolução, junto aos atores que com ele colaboraram, saiu da função do simples repasse de informação e passou, conforme perspectiva dos estudos culturais, para a formação, atingindo formadores de opinião, jornalistas, mediadores.

Ultrapassando os limites de retratar e repassar fatos o boletim se tornou uma ferramenta para “alfabetização ecológica do jornalista”, como elucidou o jornalista participante deste processo de criação – Alisson Yshy. O “Ecologia em Notícias” e seu contexto comunicativo possibilitaram um despertar para a significação e ou ressignificação, conforme descrito nas falas dos entrevistados.

Alcídes Faria, diretor-fundador da Ecoa e peça chave deste desenvolvimento de ressignificação expõe alguns importantes pontos a serem retratados sobre a criação do Boletim e de todo seu entorno, em suas falas.

Ele explicita que a articulação alcançada através do boletim foi uma experiência única no mundo que contribuiu, e ainda contribui, enquanto exemplo na criação de novas iniciativas semelhantes, um parâmetro para novos projetos ambientais que até então não eram concebidos dessa maneira.

Esta unicidade, alcançada pela repercussão do Boletim Ecologia em Notícias, se deve ao fato de que essa ferramenta, quando se aliou à internet, viabilizou uma conexão entre América Latina, Europa e EUA, possibilitando, assim, a criação de uma coalizão entre entidades que chegou a contar com 300 organizações, mantendo contatos e trabalhando juntas pela causa ambiental a partir de suas realidades locais, mas com o entendimento global de coexistência com o meio ambiente.

A coalizão Rios Vivos, surgiu, portanto, de uma necessidade de articulação do movimento ambientalista, mas teve em seu crescimento e consolidação o auxílio da internet. Implantada desde 1994 na Ecoa, a internet conseguia a partir desse ponto, possibilitar o estabelecimento de comunicação com organizações internacionais.

No Brasil a Ecoa foi pioneira nesse aspecto, mesmo que a lenta, dispersa e gradativa evolução tecnológica no Brasil tenha dificultado a comunicação interna, com as organizações locais, que só passou a ser mais bem estabelecida através da internet já no fim da década de 90 com o fortalecimento desta nova tecnologia no país que levou à transição do Boletim Ecologia em Notícias para o *e-mail*.

Evidencia-se que o boletim e a Internet, desempenharam seus papéis de instrumento, ferramenta e meio de comunicação, mas que o real resultado e maior contribuição foi a construção de novos valores.

Partiu-se da mediação e da negociação de significados, e essa mediação se deu no processo, no caminho, no fazer, no enredar parceiros, nos encontros presenciais, na valoração.

O choque de rapidez para se estabelecer contato, com troca de mensagens e *feedback* em curto espaço de tempo e, trazido com o início do uso da internet, atuou para trazer mudanças concretas no conceito de tempo-espaço e na maneira de articulação.

A quebra de barreiras físicas para o compartilhar conhecimento possibilitou que a partir de 1994 a noção de rede tomasse nova proporção e utilização na questão ambiental, pois passa a ser viável o contato com informações de outras localidades de maneira rápida e consequentemente o auxílio entre as entidades passa a ser maior e o sistema de atuação em rede consolidado.

No ano 2000, já com as facilidades tecnológicas trazidas na década de 90, o Boletim Ecologia em Notícias, passou pela transição para a internet e começou a ser veiculado via *e-mail*, todas as quintas-feiras.

Essa transição do fax para o e-mail representa muito mais que uma simples troca de suporte, o momento e o contexto fizeram que o boletim se tornasse uma ferramenta que conseguiu modificar a opinião pública a respeito do projeto HPP.

O boletim consolidou tanto seu papel que, segundo o entrevistado Alisson Yshy, os jornalistas que o recebiam criaram certa expectativa; se a veiculação atrasasse algumas horas, os jornalistas ligavam questionando a que horas o mesmo seria publicado.

A necessidade de comunicar, educar para o meio ambiente e transformar a opinião pública, ressignificar o entendimento do pantanal, e consequentemente dos malefícios da hidrovía, fez com que se tornasse necessária a criação de uma espécie de boletim informativo de urgência.

Com edições extraordinárias principalmente no ápice de veiculação e foco nos assuntos da HPP (em 2000 e 2001), o boletim informava também sobre assuntos que pela temporalidade não poderiam esperar para serem disseminados apenas na quinta-feira.

Notas e informações referentes ao andamento da possível aceitação ou embargo do projeto, também auxiliaram a tornar o boletim referência e fonte de credibilidade sobre o HPP, facilitando na conexão da Ecoa com os veículos de comunicação e jornalistas atuantes nas redações.

O debate ambiental que foi iniciado com a problemática da possibilidade de construção da Hidrovía Paraguai-Paraná, tomou proporções globais fortalecidas pela rede de comunicação construída; gradativamente a comunicação interpessoal passa

a ser ponto secundário já que as informações começam a se concentrar no site e nas publicações do Boletim.

Demonstrar os reais impactos ao meio ambiente que o projeto HPP traria fazia parte do intuito do boletim e ao atingir certos mediadores comprometidos com a questão, e que não partilhavam da opinião vigente de benefícios econômicos que era repassada oficialmente pelo governo, criou-se um pequeno grupo, atuando em rede, onde o boletim atuava como conector, uma peça primordial na necessidade de ressignificação, uma sistemática de comunicação articulada com a sociedade civil com uma meta.

“Passos de formiga, de forma estratégica para um objetivo nobre”, essa era a noção da sistemática em rede para Alisson Yshy. Agregar o maior número de segmentos possível, sensibilizando-os para um bem maior, atuando com o tripé ambientalismo, jornalismo e justiça.

Pautando a questão da HPP e ainda funcionando como uma estratégia de formação socioambiental de jornalistas, o Boletim Ecologia em Notícias quando passou a ser distribuído por e-mail, dispunha de um *mailing* que possibilitou o acesso do boletim à imprensa nacional, à instituições governamentais e não-governamentais e ainda à imprensa internacional, onde se destacam inserções, de notas sugeridas, em veículos como BBC Internacional e Agência *Reuters*, ainda com a facilidade do baixo custo de produção no meio digital.

O Boletim constituía, enfim, mais que um veículo de disseminação de notícias ou um informativo de fatos, com a adequação do vocabulário científico e ambiental, ele tinha, inclusive, um glossário para explicar termos mais específicos e gradativamente educar os jornalistas para a área.

Foi um instrumento politizador, também, uma espécie de “*lobby ambiental*” necessário – como descreve o jornalista Alisson Yshy; e mesmo tendo como foco demonstrar os malefícios que o projeto HPP traria ao Pantanal, também trazia curiosidades sobre meio ambiente, e temáticas diversas que se transformavam inúmeras pautas na mídia nacional e mundial.

Em 1998 o governo Brasileiro declara não ter interesse no projeto HPP, embora haja contradições nos planos de desenvolvimento econômicos, naquele momento em vigência no País.

O fato é que a sociedade organizada conseguiu, ao menos, momentaneamente, parar o mega-projeto HPP e se inserir no debate público, deixando clara as suas exigências e preocupações.

A temática que inicialmente não tinha apoio dos meios de comunicação passou a integrar as agendas midiáticas que até então, em geral, refletiam interesses governamentais e de empresas que queriam seguir com o projeto para implantar a hidrovía.

O processo de transformação da opinião pública também influenciou nos tipos de notícias veiculadas pela mídia e o número de jornalistas que passaram a compreender a situação e refletir essa percepção no fazer jornalístico, criando um círculo de transformação mútua de mídia-audiência, culminando numa ressignificação do entendimento sobre o pantanal e o projeto HPP, que foi a estratégia chave para barrar a construção.

A internet teve uma importância estratégica tão intensa, que foi a propulsora da criação da coalizão Rios Vivos. Apesar de existirem outros meios de comunicação como telefone e fax, foi a partir do uso da internet que a mobilização tomou proporções nacional e global. O interesse internacional pelo processo teve início com a facilidade do contato via internet que foi de amplo espectro atingindo os EUA e toda Europa.

Constatou-se que os meios de comunicação podem ser os espaços da mediação e negociação na preservação do Pantanal, o processo da pesquisa me descortinou os estudos culturais. Aproximou-me, através da formulação da questão problema, deixando clara a comunicação como mediadora, formadora de cultura, de valores.

E nessa reflexão é possível perceber que valores foram ressignificados, por exemplo, na compreensão da importância do bioma Pantanal e da interferência negativa que teria a efetivação do projeto HPP se considerado o entendimento sistêmico de meio ambiente.

Fica evidente, a partir desse estudo de caso, que a comunicação pode interferir na formação política e principalmente cultural. Neste caso, a comunicação e o uso da internet, possibilitaram uma ação efetiva de mudança de planos do governo federal, a partir da tomada de consciência coletiva da importância do contexto que envolvia todo aquele processo.

Enquanto a entrevista de Éber Benjamim trata do conteúdo do boletim como contrainformação para rebater a visão dominante, Alisson Yshy demonstra preocupação em não considera-lo simplesmente como contrainformação, por entender que buscavam com o boletim atuar dentro dos preceitos jornalísticos, explicitando os diversos pontos de vista sempre que possível, sem omitir lados, para o não-afastamento das fundamentações da ética jornalista, optando pelo conteúdo de qualidade que não omitisse fatos por um interesse econômico.

Há que se avaliar que, o conceito de contrainformação acaba se tornando abstrato já que o fato de inserir diversas visões não faz a matéria necessariamente neutra, mas o papel do boletim ultrapassa a noção de objetividade, se pauta, sim, nos preceitos jornalísticos, mas é, antes de tudo, um instrumento político para o câmbio, para a ressignificação.

Éber Benjamim ressalta um importante aspecto, de que “o sucesso do Ecologia em Notícias foi pelo fato de ter sido feito por jornalistas”, o mediador conhecia o processo, a audiência, os receptores, adequavam a linguagem pois sentiam-se como receptores ao escrever, o suporte técnico-científico tratava de embasar as informações e dar credibilidade às fontes, para Benjamim, o impacto do boletim foi maior do que o esperado.

A entrevistada Débora Calheiros ressalta a perda significativa para mídia e sociedade, com o fim da veiculação do boletim, relata que isso gerou uma carência de fontes, já que os jornalistas já haviam se habituado a rotina.

“O boletim foi determinante para lidar com a imprensa e também com a sociedade em geral, que só recebia por e-mail (informações), como através do que ele pautava à mídia”, ressalta a pesquisadora nesse sentido de demonstrar a importância do boletim e o vácuo que ele acaba deixando com sua extinção.

Muito do fim, porém, pode ser explicado a partir do fenômeno de descentralização do conhecimento impulsionado pela internet. Os jornalistas podem hoje utilizar como fonte, por exemplo, o site da Ecoa e de outras ONGs relacionadas que centralizam e veiculam informações, além de também atuarem nesse papel de educação não formal para o meio ambiente, para a tomada de consciência através do conhecimento que foi possibilitada pelo boletim nesse sentido de ser como um “porta-voz”, termo utilizado por Débora Calheiros para descrevê-lo.

Vale ressaltar, também, que o objetivo de registro histórico, proposto nessa dissertação, foi alcançado com êxito, uma vez que este estudo traz relatos de

importância de personagens que participaram de todo o processo e que se não fossem colhidos e ressaltados poderiam se perder com o tempo em uma memória passageira.

O estudo teórico, exige, é árido, difícil. Mas nos ajuda a compreender nossas práticas, nossas ações. Pesquisar, mais que realizar procedimentos e buscas por respostas teóricas, é avaliar e refletir sobre nossas práticas. A teoria é um espaço da reflexão. Nesse processo de pesquisar foi possível refletir sobre o nosso envolvimento e as nossas práticas nesse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T.W. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARBERO, J. M. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. vol.2 n.1 (3), p. 68-80. Disponível em: <www.emtese.ufsc.br>. Acesso em: 22 jan. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgada em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 67/2010, pelo Decreto nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94 – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011. 578 p.

BRASIL. **Lei nº. 9795, de 27 de abril de 1999**. Dispões sobre a Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial – Imprensa Nacional. Brasília DF. Ano CXXXVII – nº 79, 1999.

BRITTO, R. R. **Sociedade, novas tecnologias de comunicação e a possibilidade de articulação de espaços públicos de debate e embate**. In: SOUSA, M. W. (org.). Recepção mediática e espaço público: novos olhares. São Paulo: Paulinas, 2006.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ECOIA. **Ecologia e Ação**. Disponível em: <<http://www.ecoia.org.br>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 34 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GOMES, W. **Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política**. In: MAIA, R. (org.); CASTRO, M. C. P. S. (org.). Mídia, esfera pública e identidades coletivas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

INTERNATIONAL RIVERS NETWORK. **Considerando a hidrovía**: um informe preliminar sobre o estado atual do projeto proposto da hidrovía Parana/Paraguai. Berkeley, CA, 1994.

JORNAL O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Campo Grande, p. 11, 24 mar. 2008. **Editoria Cidades**.

LEAL, B. S. **A comunidade como projeto identitário**. In: MAIA, R. (org.); CASTRO, M. C. P. S. (org.). Mídia, esfera pública e identidades coletivas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

LINHARES, N. R. **Internet e ação comunicativa como elementos do espaço público sob uma perspectiva Habermasiana: crise e transição.** In: SOUSA, M. W. (org.). *Recepção mediática e espaço público: novos olhares.* São Paulo: Paulinas, 2006.

MAIA, R. **Mídia e vida pública: modos de abordagem.** In: MAIA, R. (org.); CASTRO, M. C. P. S. (org.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei nº 2.315, de 25 de outubro de 2001.** Dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=136490>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

MENDONÇA, M. L. M. O marketing no terceiro setor: possibilidades e limites. In: COGO, Denise (org.); MAIA, João (org.). **Comunicação para a cidadania.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.

MENDONÇA, M. L. M. Redes digitais e movimentos sociais: perspectivas. **Revista Textos de la CiberSociedad**, v.13, 2009. Disponível em: <<http://www.cibersociedad.net>>. Acesso em: jun. 2011.

MIÉGE, B. O espaço público: perpetuado, ampliado e fragmentado. **Novos Olhares:** revista de estudos sobre práticas de recepção a produtos mediáticos. Grupo de Estudos sobre Práticas de Recepção a Produtos Mediáticos do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. vol.1, n.1. São Paulo: O Departamento, 1999.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento científico:** pesquisa qualitativa em saúde. 2 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

PACIEVITCH, T. **Bacia do Prata.** 2008. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/hidrografia/bacia-do-prata>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

PORTAL PANTANAL. **Dados gerais do Pantanal.** Disponível em: <<http://portaldopantanal.com.br/dadosgerais.html>>. Acesso em: 24 jan. 2014.

RIOS VIVOS. **Coalizão Rios Vivos.** Disponível em: <www.riosvivos.org.br>. Acesso em: 26 jan. 2014.

SCHERER-WARREN, I. **Redes sociais na sociedade da informação.** In: MAIA, Rousiley (org.); CASTRO, M. C. P. S. (org.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SILVA, J. S. V.; ABDON, M. M. **Delimitação do Pantanal Brasileiro e suas sub-regiões.** *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, v. 33, p.1703-1711, 1998.

SOUSA, M. W. Práticas de recepção mediática como práticas de pertencimento público. **Novos Olhares:** revista de estudos sobre práticas de recepção a produtos mediáticos. Grupo de Estudos sobre Práticas de Recepção a Produtos Mediáticos do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. vol.1, n.1. São Paulo: O Departamento, 1999.

SOUZA, C.M. **Para pensar a relação Mídia – Meio Ambiente**, 2005. Disponível em: <http://www.abjc.org.br/artigos/art_180404.htm> Acesso em: jun. 2011.

SOUSA, M. W. (org.). **Recepção mediática e espaço público: novos olhares**. São Paulo: Paulinas, 2006.

SOUSA, M. W. (org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade** 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

TREVISOL, J. V. Atores Sociais e Meio Ambiente: análise de uma rede transnacional de organizações da sociedade civil. **Série Debates**. Chapecó: Argos, 2007.

VIANA, G. **A polêmica sobre a Hidrovia Paraguai-Paraná e o Porto de Morrinhos**. Cuiabá: Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, 2007.

VILCHES, L. Ciencias de la comunicación y sociedade: um diálogo para la era digital – Perspectivas mundiales. **Novos Olhares: revista de estudos sobre práticas de recepção a produtos mediáticos**. Grupo de Estudos sobre Práticas de Recepção a Produtos Mediáticos do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. vol.1, n.1. São Paulo: O Departamento, 1999.

ZUGAIB, E. A hidrovia Paraguai-Paraná e seu significado para a diplomacia sulamericana do Brasil. **Cursos de Altos Estudos**. n. 98. Brasília: Funag, 2006.

APÊNDICE A – ENTREVISTA ALCIDES FARIA

Alcides Faria é biólogo, diretor-fundador da Ecoa, Secretário Executivo da Coalizão Rios Vivos.

Data: 06/11/2012 – Campo Grande – MS

Eduardo

Como você resume a coalizão em relação à hidrovia?

Alcides

Me parece que foi uma experiência única no mundo, porque ela somou, de uma maneira bem forte, organizações da América Latina, da América do Sul principalmente, da Europa e dos Estados Unidos. Esse tipo de trabalho começou a ter uma interface com a Ásia, com a África. Ela se tornou uma grande coalizão, chegou a ter 300 organizações. Logicamente que o propósito central era a Hidrovia Paraná-Paraguai. Quando nós conseguimos a solução disso, ela deixou de ter um sentido, de uma existência. Mas ela começa já a tratar de grandes obras de infraestrutura e seus impactos. Então, é importante registrar, que era uma obra altamente destrutiva, e a sociedade se organiza em torno de uma coalizão, com algumas metas bem claras, e obtém uma vitória. Então, esse tipo de luta hoje, que foi desenvolvida na época pela coalizão, eu vejo os mesmos métodos sendo utilizados na Amazônia, sendo utilizados em outras regiões.

Tem uma coisa também que é importante, que a Coalizão surge mais ou menos com a internet. Eu me lembro dos primeiros e-mails que nós usávamos, das primeiras manobras nossas, que era naquele ambiente “DOS” do computador. Era uma coisa meio assustadora, você trocando mensagens com Estados Unidos e Europa, que já estavam numa fase iniciando quase para a internet.

Eduardo

É nessa linha que eu quero chegar um pouco mais. Como é que surge a Coalizão? Quem teve essa ideia?

Alcides

A década de 90 é a década da revolução na comunicação e da revolução tecnológica. Isso aí chega e a comunicação entre pessoas, a transmissão a busca por informações científicas, vai se tornando cada dia mais fácil. A tecnologia dando suporte também para o desenvolvimento na comunicação das pessoas. Então, aconteceram de várias vertentes, vieram de várias vertentes a ideia de criar um grupo para trabalhar com relação a esse tema da Hidrovia Paraná-Paraguai. E também, a outra questão é que a cada vez que nos aprofundávamos com relação a essa grande obra de infraestrutura, nós vimos que ela traria danos enormes para o Pantanal.

Então, havia várias vertentes, mas uma das forças foi na origem da Ecoa, em 1998, por exemplo, já esta em nossa agenda pautada a Hidrovia Paraná-Paraguai. Aí tem um outro grupo, acho que o Centro de Vida, que começa na mesma época em Cuiabá, que começa a analisar isso também. Aí nós começamos a contatar organizações, dos Estados Unidos, da Europa, pra discutir isso. Para que fizemos isso? Porque são organizações que conhecem os mecanismos de financiamento dos bancos internacionais. Banco Mundial, Banco Inter-americano. Nos facilita essa interlocução com os bancos, e quando chega dezembro de 94.

Vamos pegar a linha do tempo, no final da década de 80, o que nós temos é que começam a circular informações, começamos a ter conhecimento sobre financiamento de projetos. As organizações então, aqui do MS e MT, começam a conversar em busca dessa interlocução internacional, sabendo que o Banco Inter-americano de Desenvolvimento e o Banco Mundial queriam investir, e chega o momento, nesse período que começamos a buscar interlocução na Argentina, Uruguai, Paraguai e na Bolívia, que são os outros países que teriam obras da Hidrovia Paraná-Paraguai. Ela partiria de Cáceres-MT e iria até Nova Palmira, no Uruguai. Uma grande hidrovia industrial que funcionaria 24 horas, 365 dias por ano.

Caminhamos durante esse tempo aí, a partir do final da década de 80, até 1994, quando no final do ano, em São Paulo, no monumento da América Latina, nós fizemos uma reunião, com organizações da Europa, Brasil e os países aí que eu citei, e os Estados Unidos, inclusive participou também o Banco Inter-americano, e

fizemos uma primeira discussão. Tratamos, a partir de então, de atrair o meio científico, que começa a nos dar suporte e nos dar informações científicas sobre os danos que iam acontecer, por exemplo, um pesquisador dos Estados Unidos fez um estudo e mostrou que o Pantanal secaria em muitas regiões. Quer dizer, um trabalho de altíssimo nível, altíssima qualidade, que ele nos mostrou. E outros também, outros pesquisadores como Maurício Garimpo, produzindo documentos, produzindo textos com alta qualidade, e que foram incontestáveis. Houve uma série de pontos em que nós conseguimos somar forças.

Qual foi o primeiro ganho? O Banco Inter-americano resolve não embarcar no financiamento. Ele disse que não financiaria a obra. Então, já temos um pilar, perde-se um pilar de sustentação. Depois, vem o governo brasileiro que diz em 1998, que não faria a hidrovia. Aí é a vitória final. Uma vitória que foi muito festejada, saiu na imprensa internacional, no New York Times e tudo mais.

Eduardo

Sobretudo para você que era secretário executivo, como se dava essa articulação local e internacional? Focando na comunicação e uso da internet.

Alcides

Nós começamos a usar em 94 e 95. A gente já começa a poder se comunicar com organizações do mundo. Em 95 nós compramos o primeiro computador da Ecoa. Era um computador de 250 gigabytes. Eu me lembro que as mensagens, os e-mails chegavam no ambiente “DOS”. Até a TV Cultura daqui nos chamou para conversar com relação à internet e eu falei “eu não domino sobre o meio”, mas eu fui lá pra dizer para que ela estava nos servindo. Inclusive eu me lembro que depois ela teve uma mudança de tecnologia, aí os técnicos da Embratel tiveram que ir lá instalar essa nova tecnologia, e para eles também era experimental. Isso em 95 ou 96. Ela nos deu uma base muito forte para a comunicação internacional. Porque mesmo no Brasil era muito limitado, eu desconfio que nós estamos entre os primeiros que a usou no Brasil. Inclusive tem uma matéria numa revista, o “Raidemberg”, ele tá escrevendo, tenho que achar isso, ele está escrevendo num site internacional. Ele me entrevistou, nesse período, de como nós operávamos com

a internet, como a internet deu suporte para constituir a Rios Vivos. Sem a internet não construiríamos isso.

A Rios Vivos foi uma coalizão internacional, com o propósito de combater a Hidrovia Paraná-Paraguai.

Quando não havia essa tecnologia aqui no MS, como nós fazíamos o processo de comunicação internacional? Nós fazíamos com a outra tecnologia que estava disponível, que era o fax e telefone. Então nós estabelecemos, escolhemos um grupo de rádios, conversamos com as pessoas do noticiário, e propusemos a eles que nós produziríamos boletins informativos sobre meio ambiente semanalmente, com destaque a Hidrovia, e enviaríamos isso por fax. Isso foi muito utilizado. Durante um período, não sei te dizer se foi por três anos. O pessoal das rádios telefonava, nos davam retornos. Em algum momento começam a ter e-mail, aí nós continuamos a enviar esse trabalho por e-mail. Chegou um momento que um jornal de Dourados utilizou esse e-mail para utilizar esse material em uma coluna. O jornal “Progresso” utilizou esse material que nós produzíamos para essa coluna.

Para a comunicação local, nós tínhamos a Ecoa aberta para receber as pessoas. Muita gente, estudante, pesquisador, até mesmo o jornalista. Nós tínhamos um atendimento diário de pessoas que era um outro meio de comunicação, que era em torno de 20 pessoas. Hoje não vem ninguém aqui, só vem se for fazer entrevista com alguma pessoa. Hoje está disponível na internet, mas por outro lado temos uma mailing list com 13 mil pessoas, com 13 mil endereços, que o outro extremo da comunicação, nós temos um site que tem em torno de 3 mil visitas por dia, e também esse mailing list.

Pode até conferir com o Luiz, como é esse atendimento, aí você vai ter um quadro sobre o que era aquele processo original lá em 95, do computador com 250 megabytes, aquele dinossauro né... (risos)... e nesse ponto temos hoje um poder de comunicação estabelecido, e é a principal fonte de informação com relação ao Pantanal, eu diria técnico-científica em relação ao Pantanal é o nosso sítio web. E é interessante isso, raramente vem alguma pessoa a Ecoa procurar material, a gente está digitalizando as publicações mais importantes e disponibilizando no site.

Depois posso até te mostrar onde é feito e como estão essas coisas. É interessante você conversar com o Luiz e ver como foi o desfecho desse processo.

Eduardo

Como era para vocês, como Coalizão, esses momentos presenciais? Qual era o organograma de estratégia para essas ações que envolviam tantos países e profissionais?

Alcides

Acho que nunca havia dado um depoimento sobre esse processo histórico, a pergunta é muito interessante. Há muitos vazios a serem lembrados e preenchidos, mas essa situação em se manter o presencial com o virtual era fundamental, você foi a Goiânia, havia pessoas do mundo inteiro, foi bem forte Goiânia. Era um momento de conhecimento de redes, várias redes surgindo e se fortalecendo. A gente vinha com a Rios Vivos e a questão da Hidrovia tinha já sido conhecida e tava se trabalhando de maneira mais ampla. Foi isso aí no ano que você participou.

Ali era fundamental para que você pudesse fazer uma agenda comum para as organizações, e o desenvolvimento dessa agenda e dessa comunicação ainda era presencial.

A partir de Goiânia cria várias outras iniciativas, vários outros processos, por exemplo, aí é outra esfera. Interessante porque você estava lá dentro também.

Eduardo

Quais as pessoas-chave que você considera que não podemos deixar de conversar? Os cabeças desse primeiro momento.

Alcides

Sérgio Guimarães, de Cuiabá. Centro de Vida. Outra pessoa... Gleid ... estrategista internacional, até tocava guitarra, gostava muito de festa, grande amigo meu. Do Paraguai, o Oscar Rivas ou o Elias Peña.

Eduardo

Quem fazia a parte organizativa e administrativa da Coalizão era um de cada um desses países que você citou né?

Alcides

Na Argentina, o Jorge Capato. Nessa área de comunicação era efficientíssimo. Na Bolívia o pessoal não está no circuito mais. Elias Peña.

Eduardo

O que mais você destaca em relação à estratégia de comunicação? Até o momento em que comemoramos a saída do governo brasileiro do financiamento.

Alcides

A coalizão surgiu em torno da hidrovía. Ao mesmo tempo que fala de hidrovía ela começa a enxergar que tem que tratar da construção de infraestrutura e grandes obras altamente destrutivas, aí começa a falar da represa da Amazônia, de grandes estradas, ela tem um desenvolvimento por aí. Aí entra também na agenda dela a questão da soja empurrando as fronteiras agrícolas para a Amazônia, isso foi discutido em Goiânia.

Entrou também a questão da energia. A produção de energia é altamente impactante, com pouco investimento em eficiência energética. Então ela começou a ter uma política por aí. Ela trabalhou, e bem, até uma certa altura, mas aí começa a ter uma agenda muito diversa, esses grupos internos, que trabalhavam na coalizão, adquirem autonomia e seguem. Surgiu uma articulação chamada “articulação soja”, que tratou dessa história do avanço da fronteira agrícola. Na questão da Energia, foi colocado dentro do fórum brasileiro um GT de Energia. Aconteceram diferentes políticas. Para tratar do Pantanal e das áreas úmidas, surgiu um grupo chamado “Aliança Paraná-Paraguai Áreas Úmidas”. Outro produto, a Rede Pantanal.

Ela (a Coalizão) deu capacidade para muitas organizações de base. Foi através da Coalizão que a Ecoa se torna uma organização internacional. De uma organização territorial, ela vai para o mundo. E surgiram muitas organizações aí. A Coalizão foi uma escola, de formação e organização. E foi uma grande contribuição para a Democracia né... na medida que você faz a capacidade de ação chegar aos territórios.

Eduardo

Como está o projeto da hidrovía hoje? Tendo em vista que o grande projeto, o pacote, foi extinto. Ele pode voltar?

Alcides

Eu não duvido. Vamos continuar tendo atenção para que esse projeto não ressuscite, porque, veja só, o governo brasileiro, apesar de ter ocorrido a desistência, lá em 98 com Fernando Henrique, depois quando é criada a Iniciativa de Integração da Infraestrutura da América do Sul, ela aparece de novo como um dos eixos. Nunca foi feita nenhuma licitação, nenhum novo estudo, nós não temos nenhuma informação sobre isso. Mas se você abrir a "IRSAS", se você abrir o site deles e ver, um dos eixos é a hidrovía. Nos sempre mantivemos a atenção aí.

Eduardo

Hoje se tivesse a necessidade de um novo levante da coalizão, você acha que seria possível da mesma forma e intensidade?

Alcides

Não. Acho que teria que ser um outro momento. A sociedade mudou muito, a complexidade é muito maior, teria que ser um outro momento. Com base na internet, naquela época a internet foi uma ferramenta. Havia o telefone, o fax, as reuniões que chamou atenção, as viagens. A arrancada foi pela internet, a partir desse trabalho de mobilização você conseguiria uma boa reação. O Pantanal está na alma das pessoas, então acho que ela realmente voltasse, teria uma reação forte, mas de uma outra maneira.

Eduardo

Algo mais?

Alcides

Acho interessante você dar uma olhada na WWF. Veja se está documentado, eles chegaram a propor uma solução intermediária. Parece-me que o Banco Mundial chegou a propor que construíssem parte da hidrovia.

Eduardo

Aquela viagem técnica que vocês realizaram, de MT a MS.

Alcides

Saimos de Corumbá, eu fiquei em Porto Murtinho.

Eduardo

Como você avalia essa ação?

Alcides

Ela teve uma repercussão internacional civil, não me lembro quantas pessoas havia. Pessoal dos cinco países e também Europa e Estados Unidos, para eles conhecerem o Pantanal e o Rio Paraguai, para verem e entenderem o que era esse sistema. Isso muda a alma das pessoas, para mim o grande rio é o rio Paraguai. Ele me encanta.

Aquela excursão tinha até uma equipe da Globo. Naquela época essa participação da grande imprensa era muito importante.

Eduardo

Qual o nome da WWF que vocês tinham mais articulação?

Alcides

Tem um cara de Washington, que depois vai para o Banco Mundial como consultor. Não me lembro. Quem fazia essa interlocução era o Maurício Galink e a Debora (Lorence).

APÊNDICE B – ENTREVISTA ALYSSON ISHY

Alysson Ishy é jornalista e produtor do Boletim Ecologia em Notícias.

Data: 01/12/2012.

Eduardo

Fale sobre a Criação do Boletim Ecologia em Notícias.

Alysson

O boletim foi criado pela Debora Lorence e Eber Benjamin, quando eu entrei lá era o Gilmar que estava lá, em 2000, e a Iara trabalhava lá como estagiária.

Eduardo

Como funcionava o boletim?

Alysson

Era uma produção semanal, toda quinta-feira, enviávamos o boletim com 10 ou nove notas curtas, com formato adaptado para rádio, lógico que durante os meses ele foi mudando um pouco o formato, mas ele foi criado inicialmente para ser veiculado por fax. Porque tinha já a internet, mas caia muito, era muito complicado, e as redações preferiam receber papel. A gente chegava a mandar para uns trinta veículos aqui no Estado, principalmente rádios, mas também as TVs, jornais. Toda semana eles já esperavam.

O boletim não era só uma ferramenta de disseminação de informações, ele era também uma espécie de veículo que contribuía com a formação socioambiental dos jornalistas. Então, ao mesmo tempo que eles recebiam informações com credibilidade, feitas por jornalistas que eles conheciam também, todos nossos colegas, eles também aprendiam. Tanto coisas simples como vocabulário, significado dos termos ambientais, curiosidades, notícias, mas também um pouco

desse mundo aí das polêmicas ambientais. Tinha ali hidrovía, queimada, crimes ambientais diversos. Mas, nessa época, o foco foi a hidrovía Paraguai-Paraná.

Além disso, em 2000, a gente já mandava o boletim por e-mail. E nesse mailing do Ecologia Notícias, a gente tinha tanto as organizações da Rios Vivos, tinham também governos, técnicos de ministérios, do Ibama, área da Justiça, além da imprensa nacional e internacional. A gente já conseguiu emplacar algumas coisas na Folha de S. Paulo, no Estadão, na Reuters, BBC, mas o foco maior eram os jornalistas daqui e do Brasil.

Então o boletim, obviamente ele fazia um lobbie ambiental, mas com esse cuidado de trabalhar a informação com credibilidade. Ser produzido por jornalistas, por profissionais, não ser uma forma de fazer a contrainformação, na verdade a gente sempre combateu a contrainformação.

Acho que eu poderia falar disso um pouquinho porque, embora a gente não tivesse tanto dinheiro, foi feito através de um meio de baixo custo para ser mandado por fax e por e-mail, mas como lhe disse, tinha lá a época do estudo da WWF aí os defensores do projeto diziam que não, que estávamos mentindo, aí viram as fotos e disseram “não ... nós vamos começar a fazer um curso, adaptar os empurradores para fazer as curvas”... aí teve uma outra fase durante o projeto da hidrovía lá em Porto Morrinhos que “não, não vai ter nenhum impacto com esse porto, que vai ser benéfico pra todo mundo”, mas lá a sociedade já reagiu contra porque é uma cidade turística.

Então, sempre a sociedade organizada tentava colocar a verdade, mas quem tinha mais poder, mais poder ou mais influência sobre as mídias, conseguia colocar nas mídias o oposto. E o senso comum, geralmente vai acreditar em quem tem mais poder... entre aspas o veículo que tenha maior credibilidade.

A gente aqui, o Estado, nunca teve apoio direto dos meios de comunicação. Pelo contrário, muitas vezes tinha uma informação, relevante como no caso do impacto da navegação, mas muitas vezes os jornais usavam a informação e deturpavam dando um espaço maior para o outro lado.

O boletim, o Ecologia e Notícias, circulava semanalmente, eram dois jornalistas que faziam o boletim, eu e a Iara. Depois eu saí e ficou um tempo a Patrícia editando o material e muitas vezes as matérias a gente ia atrás. Nós ligávamos para as organizações, para os pesquisadores, as vezes fontes que não queriam falar, que só poderiam falar em off no caso de algumas denúncias. Mas,

muitas vezes a gente criava as pautas. Conversando, fazendo reuniões de pauta, com o Alcides muitas vezes. Mas a gente tinha liberdade pra criar alguma pauta sobre Meio Ambiente.

De 2000 a 2001 toda semana quase tinha uma informação sobre a hidrovía. A gente entrevistava, ou tentava entrevistar porque eles fugiam muito da gente, Secretário de Meio Ambiente, na época era o Egon Krakeke, pessoal da navegação, pesquisadores e ambientalistas. Quer dizer, o boletim trazia, de certa forma, uma versão de quem atuava na área ambiental, mas por ser um veículo jornalístico, a gente tentava sempre buscar outro lado.

Então, às vezes tinha algum problema acontecendo, alguma ameaça de começar alguma obra, tinha o secretário, mas ele fugia, fugia, fugia, eu o encontrava em algum evento a noite, aproveitava e pegava ele pra falar umas palavras. Sempre foi difícil a gente ter acesso aos defensores do projeto, isso eu coloco o governo, o governo era 100% favorável ao projeto, o setor de navegação, o setor de comércio, principalmente na região de Corumbá, que faziam uma frente muito forte em cima.

Aí depois teve até aquela história com a Débora (Lorence) (perseguição na Embrapa-Corumbá, ameaças de morte), que foi resultado desse processo todo da hidrovía, ela já participava desde essa época da ameaça do projeto se tornar realidade, e ela é uma pesquisadora de águas, liminóloga pela Embrapa, ela já participava de vários estudos.

Deve ter a Débora aqui, já estava o Dr. Emico, Arlindo Borges.

Ela já participava de vários estudos científicos para a conservação do Pantanal. Aí, anos depois, ela já morava em Corumbá, já era uma figura pública, anos depois ela começou a ser perseguida, começou a ser vítima de perseguição política e foi pra Corumbá. Eu sei que chegou ao cúmulo, nesse grupo, inclusive os meios de comunicação lá, praticamente todos os meios de comunicação a favor da hidrovía, eles falavam de transformar o Pantanal em um grande polo siderúrgico. A Débora, ela acabou fazendo um estudo que demonstrava que haveria uma poluição que seria arriscada à saúde da população, juntamente com outros pesquisadores que afirmaram que haveria um incremento de doenças graves como o câncer, na cidade. E outros pesquisadores que indicavam a inviabilidade do local onde ia ser colocado esse empreendimento. Acabou que, na audiência pública, não foi aprovado a Termo Pantanal. A audiência não delibera ou libera, mas depois dessa audiência os empresários desistiram do projeto.

Essa não é a mesma de Porto Morrinhos, não tinha a ver com a Hidrovia, mas fazia parte da hidrovia com o polo siderúrgico. Um projeto de desenvolvimento para Corumbá. Como eles abandonaram o projeto, a população foi incitada a se rebelar contra os ambientalistas. Só que você veja como é a contrainformação, de quem está no poder. Às vezes eles não tem muita inteligência para atuar. Eles usaram um carro de som que era da prefeitura, botou um monte de gente em cima e um radialista famoso da cidade, começou a percorrer todos os bairros de Corumbá e dizer “vamos tocar os ambientalistas à bala, vamos expulsar à bala da cidade”, e foi percorrendo todos os bairros e nisso foi juntando o povo e indo atrás daquele trio elétrico da prefeitura.

E, de repente, tinha uma multidão em frente a Embrapa Pantanal, que não era uma organização de ambientalistas, era uma organização de pesquisa, e pesquisa agropecuária. E ali ficou o carro de som, durante quase uma hora, com um bando de gente revoltada porque não teria mais “emprego”, porque iriam morrer de fome, porque não ia ter o desenvolvimento, tudo culpa dos ambientalistas. Porque eles diziam que os pesquisadores eram ambientalistas.

Quando isso aconteceu, a Embrapa ficou preocupada, porque o “cara”, um monte de gente e um carro da prefeitura dizendo “vamos expulsar os ambientalistas à bala, porque eles ganham em dólar da rainha da Inglaterra... (risos)”. Então foi nessa época que a Débora precisou de proteção, precisou ir a Polícia Federal, entrou com um processo no Ministério Público Federal, entrou pra defender a idoneidade dela. E ela ganhou na Justiça o direito de resposta. E esses caras que fizeram isso aí, ficaram um tempo calados. Mas não deixavam de continuar perseguindo ela.

De botar espião, de monitorar onde ela vai, que estava fazendo. Pela “nóia” que eles tinham na época com essa questão do desenvolvimento. Lá em Porto Murtinho eu não cheguei a acompanhar essa audiência, mas a Cida estava lá.

A Cida é uma pessoa muito interessante para conversar, porque em Porto Murtinho ela estava sozinha, só ela e a família. A Cida estava chegando na Coalizão, na Ecoa, ela era professora. E ela só sabia que a hidrovia não ia ser bom para o Pantanal. Sei que tem um episódio dessa audiência que ela foi com uma camiseta do WWF, foi quietinha, ela ganhou, vestiu e foi. Nem era da WWF. Com essa camiseta ela causou tanto medo naquele povo que estava na audiência, onde a maioria era a favor da hidrovia, que aí começaram a atacar o WWF, falar de ONGs

internacionais, bem no momento em que ela chegou. Que a rainha da Inglaterra pagava em dólar, por fora, pra gente. Começaram aquela conversa xenofobista que eles são pantaneiros, que estão lá há mais de 200 anos, quem é este povo ambientalista, enfim. Ela ficou um pouco assustada, mas nunca deixou de lutar.

Mas a nossa sorte, é que a gente tinha, apesar de governo, setor empresarial da navegação, as vezes até o setor comercial do turismo, setor comercial das principais cidades onde passaria a hidrovía, no caso aqui do MS, a gente sempre teve uma boa relação com a imprensa, então obviamente os meios de comunicação têm os seus interesses e são empresas privadas. Cada empresa vai ter uma determinada linha editorial, de acordo com o seu interesse. Mas a nossa sorte foi essa, que também nesses veículos você sempre tem um jornalista de trabalho sério. Então, ao mesmo tempo a gente tinha dificuldades de fazer uma denúncia, de colocar um tema em discussão na imprensa, na mídia, muitas vezes eles entravam mesmo assim por causa desses jornalistas.

Lembro que nessa época surgiu uma seção no Estadão. A Liana John e Maura Campanili. As duas eram editoras, era assim meia página, uma vez por semana. Mas era já uma grande vitória porque eram jornalistas muito respeitadas, de muita credibilidade no Brasil e sempre entravam em contato com a gente, quando estava pegando fogo a discussão da hidrovía e muitas vezes alguma informação elas divulgavam. A Folha começou a fazer uma seção que misturava o meio ambiente com a Ciência, mas o Estadão foi interessante. Infelizmente, algum tempo depois, não chegou a durar um ano, o Estadão tirou, porque também começou a entrar em conflito com o interesse do Estadão.

Aqui a gente tinha o Naves. Tem o Naves que é o marido da Denise Abraão, ele que era na época o correspondente. Acho que ainda é, do Estadão, que apesar disso, de ele trabalhar no Correio do Estado, algumas matérias ele fez, interessante, ajudava a fazer a divulgação desse conflito da hidrovía...

Eduardo

Como era a estratégia?

Alysson

Haviam várias estratégias. O boletim para atingir os formadores de opinião, e transformar esses formadores de opinião em jornalistas qualificados, que tivessem conhecimento sobre meio ambiente, foi criado o Ecologia e Notícias. Que é uma alfabetização ecológica do jornalista, além de disseminar as informações. O segundo motivo foi porque não havia nenhum veículo, acho que ainda são pouquíssimos, que produzem informações sobre a semana,... então, o boletim foi criado, foi pensado, porque não havia nenhuma produção seja de meio ambiente, seja de ecologia, se falava muito no termo ecologia, hoje é socioambiental, para suprir essa demanda. Então ele continuou com esses dois objetivos.

Quando eu entrei, posso falar a partir de 2000, a orientação que eu tinha era de ter reuniões de pauta semanais. O Alcides tinha muitos contatos com governos, pessoal dos ministérios, formadores de opinião, jornalistas, jornalistas internacionais também. E muitas vezes acontecia assim, durante a semana o foco, a linha editorial do Ecologia e Notícias é ecologizar os meios de comunicação, suprir a demanda de informações ecológicas desses veículos porque, com esse objetivo, tinha uma certeza maior que ele ia ter sucesso, para serem utilizadas as informações. Mas, dar voz aqueles segmentos, aqueles setores que dificilmente conseguiam espaço nas mídias ou no poder, nos poderes públicos. Então, esses coletivos incluíam ambientalistas, populações indígenas, populações tradicionais (que até hoje é o público da Ecoa), coletivos sociais ou ambientais das cidades e esses temas que se chamava na época megaprojetos. Esses megaprojetos, que eram grandes obras estruturais ou grandes obras de infraestrutura, a gente começou com o tema hidrovias, mas na época havia também o gasoduto Bolívia-Brasil, era uma obra de grande impacto. Havia o programa Pantanal, o falecido que já nasceu morto, Programa Pantanal que nunca saiu do papel. Embora a Ecoa tenha sido responsável aí por uma negociação inédita, que nunca havia acontecido, que foi um dos primeiros projetos no mundo onde o BIRD resolveu abrir exceção e deixar a população participar das discussões, e ter um comitê popular, um comitê de participação da sociedade civil. E com isso a sociedade teve com isso uma pequeníssima, mas uma pequena participação no megaprojeto ali no Pantanal, 400 milhões de investimentos para desenvolvimento sustentável na região.

Então era essa a linha editorial do Ecologia em Notícias, toda semana nos reuníamos, geralmente era eu a Iara e o Alcides. Também aconteciam muitas reuniões do fórum de meio ambiente do Mato Grosso do Sul, onde cada membro as

vezes trazia algum fato novo, alguma denúncia ou surgia algumas ideias para as pautas, elas também partiam dos parceiros da Coalisão. Como a Ecoa era a secretaria da Coalisão Rios Vivos, ali era centralizado as informações, as reuniões, o site, a organização de eventos... então chegavam muitas sugestões de pauta por e-mail, do que estava acontecendo no caso aí específico lá na Argentina, ou qual a discussão lá na Bolívia, lá em Cáceres com a Solange e o Salomão que mandavam de lá alguma informação, e quando não chegava a gente ligava e perguntava se havia alguma novidade ou como está a situação, tal, tal...

Haviam também aquelas matérias em que a gente precisava fazer o acompanhamento delas. A gente divulgava a matéria, daí um tempo tentava dar um novo feedback para saber como estava a situação. Então a estratégia era essa, de reuniões semanais, tinha os encontros que a Ecoa e a Rios Vivos faziam, ou as reuniões do fórum, mas ele tinha esse foco sim, a gente tinha desde um assunto muito pequeno como, por exemplo, uma poda em uma árvore central, a gente fazia essa cobertura, até a situação de um mega projeto da hidrovía.

Muitas vezes a gente não tinha uma coisa 100% certa, das informações que a gente ia cobrindo, ia surgindo com toda a Redação. Alguns assuntos também a gente não fazia, mesmo que o Alcides mandava e tal, porque não era notícia, poderia ser uma informação e tal, mas não viraria notícia, não era um fato de interesse público. Acho que uma ideia que deu certo mesmo foi colocar profissionais, jornalista para produzir informação de credibilidade. Obviamente, estamos muito sujeitos ao erro, quando havia erro a gente mandava uma errata.

Toda quinta a gente conseguiu criar esse hábito, os jornalistas estavam esperando lá, normalmente mandávamos logo após o almoço. Se chegasse próximo das 16h, eles já começavam a ligar dizendo que não chegou, que horas íamos mandar. “já chegou aqui, mas faltou a página 10, o fax chegou meio ruim”. O “pessoal” do interior ligava muito, das rádios. Então, chegou o momento em que os jornalistas já aguardavam as informações para saber se havia alguma novidade. Eles acabavam de receber a informação e quando iam fazer alguma matéria especial, ligavam pra gente e confirmavam todas as informações, pediam mais fontes, mais fotos, e a gente atuava também para facilitar o trabalho deles. Ou, como acontecia na maioria das vezes, a gente nem sabia que o material tinha sido aproveitado, mas, as vezes, ele estava na íntegra. Sem mudar uma vírgula, publicavam as informações.

Durante a Expedição, essa primeira expedição, a gente teve a ideia de fazer um Ecologia e Notícias diferente. Era a primeira vez que ia ter somente notícias ruins, desde os estudos da WWF que constatarem essa degradação das matas ciliares, até a situação dos últimos “Guató” falantes, foi em 2000... aí como só tinha notícia ruim, a gente ficou analisando que o boletim estava muito *dow*, tá pesado, “vamos fazer uma edição de luto?”, colocamos a edição especial de luto, a partir dessa data aquelas edições que só tivessem notícias ruins seriam consideradas de luto, aí elas iriam por e-mail com fundo preto, da tela.

A gente começou a ver o seguinte, principalmente com a hidrovía, você vai perceber lá no Ecologia e Notícias que vai começar a surgir, depois de um tempo, a edição urgente, o Ecologia e Notícias Urgente. Que era uma nota, que a gente mandava a qualquer momento uma edição extraordinária. Então, assim tinha lá o caso da Hidrovía, a decisão do Juiz “Juliêr” Sebastião, ele era do Mato Grosso na época, e foi o que primeiro proibiu a construção da hidrovía por portos, já haviam vários projetos de portos, inclusive um em Porto Murtinho que era da família do governador, uma ligação com o irmão do governador, então já haviam vários portos ao longo da Bacia do Prata, ele foi o primeiro Juiz que barrou, falou assim “não, parem todos os projetos”, pelo menos no Brasil.

Com base nessa decisão da Justiça de Mato Grosso, o porto de Morrinhos foi paralisado. E na época quem estava lá era o promotor Pedro “Tax”, que foi ameaçado de morte também, foi perseguido. O Julier também foi ameaçado de morte, nessa época, mas ele peitou os caras. O Alcides era constantemente perseguido, ameaçado. A Ecoa, durante muito tempo, não tinha placa lá, mas essa história você confirme com ele. Não havia placa porque tinham medo de sofrer um atentado.

Começou a surgir essa ideia de fazer uma edição especial, porque ao logo da semana surgiam um ou dois fatos que na hora se não fossem divulgados para a imprensa depois ia perder a repercussão. Eu acho que a gente fez uma edição desse dia 14 de novembro falando assim “nesse momento a sociedade está fechando o rio”, aí mandaram uma foto por e-mail, naquela época as fotos eram tiradas por disquete, a gente já anexava no e-mail e mandava para a imprensa.

Então o pessoal já recebia, estava indo para os principais jornais, estava nas rádios, o pessoal estava sabendo ou o Alcides estava recebendo alguma informação de alguém que não gostou. Havia uma pressão muito forte também que a Ecoa

recebia dos governos. Tinha gente de muito poder que ligava lá e tinha reuniões onde ele participava, tinha Famasul, Sindicato Rural, e eles comentavam a repercussão das informações. E muitas vezes quando saía em um jornal de grande circulação no Brasil, a gente percebia que o Alcides ficava um pouco mais preocupado, mas era isso que a gente queria, levar essa preocupação com a grande obra.

Quando eu entrei era 2000, o projeto ele seria de 1997 no governo Fernando Henrique, a população brasileira não sabia, as pessoas não sabiam o que era uma hidrovia. Aí surgiu nessa época a contrainformação dos defensores da hidrovia em dizer que hidrovia é uma via de navegação. Óbvio que é hidrovia. Mas nós estamos falando de uma via de navegação natural que é o Rio Paraguai, nós estamos falando de um projeto de infraestrutura chamado Hidrovia Paraguai-Paraná. Eles começaram a ficar mais espertos e aí começaram a dizer, eles tinham um discurso muito bem preparado, de que não era preciso discutir porque a hidrovia sempre existiu no Pantanal. A gente tinha uma missão bem complicada na época que era, de alguma forma, a Ecoa ali em uma casa velha, com pessoas que ganhavam pouco, funcionando com um computadorzinho 486, com internet discada, ... mas nosso grande desafio era formar uma opinião pública sobre o que era realmente a Hidrovia Paraguai-Paraná.

Se você puder imaginar aquele grupinho pequeno de gente, mas estando conectados com parceiros, organizações, pesquisadores, inclusive técnicos de governos parceiros, ministérios também, alguns setores de ministérios parceiros nossos, e essa estratégia da comunicação, da informação, a gente tinha muitos dados que obviamente a gente tinha uma opinião já formada sobre os projetos, sobre os possíveis impactos, as pesquisas, modelos matemáticos que indicavam isso.

Mas a população não tinha ideia do que era a Hidrovia Paraguai-Paraná. Eles tentavam jogar para a população que a hidrovia sempre existiu e a gente tentava dizer assim “não, isso é um grande projeto de infraestrutura”, e a gente nunca deixava de dizer, de afirmar os lados positivos: vai trazer desenvolvimento, vai melhorar o transporte, vai diminuir os custos de produção no Brasil, vai gerar receita para o município, etc. Mas a gente dizia que era importante a população conhecer todos os impactos negativos.

O Alcides te passou o contato de um pesquisador, um hidrólogo? Acho que a Débora Calheiros vai ter esse contato para você. ... foi bem polêmico porque ele dizia assim: se a hidrovia acontecer, 40% do Pantanal pode secar, pode virar um semi-árido. Aí começou a polêmica, sobre esse cara de fora, de novo aquele discurso xenofobista, que falava que ele nem conhece o Pantanal. Mas ele fez tudo com base no modelo matemático. Navegação também atingiria os pescadores, então nessa época aí os pescadores se uniram enquanto sociedade civil. Haveria lá a implosão da Serra do Amolar, para o rio passar direto pelo meio dos morros também, é um conjunto de morros, onde o rio chega, diminui a velocidade e desvia ... colocariam dinamite e passaria por ali. Tirariam todas as curvas do rio e fariam um retão do norte até o sul.

Então a gente começou primeiro a fazer essa alfabetização com os meios de comunicação. Eram inegáveis os impactos, porque só o fato de você imaginar uma paisagem de planície como o Pantanal, que é frágil, está ainda em formação, com pouca informação científica descoberta sobre os potenciais e a biodiversidade do Pantanal, eles já queriam fazer essa transformação toda, em todo o sistema, desde Cáceres até Nova Palmira, no Uruguai.

A gente precisava falar do impacto, não tinha como não dizer o lado negativo para que a população tivesse uma opinião. O nosso desafio era esse, um dia fazer chegar uma linha para o leitor ou para a TV e o cara dizer “espera aí! Vão explodir a Serra do Amolar, tirar todas as curvas do rio, como que é isso? O Pantanal pode secar?”

Quando a gente conseguiu fazer isso aí, quando começou a chegar aos jornais, aí vinha um pesquisador de fora que te levava, tentava marcar uma entrevista com ele nos jornais. Ou ia sair a Expedição, chamava todos os veículos. Teve um caso da segunda expedição que eu não fui, acho que chegou a ir uma equipe de televisão, antes de 2000, antes de eu chegar lá, já tinha um vídeo, tenho ele digitalizado, foi produzido por uma cineasta, acho que da Argentina, a fez na época com o Glen. Muito, muito bom, muito interessante, fala todo o objetivo da obra da Hidrovia. Mas parece um documentário da BBC sabe? Muito bem produzido, e foi a Rios Vivos que fez. Acho que foi película..

Depois teve a expedição que eu participei, que foi uma segunda expedição, depois dessa que fizeram o filme. A terceira que foi a Patrícia e a outra que foi o Sócrates, na época que a Rafaela que estava organizando. Aí eu já não fui nessa aí.

Foram 4 expedições.

Eduardo

Quantos recebiam o boletim?

Alysson

Mais ou menos uns 300 e-mails. Obviamente não eram todos da Coalizão, nem todos tinham e-mail. Mas principalmente para imprensa, seja para estadual, para o Brasil e internacional. Tinha até agências internacionais de notícias, por exemplo sobre direitos humanos, que publicavam as informações do Ecologia e Notícias.

Por fax ia para cerca de 30 números de fax. A maioria eram rádios, e os principais rádios, TVs e sites do Estado. Vários jornais lá de Corumbá recebiam nossas informações e depois iam ao ar, falavam mal da gente, falavam que a gente mentia, enfim, deturpavam a informação. Mas recebiam, pelo menos se informavam do que a gente estava fazendo.

Tinham casos em que algum jornalista, parceiros nosso, recebia o material e transmitia para os contatos dele. Acontecia assim com o “ Vilmar Berta - inaudível”, jornalista lá do Rio de Janeiro, com o Glen “inaudível” que tinha também uma rede muito grande de contatos com a imprensa no mundo, e muitos pesquisadores que eram conservacionistas. Eles recebiam e mandavam para tal amigo jornalista, tal imprensa.

A gente tinha muito essa estratégia de mandar para um e esse um mandava para o catálogo de endereços dele, espalhava, replicava.

Eduardo

Quando começou o boletim?

Alysson

Foi de 97 a 2002. Ou oficialmente até 2002, eu sai em 2002, a Patrícia assumiu por mais 6 meses lá. Acho que em 2003 começou a ter edições mensais ou edições quinzenais. Aí a Patrícia sabe informar, mas até o fim de 2002 era semanal. Sempre foi semanal, as vezes até no fim de ano a gente deixava edições prontas, encaminhadas, e ele não parava também. Então, até 2002 foi semanal e depois em 2003 passou a ser mais disperso e aí terminou.

No começo a gente mandava pelos correios também, porque tinha rádios que não tinham fax. As vezes tinha telefone, algum contato, mas não tinha internet nem fax. Se eu não me engano tinham algumas rádios, eram poucas. Tinha umas 3 a 5 rádios que a gente mandava, eu lembro que pedíamos a secretarias para colocar via correios.

Em alguns casos a gente também mandava pelos correios para algumas comunidades que foram entrevistadas pela gente, o “pessoal” que foi fonte nossa, para eles terem de arquivo.

Para concluir, de certa forma esse desafio que a gente tinha de desmentir os grandes veículos de comunicação ou aqueles setores que iam a mídia dizer que a hidrovía não tinha impacto nenhum, que a hidrovía sempre existiu, e que os ambientalistas estavam, aquele velho discurso de internacionalizar o Pantanal, acho que você cria um medo na população... A população é mais facilmente controlada. Nosso grande desafio era esse, a gente conseguiu, felizmente, com a comunicação, e isso eu não falo da comunicação só com o jornalista, o jornalista é uma parte disso, mas dos ambientalistas principalmente, dos pesquisadores, tinham muitos pesquisadores, e pesquisador não é ambientalista, e Justiça. Se não fosse a Justiça, a gente sensibilizar e trabalhar com muita informação, muitos eventos, workshops, estratégias mesmo de difusão da informação, a gente não conseguiria sensibilizar a Justiça.

Teve até alguns deputados que nos apoiaram na época. Era uma estratégia de comunicação que a gente tinha apoio de todos os segmentos, todos os setores. Mesmo que a gente fosse a minoria, a gente conseguiu reverter a situação da contra informação que eles faziam e a população começou a conhecer melhor os impactos e ficar assustada com os impactos.

Com isso, no fim dessa guerra, fim de 2001, o projeto da hidrovía já estava barrado pela Justiça, mas eu sei que foi quando a gente começou a ter um descanso, começou a respirar um pouquinho. Fazia dois anos que eu estava

formado pela UFMS, quando eu cheguei lá pensei: “essa guerra vai durar muito tempo”. Porque a gente é pequeno, a gente não tem muito poder de fogo. Mas quando a Justiça Federal barrou o projeto todo, não em parte, todas as obras, porque ele já estava em processo de licenciamento para iniciar as construções, eu lembro que tive uma impressão de a gente ainda tinha esperanças. Eu não acreditava que um grupo de organizações tão pequenininhas, as vezes a gente tinha que pagar para trabalhar, conseguiu convencer de certa forma a opinião pública que a hidrovía, querendo ou não, iria trazer um dano muito maior ao Pantanal do que um outro empreendimento que pudesse também gerar emprego, renda e todo desenvolvimento necessário. A hidrovía a gente conseguiu reverter que é um projeto negativo para o Pantanal, isso ficou claro para qualquer forma que você pergunte hoje que de alguma forma, mesmo que ela não tenha conhecimento sobre o tema, que ela vai que é um projeto que ameaça o Pantanal.

A partir daí comecei a acreditar que dá certo você fazer uma comunicação que seja social, ambiental, mas que também seja mais próxima de uma comunicação ética. Porque a gente fica pequenininho quase sem apoio, sem dinheiro, chorando toda semana, levando susto cada vez que aconteceu algum fato para viabilizar a hidrovía e parecia que a gente não ia vencer essa batalha, mas, naquela época, a moeda virou, o jogo virou. Aí eu tive certeza que foi só por causa dessa sistemática de comunicação com a sociedade civil.

Como que um bando de pessoa, que quase não tem dinheiro, não tem muita posse, não tem muitas condições de ir muito longe, mas como eles se juntam, conseguem se comunicar entre vários países, conseguem nesse pouco período ter parceiros na Justiça, dos Ministérios, dos Governos, das comunidades tradicionais locais todas praticamente apoiaram. Como um município, de repente, fecha um rio inteiro? Nunca vi fechar um rio em forma de protesto. Comecei a ver que dá certo você trabalhar com a comunicação, mesmo que ela seja pequenininha, passinho de formiga e tal, mas se for estratégica, se for organizada e tiver um objetivo nobre... nosso principal objetivo era um objetivo nobre, poderiam ter outras pessoas que estavam ali para ganhar dinheiro ou desenvolver algum projeto, ganhar poder, influência. Tem, sempre tem, mas o objetivo era nobre. Era um objetivo que, quem conhecia o Pantanal, começava a se preocupar pelo fato de existir esse projeto.

Eduardo

Fale sobre o Estudo da WWF em relação à HPP.

Alysson

Com esse estudo a WWF começou a se posicionar. Eu estranhei muito porque eles nunca iam à imprensa, nunca, mesmo quando vinha algum especialista eles não se pronunciavam, não participavam muito das reuniões. Aí quando eles fizeram esses estudos surgiu a hipótese de que as “inaudível” que eles tiraram ali de um trecho do Pantanal de mata ciliar destruída, pudesse ter ali uma suspeita que fosse da navegação de “inaudível”. Quando a gente fez essa expedição, em 2000, a gente descendo o rio, então, os pesquisadores, a Solange “Ikeda”, você chegou a conhecer ela?

Eduardo - Não ...

Alysson

Ela é uma bióloga, ela tem um mestrado, e está fazendo doutorado. Na época ela estudava plantas aquáticas, passava a chata “inaudível”, os comboios e naquela época ela já alertava para o motor da “inaudível” era muito potente, então ele revira muito a água do rio, então, só o fato do barco, do empurrador estar ali funcionando ele está danificando a flora aquática. Só que nessa oportunidade, a gente flagrou ao longo dos comboios um monte de galho quebrado. Naquela época a gente tirou fotos, filmou em VHS, a gente foi acompanhando o caminho da Chata “inaudível” e vimos que nas curvas mais fechadas do rio, e o rio Paraguai é um dos mais sinuosos, um dos que mais tem curvas no mundo, a chata “inaudível” ela deixava bater para ir desviando, batia, batia, batia e ia fazendo a curva. O empurrador não tem a capacidade de virar, ele só tem a capacidade de empurrar.

Então, nessa época a gente constatou que o estudo do WWF, já indicava que a mata ciliar já estava sendo impactada só com a navegação.

Nessa época, a gente teve aí uma feliz ajuda do WWF que foi quando ele realmente começou a se pronunciar, foi à imprensa. A partir começou a ter uma série de problemas com o WWF enquanto base. Começaram a ser perseguidos

pelos poderes políticos, eles começaram a ser alvo dos meios de comunicação, os sem terra ocuparam e invadiram o terreno deles em Corumbá, também tinha assim... ataques, faziam adesivos da capivara comendo o Panda (risos) começou a virar uma guerra da informação, que já tinha começado desde 1997, com o governo federal falando que a hidrovía era boa, que era um projeto que atraía desenvolvimento, emprego, mas a partir de 2000 que o negócio começou a pegar fogo.

Aí, com esse estudo do WWF começou uma guerra maior da informação e da não informação, da contrainformação. Então, enquanto a gente denunciava simplesmente os impactos de uma navegação irresponsável, você vê que houve até duas vezes os comboios batendo na ponte do Rio Paraguai em Corumbá, e até comprometendo a estrutura, em vários outros trechos eles precisam dividir os comboios em comboios menores para passar por trechos mais estreitos do rio Paraguai. Então, nessa época a gente só denunciou o fato de que a navegação estava destruindo a mata ciliar, e com isso estava promovendo, estava acelerando um processo de erosivo das margens e assoreamento, enfim. Até os cemitérios indígenas também, onde vezes o Iphan ainda estava estudando, e muitos deles ficam justamente nessas margens do rio. São urnas que guardam as ossadas dos antigos indígenas do Mato Grosso, e que também é um patrimônio que está sendo ameaçado pela navegação.

A partir daí, a estratégia dos defensores do projeto da hidrovía era primeiro desmentir, dizer que isso não estava acontecendo. Mas, a partir do momento que as imagens, fotos e vídeo, demonstravam tudo isso claramente, eles mudaram de estratégia, a estratégia foi então dizer que os empurradores deles, estavam sendo (risos) melhorados, adaptados, para fazer as curvas e que toda a equipe teria um treinamento para não bater na margem. Então, sempre foi uma guerra de informação.

Então o WWF começou a botar a cara, acho que o pessoal que poderia te falar, talvez o Mongele “inaudível”, lá em Corumbá. E a Rios Vivos sempre foi meio que o encontro, eram várias organizações que já trabalhavam ali no entorno da Bacia do Prata, mais especificamente a Ecoa funcionava como um escritório, uma central de informações. Agora, o evento mesmo, não sei se o Alcides comentou, de fechar o rio Paraguai lá em Cáceres-MT, o que deu início a esse período tumultuado de conflitos de informações e de interesses, foi no dia 14 de novembro de 2001, se

não me engano. Aí vai ter lá nos materiais do Ecologia Notícias. A sociedade civil lá em Cáceres, então tinha a Solange Ikeda, o Padre Salomão, Fórum de Lutas e Direitos Humanos lá... chama FLEC, inclusive o presidente do FLEC hoje é vereador lá em Cáceres, o Alonso. Eles sabiam, eles estavam bem mobilizados lá em Cáceres, que a parte bem Norte do Pantanal. A partir de Cáceres, em uma região que fica ali há alguns quilômetros da cidade, no rio, seria construído um porto chamado Porto Morrinhos. A inauguração da pedra fundamental, ela já estava marcada, e teve uma audiência pública nesse dia 14 de novembro, que depois virou o dia do Rio Paraguai, pela Assembleia Legislativa do MT, ele marcou Cáceres, porque a sociedade civil, acho que foi um dos primeiros movimentos populares, aí acho que até teve um apoio da Rios Vivos, mas quem organizou foi a sociedade local de lá. Eles conseguiram juntar os vários segmentos da economia, inclusive navegação, que é um setor, aqui no caso o Mato Grosso do Sul a maioria está a favor do projeto... lá é uma navegação de turismo, tinha pescadores também, então eles conseguiram 14 embarcações, colocar uma ao lado da outra e fechar o rio inteiro.

Eles fecharam como um protesto fecha uma BR, e impediram a passagem de qualquer barco, navio ali. Esse protesto parou Cáceres. Na audiência pública a sociedade civil conseguiu se manifestar, e com base nesse impacto positivo da sociedade, estavam dizendo a gente não quer um porto aqui, a gente já tem muitos problemas com o tráfico de drogas, com prostituição, falta de emprego, a gente não quer mais um porto e não quer a hidrovía, a gente quer o turismo, a gente quer outra forma de desenvolvimento. A partir desse movimento, a crise da instalação da hidrovía começou a ser melhor conhecida no país.

Aí surgiu o deputado Gilnei Viana, na época, se eu não me engano, era vereador, lá em Cuiabá, ou era deputado estadual, mas ele fez um livro contando essa história. Lá na Ecoa não sei se você chegou a achar, é um livro pequenininho, de bolso, chama... “A história da hidrovía Paraguai-Paraná em Porto Morrinhos”, uma coisa assim. Se você entrar em contato com ele, ele te manda esse livro. Seria interessante para você fazer um resgate desse momento. Um movimento espontâneo que eu nunca tinha visto. A partir daí houve um fortalecimento maior da Coalizão, que já tinha contato ali nos países mais pra baixo, da América do Sul, na Bacia do Prata. Tinha contatos na Europa, tinha conta com o jornalista Klein, da International Network. (in memoriam). A Ecoa era muito conhecida pela imprensa do

Brasil então já era frequente a gente ser procurado para consulta de alguma informação, checar alguma informação, pelos jornalistas.

APÊNDICE C – ENTREVISTA ÉBER BENJAMIM

Éber Benjamim é jornalista e participante do Ecologia Notícias. Atualmente é jornalista do Centro de Documentação e Apoio a Movimentos Populares – Cedampo.

Data: 05/12/2012 – Campo Grande - MS

Eduardo

Conta um pouco sobre sua vivência e participação no boletim, desde a criação junto a Débora, passando pelo período de transição do fax para a internet, a criação de alguns centros de referência. Faça um resgate histórico do boletim com a hidrovia.

Éber

Quando fui pra Ecoa já havia o boletim, a Débora havia começado ele, e era nesse formato do fax que ia para as rádios. Entrei no ano de 1995 ou 1996, preciso checar. Sai em 1998 da Ecoa. Já havia esse formato enviado para as rádios. É importante destacar que o boletim é apenas um pequeno instrumento dentro de algo mais geral que é onde entra o papel da internet e computador. Na verdade, nós somos a geração do analógico para o digital. Nós vivemos o analógico da máquina de escrever, e pegamos essa transição para o computador e a internet. E a Ecoa foi pioneira, eu nem era da Ecoa ainda, mas acompanhava. Foi pioneira no uso do computador, da internet. Me parece que foi uma das primeiras entidades aqui em Campo Grande a ter acesso a internet. Eu tenho essa percepção das pessoas que já estavam lá e do potencial que significava.

Tenho uma referência bibliográfica interessante, um livro antigo chamado Jean Jaques “O desafio americano”, ele escreveu isso antes de existir o computador pessoal, existiam aquelas grandes máquinas. Ele já previa a revolução que iria ocorrer no processo do acúmulo de informações e da circulação de informações. Ele até coloca isso, que hoje possivelmente um jornalista tem muito mais informações científicas que um cientista de cem anos atrás teria, eu não vou dizer nem um cientista, um leigo até. O papel do computador, do advento do

computador, nesse acúmulo e rapidez na circulação de informações. Aí entra esse pioneirismo da Ecoa, da Rios Vivos, em usar a internet, não só na parte de computador, mas de comunicação jornalística, mas acho que isso facilitou muito no sentido de articulação política, de organização, tanto internamente aqui no país, quanto internacionalmente, que levou, inclusive a constituição da Rios Vivos. O papel do computador e da internet é muito mais amplo que o Ecologia Notícias. O Ecologia Notícias é só mais uma peça dentro desse processo.

E o Ecologia Notícias surge como um boletim para rádios. E a ideia é que realmente chegasse pronto lá no fax para o radialista. Então, ele já ia no formato em caixa alta, como é mesmo. Pro “cara” não ter trabalho nenhum, já arrancava do fax, colocava na mesa ali e já podia começar a ler e falar. E esse modelo deu certo, a gente viu que já se fazia o trabalho de assessoria para o radialista. Era uma mão na roda, ele chegava lá com o material pronto. Então nós vimos em uma pesquisa que fizemos que esse material era realmente usado pelos radialistas.

Aí, com o processo da internet, a gente passa a mandar no mesmo formato para as redações. Aí começa um processo de se pautar a imprensa na questão ambiental. Havia até umas editorias fixas, como a de culinária, de lixo, até de um glossário ambiental. Algumas palavras muito usadas no Meio Ambiente, cada número vinham lá três ou quatro palavras para engrossar o vocabulário, pra explicar o que eram essas palavras muito usadas.

Era um processo até de formação para o jornalista que estava recebendo aquilo. Aí foi ampliado, alguns jornais passaram a pedir para mandarmos no formato “coluna”. Saiu como coluna durante um bom tempo no jornal “Progresso” e outros jornais também que nem sabíamos que publicavam. Fomos descobrindo depois através de pesquisa.

Escrevíamos ele para rádio, em formato para o radialista, aí fazíamos uma rápida adaptação, naquelas mesmas notas, por exemplo, para a coluna do jornal “Progresso” (Dourados-MS), e mandávamos para outros jornais também. E foi publicado durante um longo período como impresso também.

Num primeiro momento surgiu apenas como um repercutidor de informações, replicava matérias de jornais sobre meio ambiente, fazíamos um texto adaptado para o rádio e mandava para as rádios.

Ele surgiu já com o objetivo de focar a divulgação da hidrovía?

Éber

Não especificamente. Ele surge como um projeto focado na hidrovía, mas havia conteúdo focado em outras questões. Mas a campanha central, naquele momento, era a hidrovía. O eixo do informativo era a questão da hidrovía. Mas ele era mais amplo, havia até uma parte sobre educação ambiental, abordava questões gerais relativas ao meio ambiente. Então num primeiro momento ele surge como um replicador, adaptando textos publicados na imprensa para o rádio, aí ele começa a adquirir outro caráter, com a internet, quando ele vira coluna para jornais e começa a ser um instrumento de pautar a imprensa. Passa a ser bastante referência para a imprensa local na questão de meio ambiente.

Tivemos instrumentos impressos também, que foi o Pantanal, uma revista que havia que a Ecoa publicava junto com o ICV, Instituto Centro de Vida, lá em Cuiabá-MT. E nessa época realizamos aqui também um encontro de jornalistas ambientais, trouxemos um pessoal de Cuiabá e uma mulher de São Paulo, não lembro o nome dela, era muito conhecida na época. Resultou até num livreto que a Ecoa publicou.

Eduardo

Esse encontro foi específico para as questões ambientais nas redações?

Éber

Esse foi um encontro de jornalistas que trabalhavam na área ambiental em ONGs, para trocar experiências e informações. É a Catax, Catax parece o nome dela, uma jornalista de São Paulo. Ela tinha uma publicação periódica que enviava, está no livreto, vou achar pra você.

Uma coisa que começou como instrumento para rádio, extrapolou. Foi pro impresso e serviu também para pautar a imprensa local sobre meio ambiente. Num primeiro momento surgiu como replicador, depois passamos a produzir notícias próprias. Precisávamos produzir notícias originais, nossas, então, saímos a campo fazendo reportagens tanto sobre a hidrovía quando sobre Campo Grande mesmo.

Na época aquele lixão do Itamaracá e tantas outras matérias que a gente ia, fazia e depois terminava tendo repercussão na imprensa. Passamos a produzir as matérias próprias. O boletim passou a ser mesclado, a gente repercutia o que era publicado na imprensa nacional sobre meio ambiente, a hidrovia e questões que a gente considerava de relevo, mas passamos a inserir também notas próprias, notícias próprias. Com a ideia de ele ter mais notícias próprias, inverteu até, no processo final. A replicação passou a ser um acessório.

Eduardo

Depois dessa estratégia de comunicação, havia uma reunião de pauta pra saber como conduzir os assunto da hidrovia, definir o que abordar? Havia uma preocupação editorial e preocupação com a pauta?

Éber

Havia uma reunião semanal de pauta. Um dia fixo na semana, não me lembro se era na terça ou na quinta. Tudo partia dessa reunião de pauta.

Eduardo

Quem participava dessa reunião de pauta?

Éber

Eu, a Débora, o Alcides e as pessoas da Ecoa. Todos que estivessem no momento lá podiam participar dando suas sugestões. Tínhamos muitas colaborações de parceiros da Ecoa, como o Paulo Robson, o Haroldo. Essas sugestões eram fundamentais para a gente nesse trabalho de reportagem que fazíamos.

Procuramos sempre colocar algo relacionado a hidrovia. Seja uma questão científica, seja uma denúncia, seja um evento governamental ou até dos empresários.

A internet permitiu essa articulação internacional, que foi a experiência da Coalizão Rios Vivos, algo muito interessante. Conseguir reunir várias ONGs em torno de um eixo, que foi a hidrovia, mas não só. O leque da Rios Vivos era mais amplo. O que levou a discussões mais amplas, como a questão das áreas úmidas, num conceito maior. Foi realizado um seminário aqui, inclusive. Tenho esses relatórios. Veio o pessoal da Bolívia, tem uma ponta do Pantanal ali, é pequena, mas tem, e está bastante preservada, é um parque nacional. Vieram as pessoas desse parque, virem pessoas do Paraguai, da Argentina. Foi uma exposição geral sobre o sistema de áreas úmidas, sobre o sistema da Bacia do Prata. Na verdade é um contínuo de áreas úmidas que vem desde lá de Cáceres-MT, mais para cima até, tanto do lado da Bolívia, quanto do Brasil, descendo Pantanal, Chaco Paraguaio, até as áreas úmidas que tem ali na Argentina, mais para baixo. Há um contínuo aí de áreas úmidas que envolve aves migratórias, todo um ecossistema interligado onde uma barragem no Rio Paraguai, aqui com seus afluentes, vai afetar até lá embaixo.

Eduardo

Nesse período ainda era pouco discutida a questão da teoria dos sistemas. Você tem alguma recordação de quando é que, como comunicação, vocês passam a falar do sistema de áreas úmidas no Pantanal? Até então, pelo menos nas publicações, aparentemente, o problema eram as ameaças ao Pantanal. Chega a um determinado ponto onde me parece que elas começam a ter uma outra discussão que é o sistema de áreas úmidas da Bacia do Prata, começa a ter interferência sobre qualquer ação no Pantanal aí me parece que mudam um pouco os entendimentos.

Éber

Sim, acho que esse seminário que aconteceu aqui, que reuniu esses pesquisadores e pessoas responsáveis por parques nacionais na Bolívia e do Paraguai, estava mais ou menos consolidando esse pensamento. Você parte da questão da hidrovia, aí se discute o sistema hidrológico do Pantanal e do sistema de cheias e secas. A essência do Pantanal é isso, se você acaba com esse período de cheia e seca, não tem mais Pantanal. E o projeto da hidrovia, a questão central do

projeto da hidrovía é que, primeiro, o Rio Paraguai tem muitos meandros, muitas curvas, isso para os navios e comboios é muito ruim, eles tem que desmembrar. Então, a ideia deles era de que se há muitos meandros tem que fazer um canal reto. Aí vinha a seguinte discussão que isso acelera o escoamento da água. E se fizer isso ao longo do Rio Paraguai, se altera toda a hidrologia do Pantanal. Começamos a abordar num sentido mais amplo o que é o sistema de áreas úmidas. Começamos a ver que não é só o Pantanal, tem os Chacos aqui na Bolívia, e descendo até na desembocadura lá da Bacia do Prata tem todo um sistema de áreas úmidas que depende desse regime hidrológico do Pantanal e também lá do Paraná. A Bacia do Prata engloba também o Paraná, cujas cabeceiras vai ser aqui na fronteira de Minas com Goiás e Mato Grosso do Sul. Temos o Cerrado como caixa d'água aí. O próprio nome Rios Vivos é muito simbólico nesse sentido.

Eduardo

A Rios Vivos era de 1995?

Éber

É. Quando eu entrei já tinha a Rios Vivos.

Eduardo

O que você, como jornalista, o que você destacaria como estratégia de comunicação que foi certa, que foi o “pulo do gato”, enquanto comunicadores, cumprindo objetivo de parar o projeto da hidrovía?

Éber

Acho que não foi só a comunicação em si. Esse uso da internet permitiu toda essa articulação política, aí a Rios Vivos tornou-se internacional com representações nos Estados Unidos, na Europa, com nomes importantes e de peso na Europa. O projeto Ecologia Notícias saiu de uma questão local, acho que o Alcides teve essa sacada também de, via essas outras entidades, dar repercussão internacional também. De repente as denúncias não tinham só repercussão local, via Rios Vivos já se constituía uma rede internacional de disseminação dessas informações. É um

processo conjunto de Comunicação, pautar a imprensa e fazer a denuncia, tanto a nível local, lá na rádio do interior,... a imprensa local, nacional e internacional junto com a situação política, que aí entra o processo de organização da Rios Vivos. O processo do Bird, da Câmara Federal, do Senado, no Conama, repercutindo também nos meios institucionais, procurando criar, então, essa pressão internacional tanto do Pantanal quanto do eixo que extrapola a questão das áreas úmidas como um todo.

A grande sacada da Ecoa, o ponto de partida foi o Ecologia Notícias, e aí ele ter se multiplicado para impresso e ter se ramificado.

Eduardo

Vocês chegaram a trabalhar com a “contrainformação” ou não, não havia essa preocupação de rebater o que saia nas mídias oficiais da grande imprensa?

Éber

Havia. Era uma das preocupações centrais era justamente rebater a visão dominante que era passada na mídia. A estratégia, por exemplo, do boletim. Por isso o boletim era amplo, havia, por exemplo, culinária. Não era só a questão da hidrovia. Isso era até uma questão tática, digamos assim. Ganhava-se a confiança do radialista, e ele acabava lendo o boletim na íntegra. Você acabava passando a questão da hidrovia no bojo do processo. Você inseria uma coluna no “Progresso”, por exemplo, a pedido deles, e a gente colocava questões da hidrovia lá. Mas não ficava restrito. Foi uma estratégia de comunicação colocar a hidrovia em um contexto mais geral. Mas a gente tinha essa preocupação com a contrainformação, tanto que a gente ia nos eventos oficiais. Se a FAMASUL realizava um evento para discutir hidrovia, por exemplo, na época até conseguimos um furo num evento da ACRISUL, na época da EXPOGRANDE que veio o Ministro ou a Ministra, que era já pra eles adiantarem o processo de licenciamento da hidrovia e a gente conseguiu, até em função desse processo da contrainformação de ir lá ver o que os caras estão discutindo, a gente conseguia alguma informação de primeira mão.

Eduardo

Hoje o Ecologia Notícias não existe mais, não se viabilizou do ponto de vista econômico. Mas você acredita que, no foco da comunicação, vocês conseguiram atingir o objetivo de tirar essa ameaça do Pantanal?

Éber

Eu acho que o projeto atingiu o objetivo. O impacto foi até maior do que nós esperávamos. Mas é difícil eu dimensionar o impacto disso. O Ecologia Notícias cumpriu seu papel, atingiu seus objetivos, mas acho que não é tudo, ainda. As ameaças continuam, apesar do projeto oficial ter sido paralisado. A gente viu que, em um determinado momento, eles mudaram a estratégia. A estratégia não era mais falar em hidrovia, foi de fragmentar as obras. Não... essa pequena obra aqui não tem nada a ver com a hidrovia, é uma obra pontual. Acredito até que isso pode estar colocado de novo a qualquer momento novamente. Semana passada vi uma matéria na imprensa dizendo que estão paradas as exportações no Rio Paraguai em função da seca. Isso, para eles, deve ser um prejuízo imenso. Então, acredito que podem colocar novamente em pauta a questão da dragagem, alguns cortes de meandros, instalando linhas retas. Foi uma vitória parcial, a ameaça continua. Eles vão ter que encontrar uma alternativa para isso.

Eduardo

O fato da articulação política nacional e internacional, a articulação científica com produção de diversas pesquisas...

Éber

Essa parte da produção científica é importante também. A Ecoa sempre colocava para nunca fazer uma denúncia sem ter a sustentação de um técnico, de um especialista. Mesmo a denúncia de uma questão ambiental aqui na cidade. Temos que checar a informação sempre. Aí vem participação do pessoal da Academia, da Universidade Federal, dos pesquisadores para fundamentar e dar

sustentação científica ao discurso. Eu colocaria num tripé essa questão da informação científica, que é fundamental. Sempre ouvir os especialistas antes de soltar qualquer informação.

Eduardo

Desde o início, o boletim surge com profissionais de imprensa, você acha que o êxito disso se dá pelo fato de olhar a comunicação como comunicação mesmo? Por que muitas vezes o terceiro setor tende a ter a comunicação, mas não com esse viés do profissional específico.

Éber

O sucesso do Ecologia Notícias foi pelo fato de ter sido feito por jornalistas. Por conhecer a realidade do “cara” da rádio, qual o formato ideal para ele não ter trabalho nenhum, só rasgar o fax e ler. É a percepção do jornalista. Da mesma forma para enviarmos à imprensa escrita, para a televisão. É o mesmo texto, mas adaptávamos ele. Ter jornalistas é fundamental. O Ecologia Notícias era um projeto jornalístico, voltado para a imprensa, dentro de um projeto mais global da Rios Vivos e da Ecoa. Era uma peça, um instrumento, mas era feito por jornalista, pensando no jornalista lá na ponta, no pauteiro, no radialista, no repórter, no jornal que teria uma coluna semanal pronta.

Eduardo

Como era para vocês se deparar com estudos científicos e transformar isso em linguagem jornalística?

Éber

Para mim foi fácil. Tínhamos fontes fantásticas, como o Catela, por exemplo, da Embrapa de Corumbá, um pesquisador que consegue transmitir o assunto de forma clara. Tínhamos contato com pessoas da Academia, que estavam dispostas a fazer pesquisas e passar essas informações. Nos deparávamos com a dificuldade

dos termos técnicos, e aí surgiu a ideia de fazer do boletim ter um glossário. Tivemos também essa dificuldade na comunicação com o linguajar científico para o linguajar comum, então o nosso papel era o de tradutor. Pensávamos assim, se nós temos essa dificuldade, os colegas na redação também têm. O boletim já ia com um glossário para ir fixando essas palavras na cabeça do jornalista/radialistas. Em qualquer área há essa dificuldade com os termos técnicos, acho que o papel do jornalista é justamente isso, ser intermediário entre o cientista e o público em geral.

Eduardo

E o contato de vocês com as fontes mais ribeirinhos? Vocês tinham visitas de campo periódicas?

Éber

Tinha. A Ecoa tinha vários projetos, como o dos “isqueiros”, índios. Então, a gente ia também. Aproveitava os outros projetos que já existiam, ou até de outras entidades que não tinham nada a ver com a Ecoa, mas que tinham contato direto com a base, digamos assim. Sempre que podíamos a gente estava viajando, para ter esse contato lá, seja em eventos oficiais ou não. Assim como o contato feito aqui na cidade também, no bairro. Às vezes tínhamos contatos através de entidades oficiais também, que organizavam viagens, encontros ou projetos mesmo.

Eduardo

Você chegou a ir em alguma dessas expedições? Teve quatro expedições.

Éber

Não, não fui em nenhuma.

Eduardo

Quando você saiu a lara já estava?

Éber

Não, não estava.

Eduardo

Por que foi no período da lara que se usava a “Mavica”, você não utilizava a “Mavica” não é?

Éber

Não. Não usava.

Eduardo

Estou pegando vários processos, períodos de vários profissionais...

Éber

Tem a rede Aguapé, aí entra o processo de redes também. Não rede social, não haviam ainda as redes sociais, mas existia o conceito de rede. A própria Rios Vivos era uma rede. Era a Rentea... então já havia a ideia de rede, que a internet permitia constituir. E essas redes, que às vezes era por assunto, por área de interesse... essa ideia de rede para troca de informação acelera muito o processo de articulação e informação. Isso foi muito importante.

Eduardo

Como profissional e militante, qual sua carga de satisfação com esse processo? De ter feito parte da criação da agência, do uso dessas novas tecnologias, enfim, qual é a satisfação do Éber, o jornalista de ter vivido esse processo?

Éber

Para mim foi extremamente satisfatório, prazeroso. Culminava trabalho com prazer. Culminava militância ambiental, com trabalho jornalístico, sendo remunerado por isso. Naquele boletim estava culminado meu trabalho, meu estudo, minha profissão e a minha satisfação pessoal. Poucas vezes a gente consegue culminar tudo isso em um momento só. Para mim foi extremamente proveitoso, foi uma escola. Sou muito grato a Ecoa, a Débora que me chamou para trabalhar no projeto porque eu ainda era estudante quando fui para lá. Inclusive o Boletim Ecologia Notícias foi objeto de nossa monografia de conclusão de curso. Culminava tudo ali, estudo, trabalho, satisfação pessoal, a importância da causa. Foi um momento muito especial em minha vida. Aquele espírito trago até hoje dentro de mim. Eu procuro reproduzir um pouco disso aqui no Cedampo.

Eduardo

Você ficou lá até concluir seus estudos e depois saiu?

Éber

Sai por questão de trabalho. Em 1998, a jornalista Margarida Marques (in memoriam) recebia o boletim e o Zeca do PT saiu candidato a governador. Ela precisava de um jornalista para acompanhar o Zeca...(na campanha).

Eduardo

Então o boletim também deu visibilidade para que você pudesse trabalhar em outros espaços?

Éber

Quando a Margarida me chamou, o fax do boletim estava em cima da mesa dela. Achei muito legal aquilo. Fora a repercussão que havia dado no meu trabalho

de conclusão de curso, nós fizemos uma pesquisa. Por exemplo, havia uma rádio comunitária ali em Aquidauana, tinha um “cara” lá que usava o boletim inteiro.

Eduardo

Mais alguma informação importante a destacar?

Éber

Fica para mim a importância que a comunicação tem em um processo de articulação social, e a função específica que o jornalismo cumpre nesse processo. Muitas vezes, nas entidades, partidos políticos e sindicatos, os dirigentes não têm essa noção da importância que tem um trabalho jornalístico sério e continuado no tempo. Às vezes, fazem um jornal a cada ano, ou uma revista bonita com trinta páginas coloridas uma vez ao ano ou a cada dois anos. Às vezes é mais interessante ter um “preto e branco” semanal frente e verso, mas toda semana estar distribuindo. Eu fiquei muito com essa percepção, de levar em conta sempre o cliente final do seu produto, nesse caso de nossa assessoria de imprensa, o jornalista que está recebendo. Formatar de maneira que vá ser útil a ele e inserir o jornalismo nesse contexto global de articulação nesse processo político, social, ambiental, que foi o caso da Rios Vivos. Não só a assessoria de imprensa, como também as publicações próprias das instituições. Para mim reafirmou a importância da comunicação, do jornalismo especificamente nesse contexto social.

APÊNDICE D – ENTREVISTA YARA MEDEIROS

Entrevista - Yara Medeiros – jornalista – produtora do Boletim Ecologia em Notícias.

Data: 29/12/2013.

Eduardo

Como foi seu envolvimento com a HPP?

Yara

Fui estagiaria da Ecoa e fui convidada justamente quando houve um certo aumento dos recursos financeiros para trabalhar comunicação. E uma das coisas que a Instituição percebia que era deficitária na época era justamente a comunicação, normalmente as ONGs não conseguem recursos para trabalhar com comunicação, conseguem recursos para cursos, seminários, formação, mas pra essa questão da comunicação, esse trato diário, ter um aparato, um jornalista, isso não existia. E nessa época, havia pela Coalizão Rios Vivos, um aporte financeiro pra fazer Comunicação. Eu ate coordenei um encontro de comunicação da Coalizao Rios Vivos, que era justamente pra capacitar grupos que estavam envolvidos com a Coalizao, mas que não sabiam usar as ferramentas digitais. E é interessante que quando eu entrei foi justamente pra melhorar essa coisa de ter a comunicação digital que era ainda muito embrionária, a imprensa não usava. A Ecoa foi a primeira ONG a ter email no MS, já havia uma articulação na America Latina, entre as ONGs que faziam parte da Coalizão, e eles já utilizavam o email. Eu cheguei com pouco conhecimento sobre coisas digitais, praticamente como uma pessoa que não conhecia nada sobre coisa digital, na faculdade tivemos pouca coisa sobre esse

assunto, a fibra ótica tinha acabado de chegar na Universidade (foi aluna de Jornalismo da UFMS), era tudo muito novo, aí eu chego pra dar uma melhoria no Boletim Ecologia em Notícias. O Boletim, pro MS foi um dos veículos mais importantes nessa divulgação da questão da Hidrovia. Eu percebo que o Boletim realmente influia no noticiário. Não sei se você conseguiu perceber isso nas suas pesquisas, mas o Ecologia em Notícias era muito esperado, toda quinta-feira, quando eu entrei como estagiária eu não sabia que o Ecologia em Notícias tinha esse poder. E o Alcides (Alcides Faria, presidente da Ecoa) sempre dizia que o Boletim era muito esperado, vai pra várias rádios do interior e os jornais esperam. Então quando não saía ou quando atrasava o pessoal ficava louco. E das notícias que a gente fazia na época, a maioria eram relacionadas a Hidrovia, porque estava muito forte o lobby pra que ela fosse construída. Aí tivemos algumas vitórias, na Justiça, acho que o Pedro Taques, Procurador no MT, que foi embargando a Hidrovia. E a gente começou a organizar uma comunicação mais profissional em termos de jornalismo digital, de trabalhar com o digital, aí quando o Alysson (jornalista também produtor do Boletim, formado em Jornalismo na UFMS) veio, eu já estava há quase um ano na Ecoa, a Ecoa era uma salinha, só tinha um computador, quando entrei foi quando teve esse aporte financeiro, que comprou vários computadores e conseguimos montar um pool de comunicação dentro da ONG. Que começou utilizar email, e eu entrei com esse know-how de tentar melhorar a comunicação digital, e eu aprendi rápido, eu e Alysson, quando a gente se juntou, aprendemos rápido, inclusive a gente foi os primeiros a usar máquina (máquina de foto digital), primeiros a utilizar fotografia pra encaminhar as coisas pela internet. E a gente usava mesmo a estratégia, toda vez que saía alguma coisa da Hidrovia, que a gente via o desbarrancamento, por exemplo, do Rio (Rio Paraguai), e que tinha fotos, a gente encaminhava e a gente percebia que isso influia no noticiário local.

Eduardo

Esse uso era planejado ou ele ia acontecendo? A diagramação, a distribuição das notícias, porque o boletim trazia desde a receita, dicas e no meio disso algumas discussões sobre a Hidrovia.

Yara

O que eu acho interessante é que a gente fazia um pouco na raça, na verdade a gente nem recebia, por exemplo, um dinheiro pra fazer um novo projeto pro Ecologia em Notícias, mas fala, não, tem que melhorar e fazíamos isso no trabalho cotidiano. Não era uma coisa planejada, não era uma coisa que a gente falava nesse ano o Ecologia em Notícias vai melhorar muito e precisa melhorar o visual dele. Era uma coisa assim, precisa melhorar, e íamos fazendo. Você sabe que recurso nunca é suficiente. Era mais uma percepção do que propriamente um planejamento. Depois, com o tempo, o Alcides ficou um pouco bitolado em planejamento, tudo ele queria planejar. A gente fazia várias reuniões, ele é um cara que gosta muito de organizar e então começou a dizer nós temos que planejar nossa comunicação, o que nós vamos fazer. Até por isso que veio esse encontro de comunicação da Coalizão Rios Vivos.

Eduardo

Fale mais desse Encontro.

Yara

O Encontro foi assim, um recurso de um dos projetos, não lembro se da Taller Ecologista, mas tinha a ver com a *Bolth Found*, a gente conseguiu esse aporte financeiro, e a agente percebia que não havia uma capacitação do pessoal da Rios

Vivos, de várias partes da América Latina, para trabalhar com comunicação e sempre a idéia foi criar uma rede das áreas úmidas, a rede do sistema Paraguai-Paraná das águas, das áreas úmidas. Então vamos capacitar pessoas-chave, pessoas que já trabalham com comunicação das varias ONGs da Coalizão Rios Vivos, para que a gente comece a construir sites, para que eles comecem a usar melhor as redes sociais. Não sei se voce viu na minha dissertação, tem o capítulo do Castells, que eu cito, o Verdejar do Ser, que as ONGs ambientalistas foram as primeiras a trabalharem com redes, com comunicação e esse tipo de coisa, e na época a gente já tinha essa consciência de que isso era uma coisa que tínhamos que desenvolver. Ai fizemos esse curso na UFMS, que era pra ensinar mesmo a linguagem HTML, a fazer site. Realmente depois do encontro a gente começou a trocar mais informações por email, melhorou consideravelmente a nossa comunicação, e não só pelo conhecimento digital, mas até porque a gente se encontrou. Só de ter um encontro com as pessoas você já consegue ter uma ponte maior, um elo maior com essas pessoas. Então o encontro trouxe pessoas chaves de várias ONGs, do Paraguai, Argentina, Bolívia, não lembro se tinha Peru, e pessoas do Sul do Brasil, todos os que de alguma forma estavam envolvidos com a Hidrovia. Por que onde a Hidrovia passava a gente tinha aporte, os objetivos do nosso projeto estava sempre votados pra esse sistema de áreas úmidas Paraguai-Paraná.

Eduardo

Necessariamente não eram só jornalistas?

Yara

Não eram só jornalistas, a gente nunca trabalhou muito com jornalismo, sempre era essa discussão da comunicação, sempre um pool de comunicação. A gente tinha um veículo jornalístico, que era o Ecologia em Notícias, mas as outras ONGs, trabalhavam mais com a comunicação com as comunidades locais, a comunicação de fazer a publicação, de fazer assessoria de imprensa para chegar até a mídia, mas quem realmente tinha um veículo com formato jornalístico era a Ecoa no MS e o ICV no MT.

Eduardo

Como foi essa transição do Boletim do fax para a internet.

Yara

Eu implantei a mudança, do fax para a internet, e quando o Alysso chegou aí mudamos mais ainda. Quando fui chamada para ser estagiária eu já mexia com diagramação, trabalhava na editora da UFMS, mas era praticamente analfabeta digital. Eu tinha meu email, mas não sabia utilizar as listas, essas coisas. Quando eu entrei eles me falaram, olha queremos melhorar o Ecologia em Notícias, eles mandavam o arquivo anexado em word por email para a mídia, mas a mídia não usava o email, ninguém usava o email na época. Então a gente tinha que mandar o fax, era aquele faz enorme, os jornais iam à Ecoa, levavam disquetes pra pegar as fotos, era tudo muito analógico ainda. Ai eu criei uma diagramação em que a pessoa lia o Boletim diretamente no *e-mail*, e isso transformou completamente a relação que as pessoas tinham com o Ecologia em Notícias. Antes ele era mais voltado pra rádio, pra imprensa, no momento que a gente começou a ter assinantes, pessoas que se cadastravam pra receber o Boletim, chegamos a enviar para 30 mil contatos, não era da nossa caixa de email, mas tinha o pessoal da o Instituto SOS Mata Atlântica de SP que replicava o Boletim, era muito replicado o email. No período em que eu e o Alysso fomos mais atuantes o Boletim se tornou um veículo mais de

assinante do que realmente o objetivo inicial que era a rádio. O Alysson começou a editar/aumentar mais os textos, já não se escreviam especificamente para rádios, já fazia um texto maior e aí os jornais começaram a se interessar pelo Ecologia em Notícias. No começo era exclusivo pra rádio, textos curtos, bem pequenininho, enviado por fax todas as quintas-feiras, a imprensa recebia e pautava em cima do material. Quando a gente entrou a gente começou a aumentar esse texto cada vez mais e a fazer reportagens maiores.

Eduardo

O que vocês fizeram pra aumentar esse público de assinantes?

Yara

Principalmente esse novo formato, direto no email, essa questão visual já criou toda uma coisa, era mais fácil de ler, você não precisa abrir um anexo para ler, estava direto no email. E o Alcides foi fundamental nesse processo, ele viaja muito e fala muito do Boletim por onde ele ia, ele divulgava muito e isso fazia mais pessoas quererem receber o Ecologia em Notícias, isso aumentou muito os assinantes. E como tivemos um melhor aporte financeiro, pudemos equipar melhor a equipe, compramos uma Mavica, isso ajudou muito nas fotos digitais. Fomos uma das primeiras Organizações a usar foto digital. Pensa o impacto que era, uma coisa que antes chegava por fax, agora chega por e-mail e já com foto no texto, impactou demais as redações. Mas as redações ainda eram tão embrionárias na questão digital que mesmo recebendo por e-mail, eles ligavam pra nós e pediam pra enviar o fax, ou seja, além de enviar o e-mail ainda mandávamos o fax, o editor não conseguia ir pra reunião de pauta sem ter o fax impresso. Não havia notebooks, então o editor queria levar o impresso pra reunião. Então foi todo um processo pra gente também. Os e-mails não funcionavam bem nos jornais. Eu me lembro que uma coisa bem forte, não sei se você vai abordar isso, que a Folha do Povo, jornal da época, tinha uma

redação muito jovem, mais descolados que o pessoal do Correio do Estado, e eles competiam entre si. O Diário da Serra tinha acabado, e então eles disputam espaço mesmo. O Maciel trabalhava lá na época e nos tínhamos muita abertura com eles, até uma assessora da WWF uma vez nos perguntou o que a gente fazia que conseguíamos tanto espaço no Folha do Povo. Mas tinha as nossas relações pessoais com a redação, o Alysson era amigo de muita gente lá e isso fica claro, a gente percebe, que no jornalismo as relações pessoais também pautam, e de forma muito significativa. A gente tinha inserção não só porque fazíamos um bom trabalho, encaminhava toda quinta-feira, mas também porque as pessoas nas redações também faziam parte da nossa rede de amigos. Muitos foram amigos de faculdade, e isso abriu muitas portas, principalmente no Folha do Povo. O Correio era mais conservador, mas mesmo assim dava algum espaço também. O Boletim tinha periodicidade, foi melhorando a parte gráfica, e aprofundando cada vez mais os textos. Mas aí também entra uma outra coisa, o copiar e colar, muitos dos nossos textos eram copiados e colocados na íntegra nos jornais. Antes não tinha isso, pois o fax chegava e aí tinham que digitar o texto, buscar mais fontes e tal, mas quando a gente começa a mandar por email, a gente percebe que passa a ter mais espaço nos jornais, e a gente percebe que muitas redações simplesmente copiavam e colavam nossos textos. Era o começo dessa prática, mas isso acabou nos dando mais espaço, mais inserção. Era mais fácil pro jornalista pegar a usar aquela informação, e a gente se aproveitava disso também, cada vez fazia melhor porque sabia que a inserção seria grande também.

Eduardo

Em relação a HPP, vocês tinham claro que essa produção do Boletim, do fax à internet, saindo de público específico de radialista e indo pra muitos assinantes, vocês tinham clareza do papel que esse meio desempenhava para conseguir o objeto?

Yara

Tínhamos. E principalmente por conta do Alcides, ele sempre teve a comunicação como a chave para ONGs, na cabeça dele isso era importantíssimo, tanto que ele sempre dizia que o dinheiro mais bem investido era o na comunicação, pois a comunicação era uma forma de influir. Se a gente não conseguisse chegar até a imprensa, a gente não conseguiria mostrar para a sociedade os problemas e influir. Se você não usa a mídia, você não vai conseguir mostrar os problemas e não vai conseguir fazer barulho. A gente tinha claro que era importante essa produção do Boletim pra mostrar isso tudo para a sociedade. Agora tem uma coisa fundamental que é a união dessas ONGs em volta dessa região, dessa área geográfica de abrangência da HPP. Por que pra gente era claro que tínhamos que mostrar os impactos somados. Porque o que estava acontecendo, quando o Zeca (governador à época – Zeca do PT) entrou, ele começou a querer licenciar trechos da Hidrovia sem dizer que era um projeto completo. E o nosso discurso era justamente não, para fazer a hidrovia é necessário fazer um estudo completo, um estudo de impacto desde lá de cima até chegar ao mar. Você não pode querer fazer só de um pedacinho da hidrovia. A comunicação tinha que ser relacionada com todas essas regiões, toda a comunicação tinha que ser integrada, pra mostrar que aquilo era um todo, e que qualquer problema estragaria todo o Pantanal. O encontro de Comunicação da Rios Vivos foi fundamental pra isso. Todas as comunicação tinham que ser integradas para mostrar que aquilo é um todo e que ia ser todo estragado. Que esse meio, acho que é o Elias que falava (não lembro se era ele mesmo) que esse meio era a “vulva húmida”, o “meião”, a grota onde fecunda a América Latina, onde tem muita água, que é bem no meio mesmo, e desde sempre mostrando que é um sistema. Então, foi essas articulações que cunharam esse termo Sistema Paraguai-paraná de áreas Húmidas. A gente tinha noção de que a comunicação tinha que ser integrada a tudo isso.

Eduardo

Você acha que o papel da comunicação foi de ser um elo entre as organizações?

Yara

A gente acreditava que sim, que a comunicação era o elo entre as organizações, entre as ações. Que se a gente não conseguisse, por exemplo, mostrar lá pra aquela cidadezinha pequena, que de repente nem sabia que a hidrovía ia trazer algum impacto, aí chegar na rádio da região, ou ter um jornalista lá que sempre fazia matéria sobre isso, mostrando os impactos pra região, pra gente era fundamental. Pois acreditávamos que só assim que íamos conseguir mostrar que era uma coisa grande, que podia trazer muitos impactos negativos pra toda essa região. E acreditávamos que a comunicação era fundamental pra isso. E nós também éramos muito jovens, eu e Alysson, a gente tinha aquela coisa do otimismo, de acreditar que a comunicação ia mudar o mundo, tínhamos isso na nossa redação. Foi uma coisa forte que aconteceu lá, a gente tinha um tesão de fazer as coisas, de ir pra audiências públicas, e publicar no mesmo dia. Por exemplo o Ecologia em Notícias não publicava matérias da hora, do dia, e nós começamos a ir em audiências públicas e pensávamos, isso tem que sair hoje, e passamos a fazer também o Ecologia em Notícias da hora (edições extras), que antes não existiam. E tudo isso não foi planejado, isso era uma coisa que a gente na hora achava que precisa fazer e fazia. Era muito por amor mesmo, e Alcides adorava, pois a gente estava sempre afim de fazer um monte de coisas e inovando.

Eduardo

Então você acha que o fato de serem jovens e recém-formados, contribuiu muito para dar esse ritmo?

Yara

Acho que contribuiu sim, pois a gente estava começando e estava muito afim de fazer um trabalho legal. Não sei se hoje em dia eu teria toda essa energia que tinha na época. E nós achávamos o problema muito sério. Quando a gente começou, quando eu entrei na Ecoa, eu nem era uma ambientalista, eu não tinha uma educação ambiental, não era uma coisa enraizada, eu não entendia essa coisa global, e mesmo sendo filha de pescador, mesmo conhecendo o pantanal, sempre indo pro meio do mato, mas não entendia essa coisa global ambiental. Quando fui pra lá (entrei na Ecoa), a gente começa a estudar, a conhecer, a ir atrás das informações, a entender e percebe que é uma coisa muito importante. Porque explodir as rochas pra deixar um rio reto, acho que qualquer leigo ia entender que aquilo não daria certo. Começamos a ler os estudos dos painéis independentes, além dos estudos que os governos e empresas faziam, a gente tinha muita informação pra passar também para as pessoas. Nós não fazíamos gratuitamente, porque o ambientalismo, muitas vezes é acusado de ser romântico, mas não, era bem pé no chão, sempre baseados em pesquisas, em estudos. O ambientalista não é como o político que fala, diz que isso vai acontecer de tal forma e tal, mas sem embasamento, e o ambientalismo sempre tem um embasamento. Isso me encantou, como sou jornalista, quando vi que as informações tinham fontes confiáveis, que tinha estudos aprofundados, eu me encantei. E comecei a pensar, isso realmente precisa mudar, precisamos mostrar pras pessoas que isso (a hidrovía) vai realmente trazer impacto no Pantanal. E não só para o Pantanal, mas também para as populações. E isso era uma outra grande discussão, a gente sempre trabalhou com a questão das populações que vivem na região. E não só as questões ambientais. E até por isso a comunicação era muito fundamental. Nós tínhamos que chegar até as populações. Tem muita ONG que se dedicam mais ao bichinho, a planta, a questão ambiental, são os mais ecologistas e nos sempre fomos mais conservacionistas, então pra nós a comunicação era fundamental. Até por isso a nossa estratégia com rádio, para poder chegar nas regiões longínquas do Pantanal.

Eduardo

A gente percebe, levantando as informações, que havia uma série de ações, que se não planejadas inicialmente, mas depois conectadas, tinha um foco de ação na comunicação, foco de ação científica, até a Débora diz mais sobre isso, traziam/convidavam grandes pesquisadores de diversas áreas, tinha também uma atuação política, de atuação e pressão junto à classe política, atuação no judiciário. Havia uma série de ações bem distribuídas, não sei se eram exatamente os mesmos atores sociais envolvidos em todas elas, mas eram ações bem distribuídas para ampliarem bem o leque e não ficar só no quintal de casa. Como é que você, que esteve a frente da comunicação, e dentro desse processo de mudança, tanto da ferramenta, saindo do fax para a internet, novo formato, hoje falamos que foi apenas uma nova diagramação, deixar de ser anexo e ir no corpo do e-mail, mas para a época isso era inovação. Era todo um processo, eu até me recordo que na fala do Alcides ele diz que muitas vezes a imprensa pautava ele não para falar só da hidrovía, mas muitas vezes para falar sobre a internet, o que era, como se usava, etc. Na sua avaliação como comunicadora, o que você atribui de êxito nessa história toda, pois nós tínhamos cinco países com os Governos inteiramente dedicados a isso. No Brasil capitanearam essa questão, tinha muito recurso previsto pra esse processo. Você acha que de fato a Hidrovía não aconteceu porque todas as estratégias conseguiram atingir o objeto que se pensava para a época, que era parar o projeto, ou porque do ponto de vista econômico ficou mais caro manter o projeto. O que você acha que aconteceu de fato para não ir adiante a Hidrovía?

Yara

Eu acho que foram vários fatores, acho que não foi só a nossa atuação não. Acho que houve também uma desestimulação do próprio governo em perceber, mas acho que o barulho foi importante, eles perceberam que iam mexer num vespeiro. Uma coisa que estava muito bem articulada e, todas as vezes que eles mexiam nisso vinham às notícias, e uma série de coisas. E também acho que houve um desestímulo financeiro, o próprio governo do Fernando Henrique não quis continuar,

pois percebeu que os estudos iam ficar muito caro. Mas a nossa estratégia foi muito boa, a estratégia política, teve a estratégia de comunicação, como você falou essas três vertentes, mas a estratégia política de dizer, olha precisa ter um estudo (EIA) que seja da pontinha da nascente até o final, isso desestimulou financeira e completamente. E no momento em que o judiciário “comprou” isso, como discurso de que realmente é um Sistema, que vai atingir vários países e não adiantar ser um estudo só de um trecho da hidrovia, isso foi o que eu acho que mais desestimulou, pois seriam milhões e milhões para fazer esse estudo. Ai o que o Zeca (governador do MS, Zeca do PT) fez, quando ele entrou ele começou com esse negocio de fazer pequenos trechos, pequenos portos, tipo o de Porto Murtinho, onde ele autorizou um aumento de carga, isso já era ilegal, já era uma obra de hidrovia. Como a gente conseguiu disseminar esse discurso, mostrar que era um Sistema interdependente, que não era só um pedacinho do Mato Grosso do Sul, ou pedacinho de qualquer outro País, e sim que tudo somado ia causar um grande problema, isso desestimulou financeiramente. Mas também foi fruto de toda uma comunicação, de uma articulação para mostrar que esses vários lugares eram na verdade um a soma do outro, esclarecendo que aquilo que acontecia lá em cima na Bacia, afetava aqui embaixo também. E também essa coisa científica, o momento em que a ideia de planejamento por Bacia Hidrográfica cresceu muito também, não se fala em planejamento por Bacia Hidrográfica. Isso começou a ser falado depois, inclusive nas universidades, destacando que era importante se fazer um planejamento pensando na água e em todas as suas interdependências. Eu não consigo assim te dizer se foi só isso ou aquilo, eu nunca fiz um estudo pra saber o que foi realmente que parou a Hidrovia. Mas acho que foram vários fatores que foram ajudando e o movimento ambientalista foi fundamental, porque se a gente não tivesse se organizado eu acho que teria acontecido a Hidrovia sim.

Eduardo

Você acha que do ponto de vista da Comunicação, ter saído do quintal do Pantanal, porque no inicio a comunicação era especifica com a Bacia Pantaneira,

era pras rádios pantaneiras, você acha que ter ampliado isso, ido pra todos os cantos, planejado ou não, mas como você avalia isso?

Yara

O desafio foi esse, mostrar essa interdependência que a toda a Bacia tinha. Que todo o Sistema tinha. Que Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai também iam ser impactados pela Hidrovia. Se essa expansão não tivesse ocorrido, talvez a gente não tivesse conseguido toda essa repercussão de comunicação. É claro que não foi só a Ecoa que fazia isso, haviam outras ONGs, como o ICV no Mato Grosso que também fazia, a Taller Ecologista na Argentina, o Fobomade na Bolívia, a Sobrevivencia no Paraguai, todas essas organizações faziam comunicação, e ajudava muito, mas quem trabalhava mais fortemente e organizado era no Brasil, era a Ecoa. Inclusive a Ecoa virou a secretaria executiva da Rios Vivos, e depois veio o site da Coalizão que também ajudou muito. O site da Rios Vivos era um depositário de tudo o que estava acontecendo. E o Alcides era uma pessoa muito bem informada, a gente fazia nossas notícias na cidade, você mesmo eu conheci fazendo uma ação lá no seu bairro, e o Alcides recebia informações muito privilegiadas, ele participava das listas de discussões pela internet, e quase ninguém conhecia isso, só as ONGs trabalhavam com isso, com listas de discussão. Ele é um cara que trabalha com isso desde a década de 1990, e as grandes discussões, as informações longínquas, de outros países, que a gente divulgava por aqui, vinham muito através dessas listas, a gente começou a participar dessas listas também e essas listas de discussões eram nossas fontes. Até hoje essas listas são fortes. Muitas coisas que eu sei de meio ambiente, que não estão pautadas nas mídias, que você não encontrar em facebook, estão nessas listas. Essas listas eram fundamentais para pautar o Boletim. Sem esse tipo de ação, que era necessária para mostrarmos a abrangência da proposta Hidrovia. Eu fui para Argentina agora e Buenos Aires gente é o Rio Paraná, como assim! Quem mora em Mato Grosso não sabe que lá em Buenos Aires passa o rio Paraná, que juntou com o Paraguai, não tinha essa percepção, e essa percepção era fundamental. Isso foi fundamental para mostrar que era necessário ter um estudo completo da Hidrovia. E acredito que foi isso que desestimulou o projeto.

Eduardo

Em algum momento vocês tinham alguma ação para analisar o que estava saindo na grande mídia, e a partir daí fazer o contra-ponto? Havia essa comparação ou acompanhamento do que saía na mídia tradicional?

Yara

Olha era tudo muito caseiro neh. O Alcides sempre fez a clipagem de jornais, ele já fazia uma certa análise das notícias, hoje se fala CEO, que é o cara que cuida das coisas e tal, ele era um pouco isso, sempre pegava as informações da lista de discussão mas sempre vendo os jornais também. E aí ele chegava e falava olha saiu tal coisa, aí a gente fazia algum contra-ponto, mas era realmente muito caseiro, não era algo tão planejado não. Até porque era muito pouco o que saía na mídia, a gente pautava mais a mídia do que a mídia mesmo fazia coisa sobre a hidrovía. Acho que a própria mídia não entendia muito bem o que era a Hidrovía, até porque teve um momento, na época do Zeca, qual era o discurso do Zeca, de que a hidrovía sempre existiu, aí esse tipo de coisa a gente tenta desestimular, quando começaram com esse discurso de que a hidrovía sempre existiu, a hidrovía é uma coisa antiga, e vocês (ambientalistas) estão falando que vai impactar o Pantanal, mas a hidrovía já existe. Só que a hidrovía que eles queriam não é essa hidrovía tradicional que a gente tem no Pantanal. É contra esse discurso a gente sempre fazia matéria, para mostrar que não, que não era isso que a gente estava falando. Quando eles vinham um discurso muito absurdo, a gente vinham com a ciência em cima, e falava não, não é bem assim. Tanto que teve as expedições na época. Quando o Zeca começou com esse discurso de que a hidrovía já existe e sempre existiu, que vocês (ambientalistas) estão falando de coisa que já tem no Pantanal, a gente fez uma expedição, fez gravações, mostrando que mesmo sem a hidrovía, o uso das embarcações já quebrava os barrancos, que os ribeirinho fugiam quando eles viam as chatas muito grandes, para mostrar que os impactos já existiam mesmo nessa forma tradicional, aí fotografávamos, e era uma forma de mostrar na mídia e fazer o

contra-ponto daquilo que eles estavam dizendo. Mas não era um estudo de mídia, que a gente analisava o que estava saindo para definir nossas estratégias, não, era caseiro,, simples, mas a gente buscava contrapor sempre os discursos dos governos que na época queriam a hidrovía. E tinha também, o pessoal que falava que era só trechos e não precisava fazer estudo completo, e tinha também o discurso que a hidrovía sempre existiu e também o discurso de que a gente (ambientalistas) estavam a serviços das organizações internacionais. Existe sempre esse mito de que as ONGs são americanas, são estrangeiras, elas querem breca o desenvolvimento do Estado. Esse era um discurso forte, e que tínhamos que sempre contrapor nas nossas matérias, eles diziam que a gente queria conservar porque não era para crescer. O Alcides sempre dizia, se nós estamos a favor das grandes corporações, então teríamos que querer a hidrovía, pois quem vai usar a hidrovía é essas multinacionais. Nós estamos a favor de um desenvolvimento melhor, e não de um desenvolvimento que vai ser na verdade para grandes corporações. Esses eram os discursos que a gente enfrentava, que estávamos breca o desenvolvimento, que estávamos falando de uma hidrovía que já existia há muitos anos, e que os impactos cumulativos não seria tão grandes. E é uma coisa que estamos sofrendo hoje com a Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, que é muito parecida com a história da hidrovía, e que a Débora tá aí hoje brigando lá no Senado, porque os impactos cumulativos das PCHs podem ser muito grandes, maiores até do que uma grande hidrelétrica, e é muito parecido com a história da hidrovía, pequenos trechos, pequenas obras, mas que de repente podem configurar um impacto, uma antropização tão forte que podem até inviabilizar regime das águas no Pantanal.

Eduardo

E o ribeirinho, como é que vocês chegavam neles. Vocês contavam com a rádio, mas qual era o segredo para esse radialista não se sentir usado e acabar fazendo a defesa de um projeto que de repente nem era o que ele defendia.

Yara

Pra lhe dizer bem a verdade eu não sei dizer como era o impacto com as rádios, porque a gente nunca fez um estudo pra saber exatamente como o Ecologia em Notícias era usado. Na época que era específico para rádios, com notícias curtas, eu acho que ele chegava até o ribeirão. Mas a ação para atingir o ribeirão não era necessariamente o Boletim. O Ecologia em Notícias chegava até lá, eles ficavam sabendo das informações, mas era mesmo o trabalho *in loco*, por isso associado ao trabalho de comunicação que a gente fazia, de tentar entrar na mídia, mostrar essas informações para a imprensa, dar um subsídio para a imprensa, tinham as ações *in loco*. Sempre teve a estimulação do associativismo, dos cursos, da captação de elos nas comunidades, que é um trabalho que a Ecoa sempre fez muito bem. Hoje você tem experiências de associativismo em vários locais do Mato Grosso do Sul que foi a Ecoa que estimulou. Então o ecologia em Notícias tinha esse papel. Te dizer que o ribeirão ficou sabendo da informação pela rádio, e se preocupou com isso, eu não tenho como aferir em termos científicos. Mas que as informação começaram a chegar lá com essas ações associadas que a gente fazia, pois a palavra comunicação era chave pra gente nesse momento. Tudo era comunicação. E não era só a comunicação jornalística, só de imprensa, era essa comunicação dos cursos, de ensinar eles a falarem, mostrarem suas histórias, e o nosso trabalho era mais com os formadores de opinião. A ideia era entrar nas mídias e mostrar as informações. Eu acredito que de certa forma a ideia ficava sempre no imaginário, e ficar no imaginário era fundamental. Eu me lembro que uma coisa que assustava os pantaneiros era quando se falava que ia se tirar curva do rio. A forma que o pantaneiro ver o mundo é muito diferente e o que impactava eles, era quando você dizia que iam explodir uma montanha, que iam tirar a curva do rio, aí na cabeça do ribeirão, que entende muito mais a natureza que a gente, ele já percebia que aquilo era muito agressivo e que não ia dar certo. Até porque a chata sempre foi um medo pra eles também, pois podia derrubar a casa deles, esse tipo de coisa. E aí nesse sentido eu acho que fazia com que eles ficassem mais alertas, mas o trabalho em loco foi o mais fundamental nesse sentido. E a captação desses elos, pessoas mais esclarecidas dentro das próprias comunidades que podiam ser capacitados e ser o nosso elo naquela região. A comunicação no pantanal requer uma estratégia diferenciada.

Eduardo

Trazendo pra esse olhar da comunicação, mais especificamente das ferramentas, fax, internet, da relação com os formadores de opinião, como mediadores, como você sintetizaria em um resumo do seu papel como jornalista e do seu trabalho e ferramentas utilizadas nesse embate todo.

Yara

A gente soube usar muito bem as ferramentas digitais, nós fomos os pioneiros. Usamos muito bem. Essa ideia da interdependência da Bacia, não existia, essa concepção não existia, e eu acredito que se não existisse o trabalho com comunicação digital a gente não teria conseguido resultado. Se fosse ainda no analógico, a gente ia ficar só na radio e não ia conseguir, através da internet a gente chegou aos formadores de opinião, as pessoas que estavam próximas aos ribeirinhos, e usamos muito bem essas ferramentas. Acho que o papel fundamental anterior a gente, é a lista de discussão, pois a lista dentro do movimento ambiental realmente fez as informações circularem. Através das listas chegam muitas coisas que de outra forma nunca saberíamos. Esses elos de comunicação foram fundamentais, e nas listas o uso dessas redes sociais era intenso e muito colaborativo. A gente só tinha como saber coisas de regiões longínquas do Paraguai, Argentina, por exemplo, através dessas redes digitais, o movimento ambientalista usa muito e usava bem as listas. A utilização de fotografia, melhorar a diagramação, esses detalhes fizeram muita diferença. E a internet ajudou muito na produtividade dentro das redações, mas demorou, ficamos uns dois anos mandando por *e-mail* e ainda recebíamos muitas ligações pedindo o fax, percebemos que a mídia ainda não estava digitalizada nas redações e que estávamos bem a frente nisso. *Mailing-list*, a gente usa muito, e a imprensa nem sabia o que era isso. Então era forte a nossa atuação digital. Fomos os primeiros a mandar no email texto

diagramado com foto, essa newsletter com foto não existia. E a gente com uma máquina conseguia fazer. Ai você pensa, que interessante que é isso, o fluxo financeiro, como houve uma grande repercussão da hidrovía, um fortalecimento da Coalizão Rios Vivos, muitos financiadores internacionais que começaram a olhar pro pantanal por conta da hidrovía a gente também recebeu aporte financeiro para comprar a máquina, comprar computador, a gente conseguiu fazer projetos que pagaram a comunicação também. Conseguimos mostrar que ela, a comunicação, era fundamental no processo, conseguimos dinheiro para pagar os profissionais, claro que não pagava tão bem, como devia, a gente sempre sofreu muito, mas foi fundamental. Se não soubéssemos utilizar bem as mídias digitais e se não houvesse já esses elos da lista de discussões, do uso de e-mails e dos contatos in loco, talvez a gente não tivesse conseguido tanta ênfase e resultado, que acabaram somando e desestimulando o projeto hidrovía. Tudo sempre foi feito muito na raça, sempre teve muito voluntariado, tinha essa coisa da juventude, essa coisa de querer mudar o mundo, a gente se sentia comunicador da natureza. Não era só o jornalismo, era o aparato de comunicação, nos sentíamos assessores de imprensa da natureza. Sei que eu fiz um bom trabalho em defesa da questão ambiental, se não tivesse a Ecoa a Rios Vivos a hidrovía teria saído e nosso Pantanal estaria hoje detonado. A Ecoa levava a gente pros lugares, pra conhecer, um processo de sensibilização, de educação ambiental. Quando eu fui visitar o Fecho dos Morros no Pantanal, quando vi aquilo me encantei. E fiquei preocupada, eles querem destruir isso, que loucura. A gente ficava muitas horas na ecoa fazendo a comunicação, mas era muito prazeroso. A gente se sentia importante. Quando eu entrei o Boletim era só uma página que falava o que era a Coalizão Rios Vivos, quando entrei eu fiz um curso de HTML pra fazer o site, aí fomos digitalizando as coisas. O Ecologia em Notícias, era mensalmente feita uma edição em inglês, para mandar pras listas em inglês. Saímos do fax, passamos para o *e-mail* e terminamos diretamente no site. O site virou um depositário de tudo o que a gente recebia de informações. O site substituiu o Boletim, acho que ele não foi tão eficaz, eu percebo hoje que as notícias ambientais nos jornais diminuíram muito quando parou o Boletim. Mas o Ecologia em Notícias se inviabilizou, acabou os recursos de projetos, a migração pro site deu uma distanciada. Eu acho que a falta do Boletim contribuiu para ter menos matérias ambientais no Mato Grosso do Sul. Mesmo depois que o Boletim parou eu continuei trabalhando com projetos e não via mais notícias nos jornais, isso dói, a gente mora

num [estado que tem Pantanal, tem Bonito, duas fronteiras com outros países e não temos um veículo específico da área ambiental, é uma pena. O que a gente vê vez ou outra é são dicas, coisas rasas de meio ambiente, quando tem, mas não tem reflexão, discussão, fica só na dica, na curiosidade, e não entra nas discussões. Hoje por exemplo as PCHs, não sai nada na mídia, isso é muito sério. A gente vê um crescimento da comunicação do setor produtivo, mas no ambiental recuou. Embora, a gente percebe que toda ONG se baseia na experiência em comunicação da Ecoa e tem um setor de comunicação, mas não organizado como era o Ecologia em Notícias, uma pena.

Eduardo

Você acha que o fato de ser a década de 1990, devido a Eco -92, facilitou toda essa inserção na mídia.

Yara

Acho que sim. A Ecoa-92 ajudou muito a dar noção sobre o que era a questão ambiental. Então depois disso, falar de meio ambiente já era pra um bando de gente doido falando contra o desenvolvimento. Tinha mais aceitação. Já estava rolando essa consciência no imaginário da sociedade, a gente passa a ser visto como pessoas do bem, ao fazer a defesa ambiental.

APÊNDICE E – ENTREVISTA DÉBORA CALHEIROS

Débora Calheiros é pesquisadora da Embrapa e militante ambiental.

Data: 30/12/2013 (via *e-mail*).

Eduardo

Fale de seu envolvimento com a HPP.

Débora

Bem, comecei a me envolver com a questão da hidrovía HPP logo que cheguei ao Pantanal já em 1990-91. Participei como técnica da Embrapa Pantanal lendo parte do EIA/RIMA, dando parecer oficial ao projeto (não o tenho aqui e seria difícil encontrá-lo... em algum disquete em que salvei...) e fiz uma consultoria particular sobre a questão do fenômeno da decoada x HPP para o consórcio que rendeu posteriormente uma publicação (<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/BP07.pdf>). Em resumo, a alteração da dinâmica hidrológica do rio Paraguai pela HPP alteraria o funcionamento hidro-ecológico da planície pantaneira, em especial a duração e área de inundação, alterando a ocorrência do fenômeno da decoada (fenômeno de alteração da qualidade da água na fase inicial de enchente, onde há a decomposição da vegetação recém submersa promovendo o aumento de CO₂ e do CH₄ (gás carbônico dissolvido e metano) e a diminuição do oxigênio dissolvido (OD), fenômeno natural e importante para a entrada de carbono (energia do CO₂ e do CH₄) no sistema.

Eduardo

Além da Embrapa você milita em alguma ONG?

Débora

Participávamos de reuniões como Embrapa e como ONG (consultora da ECOA e Rios Vivos) junto com o Glenn Switkes da International Rivers Network sobre a questão e certa vez fui a Montevideu numa reunião, com o Sérgio Guimarães, realizada pelo Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná onde apresentávamos as nossas considerações bem como as da Wetlands International, WWF e do Prof. Dr. Stephen Hamilton - MSU dos EUA.

Publicamos, conseqüentemente, um artigo no II SIMPAN - Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal - Manejo e Conservação, infelizmente o único que não está disponível on line:

<<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/simposios.html>> mas na ECOA deve ter: LOURIVAL, R. ; SILVA, C. J. ; CALHEIROS, D. F. ; et al. . Os Impactos da Hidrovia Paraguai-Paraná sobre a biodiversidade do pantanal - uma discussão multidisciplinar. In: II Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal (Manejo e Conservação), 1999, Corumbá, MS. Anais do II Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal (Manejo e Conservação). Brasília, DF: EMBRAPA, 1996. p. 517-535.

Ainda em 1991, coordenamos a realização de um curso internacional (Brasil, Bolívia e Paraguai), patrocinado pela WWF e CECITEC (atual FUNDECT) sobre o conceito de Pulso de Inundação, pelo Prof. Dr. Wolfgang W. Junk do Max Plank Institute - Alemanha e do INPA - Manaus, o autor do conceito com outros colegas, ministrado em conjunto com a Profa. Dra. Carolina Joana da Silva, então na UFMT, devido a necessidade de se nivelar os conhecimentos e de se ter estratégias semelhantes de pesquisa contra problemas comuns abordando em nível de bacia, a nossa bacia do Alto Paraguai (BAP): <<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/DOC18.pdf>>

O artigo do Prof. Junk e colaboradores é de 1989: <http://swrcb2.swrcb.ca.gov/waterrights/water_issues/programs/bay_delta/bay_delta_plan/water_quality_control_planning/docs/sjrf_spprtinfo/junk_et_al_1989.pdf>

Ou seja, nosso curso foi providencial e inovador!! Já abordando a questão da possibilidade de alteração do pulso de inundação pela possível implantação do projeto da HPP com colegas dos outros países membros da BAP.

Eduardo

Destaque os pontos que considere mais importantes.

Débora

Cabe lembrar que apenas em 1997, com a Lei de Recursos Hídricos - Lei 9.433/97, determina-se oficialmente que a abordagem para planejamento e gestão destes recursos deveria ser em nível de bacia hidrográfica. Em 1996 o governo brasileiro manifestou-se contra o projeto da HPP no trecho entre Cáceres e Corumbá o que consideramos como uma vitória! Na verdade, eu, Solange Ikeda - Cáceres e Oscar Rivas e Elias Peña - Sobrevivência/Paraguay e outros que participaram da Rios Vivos, achamos que talvez este tenha sido o primeiro grande projeto em termos mundiais que foi impedido de ocorrer por articulação também mundial de ONGs (Rios Vivos) - sociedade civil e de pesquisadores!! Mas isto Alcides e ECOA tem mais informações.

Em 1999 coordenei uma expedição para avaliar a questão do Porto de Morrinhos, Cáceres - MT, promovida pelo ICV, WWF Brasil e CEBRAC que se tratava de uma nova tentativa de se colocar o projeto da HPP em prática, mas agora não como um projeto único e sim com divisões em pequenos projetos (este porto):

WWF ; ICV ; CALHEIROS, D. F. ; SALOMÃO, F. X. T. ; WILSON JR, G. ; ALBRECHT, K. J. ; NEVES, M. A. S. . Retrato da navegação no Alto Rio Paraguai. 1999. Disponível em:

<http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/pantanal/pantanal_pub/?7240>

Bem, depois disto minha atuação com a questão cessou... sendo retomada apenas em 2012 quando abordei-a novamente em um capítulo (não disponível...), já que a HPP encontra-se no PAC2, bem como em 2013 referi-me a ela na Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços do Conselho Nacional de Recursos Hídricos CTGRHT/CNRH para a qual fomos convidados, bem como no CNZU - Comitê Nacional de Zonas Úmidas SBF/MM do qual somos membros (Rede Pantanal de ONGs e Movimentos Sociais). Além da reunião do Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento - FORMAD num Simpósio sobre megaprojetos que realizaram em março: <<http://www.formad.org.br/?p=2249>>

Também abordamos apenas de leve a questão, pois demos prioridade ao problema da proliferação de hidrelétricas na BAP no DIÁLOGOS DE SABERES - OS IMPACTOS DAS REPRESAS E DA FRAGMENTAÇÃO DOS RIOS NA PESCA ARTESANAL E MODOS DE VIDA LOCAIS NO PANTANAL <http://www.formad.org.br/wpcontent/uploads/2013/11/WorkshopPESCA_11.pdf> ou <<https://www.facebook.com/sinergiasdopantanal?ref=profile>>

Eduardo

Sobre o uso da internet, do Boletim Ecologia em Notícias, o que você diz.

Débora

Acho que as nossas lutas antes de 1996, antes da desistência do governo brasileiro qto ao projeto da HPP no trecho Cáceres-Corumbá, o mais crítico para o Pantanal, não tinha ainda muita influência da internet, não. Mas depois lembro que o Boletim Ecologia em Notícias era, sim, muito importante para a informação sobre a região e sobre o andamento deste megaprojeto.

Conseguimos, nós da Rede Pantanal, com apoio decisivo do FONASC no último dia 17/12/2013, a aprovação de uma Resolução para a realização de um Plano de Bacia para a Bacia do Alto Paraguai no CNRH, a ser realizado pela ANA. A proliferação das hidrelétricas vai ser avaliada oficialmente por um Plano que terá objetivos e metas a curto e médio prazos para a conservação da nossa bacia, com acompanhamento da sociedade civil. Chic!!! Ciência e sociedade unidos pela BAP!!!

Eduardo

Você sofreu alguma perseguição?

Débora

A questão maior foi na Embrapa que não deixava a gente emitir opiniões... questões polêmicas devem ser deixadas de lado...A pressão maior da sociedade local, foi, bem depois, já na Audiência Pública da Termelétrica (que não vingou!!) e depois da Siderúrgica (esta passou vergonhosamente, graças ao Zeca do PT...), ambos projetos do Eike Batista, divulgadas como a redenção econômica de Corumbá...

APÊNDICE F – ENTREVISTA ALESSANDRO MENEZES

Alessandro Menezes é ambientalista e ex-coordenador e mobilização da Ecoa.

Data: 30/12/2013

Eduardo

Fale sobre o seu envolvimento na Ecoa com a Hidrovia Paraguai-Paraná.

Alessandro

Eu entrei na Ecoa em 1999, época que eu te conheci, participava como voluntário de um grupo de jovens, o Ecoando, depois fui contratado, e nossa primeira ação era uma campanha contra a hidrovia. Era um folder que a gente distribuía para as pessoas, fizemos algumas ações no calçadão da Barão do Rio Branco, no centro de Campo Grande, era um folder em que você destaca uma parte, assinava e enviava, era como se fosse um cartão postal, era enviado para o Ministro dos Transporte, na época, se não me falha a memória era o ministro Eliseu Padilha, pedindo para ele rever o projeto de hidrovia por causa dos problemas que podia trazer para o Pantanal. Esse texto era baseado numa matéria tinha sido publicada na revista Veja na época, dizendo que a hidrovia podia levar ao secamento do Pantanal. E como nós sabemos o Pantanal é uma das maiores áreas alagadas do mundo, e isso se dá justamente devido a formação rochosa e devido a velocidade lenta das águas que correm por ali, e a tese defendida por alguns pesquisadores era de que ao retirar as curvas, como retificações, a velocidade dessas águas aumentaria e isso diminuiria a retenção de águas nas áreas alagadas, o que mudaria todo o ecossistema daquela região, uma alteração profunda. Esse foi meu primeiro contato direto com a temática da hidrovia em 1999. Anos depois, não sei ao

certo a data, você participou inclusive, fizemos uma ação específica com acadêmicos da UFMS, estudantes dos cursos de Engenharia Ambiental e Biologia, fizemos uma ação na visita do ministro Eliseu Padilha aqui em Campo Grande, pedindo para que ele não fizesse retificações no Pantanal, e nessa mobilização tiramos um compromisso dele de que não faria, e isso foi até capa do jornal Correio do Estado.

Além disso, pela Coalizão Rios Vivos, participamos de alguns encontros no Brasil, no Paraguai e na Argentina, onde se discutia essa temática, e é engraçado, porque num dado momento em que a gente acreditava que a hidrovia, essa idéia governamental havia desaparecido, de repente ela novamente voltava a tona, ressurgia. No governo Fernando Henrique isso foi mais forte. Houve um alinhamento dos governos do Paraguai, Bolívia, e da Argentina, para tornarem isso realidade, dentro de uma perspectiva de um transporte mais barato e uma competitividade de produtos de ambos os países. Hoje, com um pouco mais de informação, idade e maturidade, eu vejo que a hidrovia até hoje não aconteceu, porque de fato não se consolidou um cenário econômico favorável para que ela aconteça. Novamente a gente esta discutindo custo de transporte, há pouco saiu uma expedição rodoviária de Campo Grande – MS ao Chile, uma expedição com diversos representantes políticos, autoridades e empresários ligados ao transporte e à área produtiva, para avaliarem a viabilidade do transporte terrestre por essa rota. a hidrovia pensada antigamente era uma hidrovia que chegaria até o Mato Grosso, ela faria o fluxo de duas mercadorias, desceria com a soja e subiria com agrotóxicos, entrando pela Argentina. Hoje, está em estudo, eu tenho acompanhado isso, entre o governo do Mato Grosso do Sul, governo Brasileiro e governo Paraguaio, a construção de uma ponte em Porto Murtinho – MS, para viabilizar o transporte terrestre e a potencialização dos portos naquela região, para descer parte dos nossos produtos por ali, via hidroviário. O que eles acreditam que seja mais competitivo, pois é uma parte do rio com melhor navegabilidade, do que a parte de cima toda. Você tem uma boa parte navegável, mas quando se chega em Cáceres – MT, existem problemas com bancos de areia. Então, já é um outro estudo que caminha muito forte, apesar de ainda embrionário, mas tem a vontade política do Brasil e do Paraguai de realizar essa ação. Como eu disse, novamente, hoje eu tenho certeza que a hidrovia não aconteceu por falta de viabilidade econômica.

Eduardo

Você fazia a coordenação de mobilização. Como era o seu trabalho com o pessoal da comunicação?

Alessandro

Intenso. Nós gerávamos os fatos que questionavam o projeto. Por que a gente gerava os fatos, pra chamar a atenção da mídia e da sociedade para um problema que estava acontecendo de uma maneira silenciosa. Era o País discutindo uma estratégia sobre o olhar econômico, que poderia trazer um impacto social e ambiental sem consequências. Então a nossa relação com a comunicação era direta, a gente sempre teve uma boa receptividade dos veículos de comunicação locais e nacionais. Porém a gente enfrenta um problema cultural, no Brasil especificamente, porque as pessoas desconhecem o Pantanal, a grande maioria da população conheceu o Pantanal através de uma novela que passou na década de 1990. As pessoas conhecem a Amazônia, a Mata Atlântica e depois o Pantanal e o Cerrado, então o Pantanal acaba sendo algo muito distante da vida das pessoas. Mesmo a população urbana do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso, desconhecem o Pantanal, desconhecem essa região. Existe aquela coisa folclórica, bonita de proteger a natureza, mas o conhecimento ainda é muito superficial. Então o Pantanal não está como uma prioridade de conservação para a vida das pessoas. Por isso que a nossa relação com a imprensa em criar esses fatos para chamar a atenção da sociedade, eram determinantes.

Eduardo

O Boletim Ecologia em Notícias – havia algum momento em que essa equipe de comunicação do Boletim, com a equipe de mobilização faziam algum planejamento comum, ou as coisas iam acontecendo na prática?

Alessandro

Aconteciam das duas maneiras. Algumas coisas que aconteciam dependendo da agenda e dos fatos políticos, por exemplo a visita do ministro à Cidade, foi uma coisa que tocamos pela mobilização e a comunicação acompanhou, e também tinham coisas tocadas pela comunicação e a mobilização é que acompanhava. Necessariamente elas não aconteciam de maneiras separadas, elas fluíam do movimento e em casos específicos eram planejadas. Mas havia uma integração entre os dois núcleos de trabalho, tanto o da comunicação, como o de mobilização.

O mais importante nessa questão da hidrovía Paraguai-Paraná, que eu percebo, e eu participei em diversas articulações e redes nacionais e internacionais, inclusive no Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente) e eu vejo que a Ecoa se tornou uma referência do tema. As pessoas até brincavam no Brasil, quando se falava em hidrovía Paraguai-Paraná automaticamente se lembrava de Alcides, Ecoa e a Rios Vivos. Essa Coalizão, de fato, ela se consolidou num determinado momento, e o que foi determinante para ela se consolidar foi o tema que lastreava o processo.

Eduardo

Você participou de alguns eventos, Goiania, Forum Social Mundial, Dia do Rio Paraguai. Como você vê essas ações envolvendo a comunidade local mas também outros atores sociais. A Coalizão tinha mais de 300 organizações envolvidas, que olhar você tem sobre essa articulação?

Alessandro

Essa articulação foi determinante, primeiro para potencializar a ação das organizações locais. Uma coisa é você ter a Vida Pantaneira, ONG lá de Porto Murtinho, brigando contra o Porto que estava trazendo problemas pra cidade, pro rio e pro pantanal; outra coisa é você ter lá o FLEC – Fórum de Entidades Ambientalistas no MT, brigando por causa de problemas relacionados a hidrovias e agricultura que avança muito naquela região, porque ia se tornar fundamental um modal novo de transporte para que a agricultura continuasse avançando naquela região; e ter as organizações urbanas, que estão nas Capitais; de maneira desassociadas. Quando a gente trabalha de maneira associada na Coalizão Rios Vivos, foi determinante para pudéssemos nivelar nosso nível de informação. Você tinha desde as comunidades dos índios Guatós, na Ilha Insula, tinha desde a Cida Donatila, na barranca do rio em Porto Murtinho, as comemorações do dia do Rio Paraguai em Cáceres – MT, as ações que aconteciam em Corumbá – MS, e até as ações que estavam acontecendo na Europa, pois as organizações de lá analisavam as gigantes multinacionais, em questões de grãos, ex: Cargil, e diversas outras que tinham interesse direto na hidrovia; quando você trabalha numa Coalizão, o que é importante, é que as organizações juntas conseguem maior nível de informação, maior possibilidade de infraestrutura, não necessariamente recursos financeiros, mas acesso a equipamentos, a pesquisa, a troca de experiências. A plataforma da Coalizão era dar visibilidade desde á uma pequena ação na barranca do Rio até um grande estudo na Europa. Essa Coalizão foi determinante para que pudéssemos mostrar um trabalho que não era mais de um ou dois, era de pelo menos 300. O congresso, em 2002, em Goiânia – GO foi importante para brindar isso, tanto os índios, os pescadores, gente de diversas organizações, pequenas, medias e grandes conseguiram perceber que ninguém estava isolado, apenas fazendo um trabalho local, mas que estavam numa articulação internacional.

Eduardo

Como você destacaria o papel do Boletim Ecologia em Notícias nesse processo todo?

Alessandro

O Boletim foi fundamental, ele é o porta-voz. Se a sociedade tomou conhecimento dos problemas que naquele momento aconteciam com a hidrovía, isso se deu através do Boletim Ecologia em Notícias. Não só por causa da interação que o Boletim fazia com os meios de comunicação, embora isso tenha sido determinante, pois através do Boletim, que era uma ferramenta pioneira naquele momento. O Boletim foi determinante pra lidar com a imprensa e também com a sociedade em geral que não só recebia por e-mail, como através do que ele pautava a mídia, ficavam sabendo sobre o projeto hidrovía e suas ameaças. Eu vejo que depois que o Boletim acabou, grande parte do jornalismo de Mato Grosso do Sul, e outras regiões, que tinham o Boletim como fonte, acabaram ficando carente, foi uma perda significativa. Para a imprensa de maneira em geral que confiava no Boletim como uma fonte segura, que já trazia as propostas trabalhadas, aprofundadas, foi uma grande perda, e para o meio ambiente também, pois reduziu muito as matérias veiculadas sobre meio ambiente.

ANEXO A – BOLETIM ECOLOGIA EM NOTÍCIAS: ANO 1997

BOLETIM ECOLOGIA EM NOTÍCIAS

ECOIA

ECOLOGIA & AÇÃO

Rua: Petrópolis, 219 - Cidade Jardim - Campo Grande/MS

Fone: 5567 724-3230 Fax: 5567 724-9109

E-Mail: ecoabrmspant@ax.apc.org

05 DE FEVEREIRO DE 1997

HIDROVIA**HIDRÓLOGOS CONTESTAM CONSULTORES DO COMITÊ DA HIDROVIA**

UM RELATÓRIO DIVULGADO PELA COALIZÃO RIOS VIVOS CONTESTA O TRABALHO APRESENTADO PELOS CONSULTORES DO COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL DA HIDROVIA. O RELATÓRIO FOI ESCRITO PELOS HIDRÓLOGOS QUE PARTICIPARAM DO SEMINÁRIO PROMOVIDO PELO COMITÊ DA HIDROVIA, QUE FOI REALIZADO EM NOVEMBRO EM BUENOS AIRES. DE ACORDO COM O RELATÓRIO OS ESTUDOS OFICIAIS APRESENTADOS ATÉ AGORA SÃO INSUFICIENTES PARA DAR UMA GARANTIA COM RELAÇÃO À DIMENSÃO DOS IMPACTOS DAS OBRAS NO RIO PARAGUAI, COMO A DRAGAGEM E DERROCAMENTO DE ROCHAS NO TRECHO CORUMBÁ-ASSUNÇÃO. PARA OS HIDRÓLOGOS AINDA SÃO NECESSÁRIOS MAIORES ESTUDOS TÉCNICOS, ECONÔMICOS E DE IMPACTOS AMBIENTAIS, BEM COMO PROGRAMAS DE MONITORAMENTO DO ECOSISTEMA. PROPÕE TAMBÉM QUE SE ESTUDE COM MAIS ATENÇÃO A POSSIBILIDADE DE USAR O RIO PARA TRANSPORTE DURANTE NOVE OU DEZ MESES DO ANO, AO INVÉS DO ANO INTEIRO.

MERCOSUL**AGROTÓXICOS CONTINUAM EM DISCUSSÃO**

A LIBERAÇÃO PARA COMPRA E VENDA DE AGROTÓXICOS ENTRE OS PAÍSES DO MERCOSUL CONTINUA EM DEBATE. MAS DEVE DEMORAR AINDA UM ACORDO SOBRE A QUESTÃO. PARA OS TÉCNICOS DA DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA O ACORDO NÃO DEVE SAIR ANTES DE 98, DEVIDO ÀS DIFICULDADES PARA HARMONIZAR AS LEIS DOS DIVERSOS PAÍSES. JÁ OS TÉCNICOS DA ÁREA ECONÔMICA DO MINISTÉRIO QUEREM ACERTAR LOGO O ACORDO, E ASSIM LIBERAR O COMÉRCIO DE AGROTÓXICOS DENTRO DO MERCOSUL.

MERCOSUL II**COMÉRCIO DE AGROTÓXICOS PODE PREJUDICAR BRASILEIROS**

A LIBERAÇÃO DO COMÉRCIO DE AGROTÓXICOS ENTRE OS PAÍSES DO MERCOSUL PODERÁ PREJUDICAR OS BRASILEIROS. A INFORMAÇÃO É DE ESPECIALISTAS QUE ACOMPANHAM AS ATIVIDADES DE UM GRUPO DE TRABALHO COM REPRESENTANTES DA ARGENTINA, URUGUAI E PARAGUAI, QUE ALMEJA A LIVRE CIRCULAÇÃO DOS PRODUTOS ENTRE OS PAÍSES. OCORRE QUE A LEI BRASILEIRA É MAIS RÍGIDA DE QUE NOS OUTROS PAÍSES, O QUE ATRAPALHARIA ESTE PROCESSO. APESAR DA LEI BRASILEIRA SER MAIS RESTRITIVA O MINISTÉRIO DA SAÚDE ESTIMA QUE, SÓ EM 1993, HOUVE TREZENTAS MIL INTOXICAÇÕES COM AGROTÓXICOS NO BRASIL. A INFORMAÇÃO É DE ALFREDO BENATTO, DO CENTRO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MINISTÉRIO.

SÁUDE E MEIO AMBIENTE

DECRETO DO BARULHO

NOS PRÓXIMOS DIAS, O PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO PODE ASSINAR UM DECRETO QUE MUDARÁ O CRITÉRIO DE NÍVEL DE EXPOSIÇÃO AO BARULHO, PARA QUE TRABALHADORES DE ALGUNS SETORES TENHAM DIREITO À APOSENTADORIA ESPECIAL. HOJE, A APOSENTADORIA ESPECIAL VALE A PARTIR DA MÉDIA DE 80 DECIBÉIS. SEGUNDO O SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO, QUE É CONTRA A MUDANÇA, NO FUTURO DECRETO O LIMITE SUBIRÁ PARA 90 DECIBÉIS. DIRETORES DA ENTIDADE AFIRMAM QUE, MESMO USANDO EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, O METALÚRGICO QUE SE EXPÕE A 80 DECIBÉIS POR DEZ ANOS, TERÁ PROBLEMAS AUDITIVOS. A POLUIÇÃO SONORA PODE GERAR STRESS, INSÔNIA, SURDEZ TEMPORÁRIA OU DEFINITIVA E ATÉ MESMO A IMPOTÊNCIA SEXUAL.

(FONTE: REDE AIPA)

RIO-92

ACORDOS AMBIENTAIS SÃO AVALIADOS

NO DIA 30 DE JANEIRO CERCA DE 200 ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS SE REUNIRAM EM BRASÍLIA PARA AVALIAR O QUE TEM SIDO FEITO PARA IMPLEMENTAR OS ACORDOS APROVADOS DURANTE A RIO-92. A RIO OU ECO-92 FOI A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL QUE SE REALIZOU NO RIO DE JANEIRO NO ANO DE 1992. NESSA CONFERÊNCIA OS PAÍSES PARTICIPANTES ASSINARAM UMA SÉRIE DE ACORDOS PARA A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. AGORA, APÓS CINCO ANOS DA CONFERÊNCIA, NO MUNDO TODO ESTÃO SENDO FEITAS AVALIAÇÕES DO QUE TEM SIDO REALMENTE COLOCADO EM PRÁTICA. O ENCONTRO DE BRASÍLIA FOI PREPARATÓRIO PARA A REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL QUE SE REALIZARÁ NO RIO, ENTRE 13 E 19 DE MARÇO.

ERVAS MEDICINAIS

A CURA QUE VEM DAS PLANTAS

BARATO E ACESSÍVEL, O TRATAMENTO COM PLANTAS MEDICINAIS ESTÁ EM ALTA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE DIVERSAS CIDADES BRASILEIRAS. NO MUNICÍPIO DE PLANALTINA, CIDADE SATÉLITE DE BRASÍLIA, UM HOSPITAL ATENDEU NO ANO PASSADO 17 MIL PACIENTES COM ERVAS CULTIVADAS EM PEQUENOS CANTEIROS. PESQUISADORES DO BRASIL CADA VEZ MAIS SE EMPENHAM EM AVALIAR OS EFEITOS MEDICINAIS DAS PLANTAS. MAS É PRECISO CUIDADO. MUITAS PESSOAS SÃO INTOXICADAS OU APRESENTAM LESÕES GRAVES NO ORGANISMO POR CAUSA DO USO INCORRETO DE VEGETAIS. O BIOQUÍMICO SILVIO PANIZZA, DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, ALERTA QUE É PRECISO MUITO CONHECIMENTO PARA RECEITAR REMÉDIOS À BASE DE PLANTAS. AFINAL EXISTEM PLANTAS QUE ALIMENTAM, PLANTAS QUE CURAM E, TAMBÉM, PLANTAS QUE MATAM.

CULINÁRIA

LICOR DE PEQUI

DE OUTUBRO A MARÇO É TEMPO DE COLHER PEQUI. ABUNDANTE NO MATO

GROSSO DO SUL O PEQUI É CATIVO NAS RECEITAS CULINÁRIA REGIONAL PARA FAZER PRATOS TÍPICOS. ALÉM DAS TRADICIONAIS RECEITAS DA POLPA DESTA FRUTA TAMBÉM O ÓLEO DE PEQUI QUE É UTILIZADO PARA FRITURAS E COMO CONDIMENTO. EM CAMPO GRANDE O PEQUI PODE SER ADQUIRIDO NA FEIRA INDÍGENA PRÓXIMO AO MERCADÃO MUNICIPAL. O LITRO NÃO SAI POR MAIS DE 2 REAIS. CONVERSANDO COM AS ÍNDIAS É FÁCIL APRENDER RECEITAS COMO O FAMOSO LICOR DE PEQUI. ANOTE OS INGREDIENTES: 20 CAROÇOS DE PEQUI, 1 LITRO DE AGUARDENTE DE BOA QUALIDADE, 1 QUILO DE AÇÚCAR. MODO DE FAZER: DEIXE OS PEQUIS NA AGUARDENTE POR VÁRIOS DIAS (QUANTO MAIS MELHOR). PASSADO O TEMPO FAÇA UMA CALDA EM PONTO DE FIO, RETIRE OS CAROÇOS DA AGUARDENTE E DESPEJE O LÍQUIDO NA CALDA. FORA DO FOGO MISTURE, FILTRE E ENGARRAFE. QUANTO MAIS VELHO O LICOR, MELHOR SABOR TERÁ.

REDE ECOLÓGICA DE NOTÍCIAS
PUBLICAÇÃO SEMANAL PARA RADIODIFUSÃO



ANEXO B – BOLETIM ECOLOGIA EM NOTÍCIAS: ANO 2001

ecologia

em notícias

www.riosvivos.org.br

Publicação para radiodifusão - Ano VI- Edição 293 – 08 – 11 – 2001

Nesta Edição

- ✓ Comitê de Monitoramento do Programa Pantanal realiza 1ª atividade, *pág. 01*
- ✓ Rio Paraguai ganha dia especial, *pág. 02*
- ✓ Polêmica da Hidrovia Paraguai-Paraná definiu Dia do Rio Paraguai, *pág. 02*
- ✓ Assentamentos de MS abrem as portas para o turismo, *pág. 03*
- ✓ Projeto ecológico de assentamento é fonte para viabilizar turismo rural, *pág. 03*
- ✓ Cerrado e Pantanal são principais armas para conquistar turista, *pág. 04*
- ✓ Acontece primeira prisão durante proibição da pesca em MS, *pág. 04*
- ✓ Energia para abastecer 40 milhões de domicílios é jogada fora, *pág. 04*
- ✓ Pó-de-serra compactado é nova tendência de mercado, *pág. 05*
- ✓ Internet é nova arma para diminuir impactos de criação de suínos, *pág. 05*
- ✓ Seminário discute educação ambiental nas cidades pantaneiras, *pág. 06*
- ✓ Canceladas audiências públicas do Gasoduto Urucu-Porto Velho, *pág. 06*
- ✓ Confira os eventos na Agenda Ambiental, *pág. 07*
- ✓ Em Dicas, combata o mosquito do Dengue com café!, *pág. 08*

Comitê de Monitoramento do Programa Pantanal realiza primeira atividade

A primeira atividade do Comitê de Monitoramento do Programa Pantanal de Mato Grosso do Sul acontece dias 12, 13 e 14 de novembro no município de Corumbá, em MS. Oficinas de trabalho e capacitação serão repassadas para os 36 membros e suplentes do comitê. Além de conhecimentos sobre o Pantanal, sua biodiversidade e descrição geográfica e hidrológica, os

representantes da sociedade civil participam de dinâmicas para o desenvolvimento de mecanismos de acompanhamento e fiscalização do Programa Pantanal. "Estamos efetivamente começando a aplicação do programa", afirma o coordenador estadual do Programa Pantanal em MS, Sérgio Leal. Os recursos destinados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) são de 600 mil dólares para a capacitação e qualificação dos membros do comitê durante anos. A constituição de um comitê formado por representantes da sociedade civil organizada para fiscalizar o Programa Pantanal é única se comparada com outros projetos financiados pelo BID. E a experiência da fiscalização da aplicação do dinheiro pela própria população deu tão certo que o Banco Interamericano de Desenvolvimento passou a exigir a criação de comitês para financiamentos futuros. Os 18 membros e 18 suplentes do Comitê de Monitoramento do Programa Pantanal foram eleitos dia 24 de março deste ano e representam órgãos governamentais, ongs ambientais, movimentos sociais, comunidades indígenas, tradicionais, pescadores, meio científico e acadêmico, produtores rurais e empresários do Pantanal. No Estado de Mato Grosso, também foi criado um comitê de monitoramento como instrumento de controle e fiscalização da aplicação dos recursos do Programa Pantanal.

O Paraguai ganha dia especial

Amor de um município pelo principal rio do Pantanal ganhou um dia especial de celebração, 14 de novembro. Mesmo sem a oficialização da data, moradores do município de Cáceres, a 214 quilômetros da capital do Estado de Mato Grosso, decidiram comemorar na próxima semana o Dia do Rio Paraguai. A iniciativa do Fórum de Luta das Entidades de Cáceres (Flec) pretende defender o afluente que nutre milhares de vidas com suas águas todos os anos. Na data, estão previstas manifestações de organizações não-governamentais, poderes públicos e comunidades organizadas contra a implantação da Hidrovia Paraguai-Paraná. Às 16 horas do dia 14, pescadores, comunidade ribeirinha, empresários e representantes da sociedade civil navegam num trecho de 500 metros do rio Paraguai até o cais de Cáceres, onde acontece uma corrida de canoas. Na chegada, prevista para as 17 horas, o grupo do rio Paraguai se encontra com mais manifestantes locais para um ato público de esclarecimento da população sobre impactos socioambientais que a hidrovia vai trazer ao município. A arte e a cultura pantaneira também serão celebradas com danças típicas e apresentações folclóricas como forma de agradecimento pelas dádivas que o rio Paraguai tem dado à toda população do Pantanal. A celebração encerra com a entrega aos poderes públicos de um manifesto, que já conta com mais de 6 mil assinaturas da população local, contra a implantação da Hidrovia Paraguai-Paraná. Para o representante do Fórum de Luta das Entidades de Cáceres, Alonso Batista dos Santos, "a pesca sustentável e o turismo são alternativas muito mais viáveis à hidrovia que podem ser fortalecidas no município". O manifesto a ser entregue pede ainda aceleração do processo, que tramita na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, que pretende oficializar o dia 14 de novembro como Dia do Rio Paraguai.

Polêmica da Hidrovia Paraguai-Paraná definiu data

A data do dia 14 de novembro foi definida pela própria população durante o Seminário Sobre a Hidrovia Paraguai-Paraná, um debate em fevereiro deste ano que esclareceu sobre os reais impactos ambientais e sociais que o empreendimento pode trazer à região. Durante o seminário, mais uma vitória da sociedade civil foi concretizada: a criação da Aliança Rio Paraguai Vivo, que desde então vem promovendo a ampla discussão local sobre o modelo de desenvolvimento imposto ao Pantanal pelos governos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e governo federal. No mesmo evento, foi lembrada a data de 14 de novembro de 2000, quando estava marcada audiência pública para aprovação do licenciamento ambiental para a

construção do porto de Morrinhos, região a 83 quilômetros do centro de Cáceres, que funcionaria como o berço da hidrovía. A audiência foi cancelada por determinação do juiz federal Julier Sebastião da Silva. Ele acatou a ação movida pelos ministérios públicos Estadual e Federal que exigiam que o licenciamento ambiental para a obra fosse realizado pelo Ibama e não pela Fundação de Meio Ambiente de Mato Grosso. Nesta época, a cidade de Cáceres foi o principal palco da polêmica gerada pela hidrovía. Na região conhecida como Morrinhos, os governos pretendiam aprovar a construção de um porto e a pavimentação de uma estrada de acesso que degradaria cerca de 80 quilômetros do Pantanal. A construção do porto foi paralisada devido às manifestações contrárias da população com ajuda dos ministérios públicos estadual, federal e do deputado estadual Gilney Viana (do PT de MT). Para conhecer melhor sobre a implantação da polêmica Hidrovía Paraguai-Paraná em pleno Pantanal, entre em www.riosvivos.org.br e acesse notícias, informações técnicas e relatórios independentes. O site é um dos mais completos bancos de dados sobre o empreendimento com espaço para organizações não-governamentais, populações pantaneiras e comunidade acadêmica e científica.

Assentamentos de MS abrem as portas para o turismo

Os assentamentos Bandeirante e Tupambaê, no município de Miranda, em Mato Grosso do Sul, despertaram para a importância do desenvolvimento sustentável e resolveram investir no turismo. Os pequenos produtores rurais pretendem abrir as portas de suas propriedades para mostrar ao turista os costumes do homem do campo, cultura e folclore regional e as belezas naturais da rica fauna e flora do Pantanal. A iniciativa, coordenada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) é inédita no Estado e surgiu como uma resposta ao alto índice de desemprego e ao grande número de trabalhadores no mercado informal. Já no fim do ano, durante o período de férias das escolas e universidades, as 45 famílias do assentamento Bandeirante pretendem receber estudantes e universitários para a primeira experiência com o turismo rural. No assentamento Tupambaê, a expectativa das 80 famílias é começar a receber a visita de turistas a partir do segundo semestre de 2002. Para a assessora de formação da Escola Centro-Oeste de Formação Sindical (ECO-CUT), Elenir Rodrigues de Queiroz, o principal objetivo do **Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário** é tornar pública a possibilidade do desenvolvimento turístico em assentamentos rurais. "Queremos provar na prática que é viável manter o homem no campo com qualificação profissional e educação", afirma Elenir Queiroz. O **Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário** da CUT acontece em outras regiões do país desde 1999. No Brasil, os primeiros assentamentos a despertarem para o turismo rural estão na região Sul, e contam até com pousadas e hotéis para turistas. Em Mato Grosso do Sul, a viabilização destas alternativas econômicas que garantam o desenvolvimento sustentável de trabalhadores acontecem desde ano passado.

Projeto ecológico de assentamento será fonte para viabilizar turismo rural

Para concretizar a implantação do turismo rural nos assentamentos Bandeirantes e Tupambaê, integrantes do **Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário** da Central Única dos Trabalhadores (CUT), fazem amanhã, 10 de novembro, a última troca de experiências com outros pequenos produtores rurais da região. O local escolhido para o módulo 3 do Curso de Desenvolvimento Sustentável, que acontece desde o início do ano, será o assentamento Andalúcia, no município de Nioaque. Além da troca de experiências de manejo com a agropecuária, um grupo de 13 pessoas que participam do curso quer conhecer as alternativas agroecológicas que o Andalucia está desenvolvendo. Desde 1999, junto com a organização não-governamental Ecoa (Ecologia e Ação), várias famílias do Andalucia realizam ações para

recuperação de áreas degradadas e produção sustentável e comercialização de mudas de árvores nativas do bioma Cerrado. A visita que alunos da Escola Centro-Oeste de Formação Sindical (ECO-CUT) fazem amanhã é parte de uma série de capacitações e cursos que a entidade realiza desde 99. Apesar da maioria dos alunos ser composta de assentados, há também lideranças comunitárias, pequenos e micro empreendedores, artesãos, donas-de-casa, indígenas e trabalhadores desempregados que apostam na iniciativa. Segundo a assessora de formação da ECO-CUT, Elenir Rodrigues de Queiroz, "a troca de experiências entre os assentamentos pode resultar na implantação de um núcleo de produção agropecuária, artesanal e de produtos do Cerrado no assentamento Bandeirante". Para Elenir de Queiroz, o turismo rural poderá significar melhoria da qualidade de vida, da renda familiar e da qualificação profissional de comunidades rurais. "Pretendemos investir numa movimentação local para chamar atenção para a região dos municípios de Aquidauana, Miranda e Corumbá, até mesmo concorrendo com o turismo de Bonito", afirma Elenir.

Cerrado e Pantanal são principais armas para conquistar turista

Apostando em iniciativas que respeitem a saúde do homem e do meio ambiente, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) pretende implantar nos assentamentos alternativas ecológicas para geração de renda das famílias do Bandeirante e Tupambaê. Um dos exemplos será a utilização das trilhas naturais das reservas ecológicas para passeios turísticos. Programar o lazer do fim de semana ou as férias num assentamento pode parecer estranho mas, segundo a CUT, o turista pode ter grandes surpresas. A rica flora e a presença de animais silvestres do Pantanal e Cerrado são os principais atrativos locais. Além de acompanhar a vida cotidiana do produtor rural, o turista poderá conhecer nascentes de córregos, andar a cavalo, descansar em redes armadas ao ar livre e experimentar a comida típica local. O acesso, importante para o desenvolvimento do turismo, será realizado pelas estradas de terra, que estão em boas condições. Partindo de Miranda, a 194 quilômetros de Campo Grande, o turista percorrerá mais 12 quilômetros até o assentamento Bandeirante e 50 quilômetros até o Tupambaê. E para fortalecer a geração de renda das famílias, a CUT também está incentivando a produção de artesanato e a valorização e resgate da cultura regional. Num futuro próximo as sedes dos assentamentos poderão se transformar em hotéis e pousadas para abrigar hóspedes por mais tempo.

Acontece primeira prisão durante proibição da pesca

A primeira prisão por desrespeito à proibição da pesca em MS aconteceu ontem, dia 07, às 6 horas da manhã. Élio Ferreira Vaz foi atado com dois peixes, totalizando 4 quilos e, após interrogatório, confessou que estava em um acampamento às margens do rio Taquari. Policiais Ambientais apreenderam 6 redes de pesca, 2 tarrafas e uma canoa. Tudo estava sendo utilizado pelo pescador. A proibição da pesca nos rios do Estado vai de 5 de novembro a 28 de fevereiro de 2002. As reservas de recursos pesqueiros dos rios Miranda, Aquidauana e Taquari ficarão fechadas até 15 de março do próximo ano. Nos rios Paraguai, Apa e Paraná, de domínio da União, a pesca está proibida desde o dia primeiro de novembro.

Energia para abastecer 40 milhões de domicílios é jogada fora

O Brasil jogou fora em 2000 uma quantidade de energia capaz de abastecer os 40 milhões de domicílios do país com consumo de até 200 KiloWatts/Hora mês durante um ano. O cálculo foi realizado por pesquisadores do Laboratório de Produtos Florestais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (LPF-Ibama). A estimativa considera a

perda no ano passado dos 18 milhões de toneladas de resíduos de madeira de serrarias e indústrias do setor, que poderiam abastecer termelétricas brasileiras. A preocupação com o entulho ambiental e com os impactos que os resíduos da madeira podem causar ao meio ambiente está fazendo com que o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente divulguem tecnologias desenvolvidas durante 30 anos para melhor aproveitamento da madeira e seus resíduos. Estimativa do Laboratório de Produtos Florestais calcula que até 65% da massa das toras de árvores são perdidas desde o corte até o processamento da madeira. Para evitar tanto desperdício, hoje, 8 de novembro, é formado o primeiro grupo composto por empresários e representantes de órgãos do governo e organizações não-governamentais do município de Sinop, no Mato Grosso, que desde segunda-feira, 5 de novembro, aprendem como tratar produtos florestais de maneira sustentável. O curso fornece técnicas para evitar o desperdício e viabilizar o aproveitamento do pó-de-serra e de pequenos pedaços que viram lixo durante o processamento da madeira. Outros dois municípios da região Norte do Brasil (Macapá, no Estado do Amapá e Ouro Preto do Oeste, em Rondônia) formam até dezembro um total de 420 agentes multiplicadores em valorização da madeira e seus resíduos. A intenção do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente é expandir no próximo ano a capacitação para as demais regiões do Brasil.

Pó-de-serra compactado é nova tendência de mercado

Ganhar com a comercialização de subprodutos gerados durante o processamento da madeira é a nova tendência de mercado, segundo o Laboratório de Produtos Florestais (LPF) do Ibama. Pesquisadores do instituto tentam agora provar que o aproveitamento dos galhos durante o corte das árvores e do pó-de-serra e pedaços de madeira em serrarias e indústrias do setor pode ser rentável. Segundo o chefe do LPF, Marcus Vinicius Alves, uma usina de briquetagem, capaz de transformar o pó-de-serra em madeira compactada, aumenta a renda do empresário e gera mais empregos. "O investimento de até 250 mil reais, que pode ser feito através de cooperativas e associações de serrarias, é extremamente baixo se levarmos em conta os benefícios econômicos, ambientais e sociais", afirma Alves. Além de substituir a madeira retirada de florestas para diversos usos, o pó-de-serra compactado tem qualidade superior à lenha convencional utilizada em pizzarias, olarias e indústrias cerâmicas. As fibras, provenientes dos resíduos da madeira podem, ainda, se aliar ao plástico para a fabricação de diversos materiais de construção, substituindo até mesmo o amianto. Para o Cerrado, bioma brasileiro altamente ameaçado, a iniciativa poupa as florestas que são desmatadas para uso da lenha. Segundo o chefe do LPF, a evolução das normas ambientais deve exigir, num futuro próximo, que madeireiras e serrarias dêem destinação adequada ou aproveitem resíduos da madeira. Alves explica que, assim como fabricantes de agrotóxicos são obrigados a dar destinação segura para embalagens desses produtos, empresários do setor madeireiro também serão responsabilizados pelos resíduos gerados em suas atividades. Além do dinheiro gasto com a saúde pública, que é agravada com a queima de pó-de-serra e restos de madeira, a destinação inadequada dos resíduos causa impactos ambientais. Uma perda para o meio ambiente acontece toda vez que a chuva leva grandes quantidades de restos de madeira para rios, contaminando as águas e matando a fauna aquática. No início de 2002 o aproveitamento do pó-de-serra ganha novo incentivo, quando deve entrar em funcionamento a usina de briquetagem do município de Pimenta Bueno, em Rondônia. A construção da pequena fábrica está sendo viabilizada pelo Ibama em parceria com a Fundação Banco do Brasil e prefeitura municipal local e deve funcionar como uma usina piloto para despertar interesse na criação de novas fábricas patrocinadas pela iniciativa privada.

Internet é nova arma para diminuir impactos de criação de suínos

Criadores de suínos já podem calcular pela Internet a dimensão do sistema de tratamento que utilizará em sua propriedade. A iniciativa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em parceria com a Chapecó Alimentos ainda é inédita no Brasil e visa diminuir os impactos ambientais causados pela falta de tratamento dos dejetos suínos, que podem até contaminar o lençol freático. O software desenvolvido com apoio da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi testado na prática e demorou um ano para ser concluído. Segundo o pesquisador da Embrapa Suínos e Aves (de Concórdia, Santa Catarina), Carlos Perdomo, o programa ajuda a resolver cálculos complicados para produtores e, muitas vezes, para técnicos. "O mais interessante é que o programa estabelecerá qual é a melhor solução para os dejetos a partir das características da propriedade", afirma o pesquisador. Para acessar o **Sistema de Tratamento e Utilização de Dejetos Líquidos de Suínos** basta acessar o site **www.cnpsa.embrapa.br**. O produtor preencherá um cadastro informando dados como a área da propriedade, área de criação, número de animais e tipo de manejo. O software informa em instantes a carga de poluentes e dejetos produzidos por dia. O programa também informa se há necessidade da realização do tratamento dos dejetos com o sistema mais simples, que utiliza decantação dos resíduos em lagoas naturais. Segundo o pesquisador da Embrapa, Carlos Perdomo, o tratamento indicado pelo programa remove cerca de 99% da carga orgânica. "Se a criação tivesse tratamento adequado, reduziríamos tremendamente os riscos de impactos ambientais", afirma Perdomo, que também critica a falta de uma linha de crédito específica para financiar produtores. O novo software deve ainda ser disponibilizado pela Embrapa e Chapecó Alimentos numa versão em disquete e em CD para criadores que não têm acesso à Internet. Para lembrar mais uma vez, o endereço para acessar o Sistema de Tratamento e Utilização de Dejetos Líquidos de Suínos é **www.cnpsa.embrapa.br**.

Seminário discute educação ambiental nas cidades pantaneiras

Integrar as regiões que compõem o Pantanal na discussão da educação ambiental é o principal objetivo do **"Terceiro Seminário de Educação Ambiental para as Cidades Pantaneiras"** que ocorre entre os dias 15 e 17 de novembro, no município de Aquidauana, a 130 quilômetros de Campo Grande. A primeira edição do seminário, em 1999 teve uma discussão regional, este ano o evento leva o debate para além das fronteiras do Brasil. Já estão confirmadas as participações de representantes da Bolívia e Paraguai. A presidente da ONG Mulheres em Ação no Pantanal (MUPAN), Áurea da Silva Garcia, explica que o seminário pretende formar uma rede de discussão em toda a Bacia do Alto Paraguai. Segundo ela, "falta envolvimento das comunidades e órgãos governamentais na promoção da educação ambiental na região". A programação inclui debates, mesas redondas e grupos de discussão e apresentações culturais. Setessete painéis com estudos e iniciativas em educação ambiental também estarão sendo expostos. As discussões ocorrem no Centro Cultural Décio Corrêa que fica na rua Estevão Alves Correa, sem número, no centro de Aquidauana. Quem quiser participar poderá fazer a inscrição no local do evento. Mais informações pelo telefone (67) 341 8719 ou pelo e-mail **mupan@terra.com.br**.

Canceladas audiências públicas do Gasoduto Urucu-Porto Velho

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) aceitou suspender o processo de consultas para a aprovação do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA-RIMA) do gasoduto Urucu-Porto Velho, no coração da Amazônia brasileira. A decisão aconteceu somente depois do Ibama ter sido notificado pelo Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual do Amazonas. No dia 02

Em novembro, a ONG Amigos da Terra – Amazônia Brasileira havia dirigido uma representação ao presidente do IBAMA, Hamilton Casara, onde considerava nula, do ponto de vista do direito, qualquer consulta que não permitisse a participação de instituições relevantes e uma adequada informação das populações locais. Para garantir um processo correto, entidades amazonenses lançaram durante o feriado de Finados uma campanha eletrônica com grande repercussão. O Diretor da Amigos da Terra, Roberto Smeraldi, declarou que “a sociedade civil, incluindo os órgãos de justiça, mostrou ao IBAMA e à Petrobras que o Brasil não é mais aquele da época da ditadura. Se quiserem o licenciamento ambiental desta obra, deverão passar por um debate informado e participativo e aprender a respeitar a população local.” Recentemente, a Petrobras solicitou ao IBAMA o Licenciamento Ambiental da obra, que cortaria 522 quilômetros da mais remota e conservada floresta amazônica, abrindo estradas de manutenção que permitiram a invasão da área. Para saber mais sobre o gasoduto Urucu-Porto Velho e impactos socioambientais que a obra pode causar na Amazônia já está na Internet para consultas a página www.amazonia.org.br/especiais/urucu, mantida pela ONG Amigos da Terra.

Agenda Ambiental

Programa Pantanal - Dia 13 de novembro acontece em Corumbá, Mato Grosso do Sul, mais uma atividade do Programa Pantanal em Debate. Entre os assuntos abordados estão o atual modelo econômico, seus impactos ambientais e sociais e as alternativas de desenvolvimento sustentável geradoras de trabalho e renda para toda região do Pantanal. O debate terá a presença do coordenador do Programa Pantanal, Sérgio Leal, membros do Comitê de Monitoramento, autoridades estaduais, pesquisadores, empresários, organizações não-governamentais e sindicais. A discussão é uma iniciativa do Fórum Permanente de Entidades Não-Governamentais de Corumbá e Ladário e será realizada no auditório do Banco do Brasil, às 20 horas. A entrada é franca.

Energia e Meio Ambiente - O **Seminário Energia e Meio Ambiente** acontece na Cidade do Rio de Janeiro, nos dias 9, 10 e 11 de dezembro. Especialistas estarão se reunindo para discutir e analisar os vários temas relevantes em energia e meio ambiente. A taxa de inscrição é de 70 reais. O seminário é uma realização da Câmara de Cultura do Rio de Janeiro e oferece aos participantes conferências com o Ministro do Meio Ambiente – José Sarney Filho e com a Jornalista Mirian Leitão. Grupos de trabalho irão discutir temas como Projetos de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia e Preservação Ambiental e Políticas e Estratégias para o Setor Elétrico. Mais informações pelo telefone (21) 2215 5515 ou pelo site www.camaradecultura.org

Saúde Indígena - O teledebate "**Saúde Indígena - acesso, qualidade e humanização na atenção à saúde com Controle Social**" pode ser conferido amanhã, dia 09 de novembro, das 12 às 14 horas, no horário de Brasília. O evento será transmitido ao vivo para 27 capitais do auditório da Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações), no Rio de Janeiro. Entre os debatedores está o Diretor do Departamento de Saúde Indígena da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Ubiratan Pedrosa Moreira, a Coordenadora da Comissão Intersetorial de Saúde do Índio, Zilda Arns Neumann e o Presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Glênio da Costa Alvares. Todos os auditórios da Embratel nas capitais dos Estados e em Brasília estarão disponíveis para receber os participantes. A transmissão também pode ser captada em todo o país pela sintonia do Canal Saúde, frequência de 3.910 MegaHertz, polarização horizontal. Nas antenas com frequência até 1.430 MegaHertz, banda L, sintonize na frequência 1.240 MegaHertz. Você poderá participar pelo telefone (21) 2519 8212 ou fax

(21) 2519 7040. E também pelo e-mail evento@datasus.gov.br. A realização é da Funasa, em parceria com o Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Saúde. Em Campo Grande/MS, o teledebate será apresentado no auditório da Embratel, que fica na rua Cândido Mariano, 1.925. Participe!

Dicas

✓ Combata o mosquito do Dengue com café!

Cinco de novembro foi o Dia Nacional de Combate a Dengue e nesta época do ano, com o aumento do calor, o mosquito da doença, *Aedes aegypti*, volta a proliferar. Se você está cansado de usar produtos químicos para eliminá-lo, veja essa novidade, o pó de café mata 100 por cento das larvas do transmissor. Basta colocar duas colheres de café no fundo dos pratos e vasos, para cada meio copo d' água, trocando uma vez por semana. Esta descoberta foi feita pela pesquisadora Alessandra Laranja, da Universidade Estadual Paulista (Unesp). De acordo com a pesquisa, a cafeína afeta as enzimas responsáveis pelo crescimento, o metabolismo do inseto e reduz o tempo de vida das fêmeas adultas. De acordo com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), só no ano passado foram registrados mais de 280 mil casos de dengue no país, sobretudo nas regiões Sudeste e Nordeste.

Expediente

ECOLOGIA EM NOTÍCIAS é uma publicação da Ecoa
É enviado para rádios, jornais, Tvs regionais, nacionais e internacionais.
Sua linguagem é adaptada aos meios de comunicação de radiodifusão
O material pode ser encontrado no site: www.riosvivos.org.br

Produção: Allison Ishy e Yara Medeiros
Estagiária de Comunicação: Patrícia Zerlotti
Jornalista responsável: Allison Ishy DRT/MS 171
Rua 14 de Julho, 3.169 - Campo Grande/MS
Fone: (067) 324-3230 Fax: (067) 324-9109
E-mail: ecoacomunic@riosvivos.org.br

ecoa
ecologia e ação